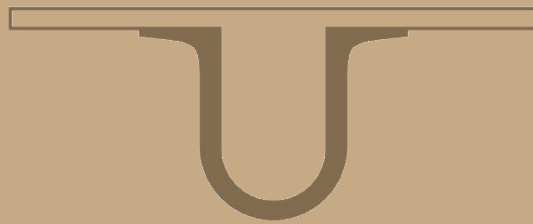




UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Luís Miguel Gemelgo Claudino

**SEMINÁRIO MAIOR DE COIMBRA**

**HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E MUSEOLOGIA**

**Relatório de Estágio do Mestrado em Património Cultural e Museologia no ramo de  
Gestão e Programação, orientado pelo Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes,  
apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.**

Novembro de 2018

# FACULDADE DE LETRAS

## SEMINÁRIO MAIOR DE COIMBRA HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E MUSEOLOGIA

### Ficha Técnica

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| <b>Tipo de trabalho</b>       | <b>Relatório de Estágio</b>   |
| <b>Título</b>                 | <b>Seminário Maior de Coimbra</b>   |
| <b>Subtítulo</b>              | <b>História, Património e Museologia</b>  |
| <b>Autor/a</b>                | Luís Miguel Gemelgo Claudino  |
| <b>Orientador</b>             | João Paulo Avelãs Nunes   |
| <b>Júri</b>                   | Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil<br>Vogais:<br>1. Doutora Joana Filipa da Fonseca Antunes<br>2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes |
| <b>Identificação do Curso</b> | <b>2º Ciclo em Património Cultural e Museologia</b>   |
| <b>Área científica</b>        | <b>Património Cultural e Museologia</b>   |
| <b>Especialidade/Ramo</b>     | <b>Gestão e Programação</b>   |
| <b>Data da defesa</b>         | <b>6-11-2018</b>  |
| <b>Classificação</b>          | <b>15 valores</b>   |



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



## **Agradecimentos**

Desejo exprimir aqui toda a minha sincera gratidão em primeiro lugar ao Professor Doutor Avelãs Nunes pelo seu papel de orientador neste relatório; ao Seminário Maior de Coimbra, na pessoa do Padre Nuno dos Santos, e a todos os trabalhadores pelo acolhimento, disponibilidade e acolhimento com que me receberam.

A todos os meus colegas de curso e de vida por todo o apoio, em especial à Joana Costa pela leitura atenta deste relatório.

Por fim, estendo o meu agradecimento à minha família por todo o apoio incondicional.

## **RESUMO**

### **Seminário Maior de Coimbra: História, Património e Museologia**

O presente relatório é o culminar do estágio curricular realizado no Seminário Maior de Coimbra, no âmbito do Mestrado em Património Cultural e Museologia na vertente de Gestão e de Programação, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fundado em 1765, por iniciativa do Bispo D. Miguel da Anunciação, o Seminário Maior de Coimbra não se circunscrevia apenas aplicação dos decretos tridentinos referentes à criação de seminários, refletindo também, do ponto de vista da política artística, uma expressão importante do barroco coimbrão. Nicola Giliberti e Miguel da Anunciação utilizaram todos os métodos à sua disposição, não só para contratar os melhores arquitetos, mas também para comprar os melhores materiais. Exemplo maior desta política é a Igreja da Sagrada Família: encomendada em várias partes de Itália e montada em Coimbra, trata-se de um exemplo da aplicação dos princípios barrocos direcionados aos sentidos de forma a convencer, comover e deleitar.

O principal objetivo deste trabalho é o de registar as atividades desenvolvidas ao longo de cinco meses, assim como um estudo sobre a história da instituição de acolhimento, uma debruçar-nos-emos sobre o que conceito de património religioso e quais as medidas a adotar de forma a salvaguardar e de valorizar património. Nessa medida desenvolvemos uma exposição temporária com peças até então guardadas e nunca antes expostas, assim como um estudo de públicos, procedendo à realização de inquéritos, cujo resultado me permitiu concluir as potencialidades e fragilidades do Seminário como produto cultural através da ótica do visitante.

**Palavras-chave:** Seminário Maior de Coimbra; História; Museologia; Património; Património Religioso; Salvaguarda; Proteção.

## **ABSTRACT**

### **Major Seminary of Coimbra: History, Heritage and Museology.**

This present report is the culmination of the curricular internship held at the Major Seminary of Coimbra, within the scope of the Master's Degree in Cultural Heritage and Museology in Management and Programming, at the Faculty of Arts of the University of Coimbra.

Founded in 1765, on the initiative of Bishop Miguel of the Annunciation, the Coimbra Major Seminary was not limited to the application of the Tridentine decrees concerning the creation of seminaries, also reflecting, from the point of view of artistic policy, an important expression of the baroque in Coimbra. Nicola Giliberti and Miguel da Anunciação used all the methods at their disposal, not only to hire the best architects, but also to buy the best materials. A major example of this policy is the Church of the Holy Family: commissioned in various parts of Italy and set up in Coimbra, it is an example of the application of the baroque principles directed to the senses in order to convince, move and delight.

The main objective of this work is to record the activities carried out over five months, as well as a study about the history of the host institution, one will look at what concept of religious heritage and what measures to adopt safeguarding and valuing assets. To this extent, we developed a temporary exhibition with previously unseen pieces, as well as a study of audiences, conducting surveys, the result of which allowed me to conclude the potentialities and fragilities of the Seminar as a cultural product through the visitor's perspective.

**Keywords:** Major Seminary of Coimbra; History; Museology; Heritage; Religious Heritage; Safeguard; Protection.

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| Introdução.....  | 1  |
| Capítulo I – Património cultural .....   | 3  |
| I – O que se entende por património cultural .....                                   | 3  |
| II – O Estado português e o património cultural .....                                | 5  |
| III – O que se entende por património religioso.....                                 | 7  |
| IV – O papel da Igreja na salvaguarda do seu património.....                         | 8  |
| V – O papel da Igreja Católica Portuguesa na salvaguarda do Património Cultural..... | 9  |
| VI – O inventário como instrumento de salvaguarda.....                               | 15 |
| VII – O interesse pela classificação .....   | 17 |
| Capítulo II – O Seminário Maior de Coimbra.....                                      | 18 |
| I – A sua fundação.....  | 18 |
| II – A vivência no Seminário .....   | 23 |
| III – A educação no Seminário.....   | 24 |
| IV – A economia do Seminário.....  | 25 |
| V – D. Manuel de Bastos Pina: “O segundo fundador” do Seminário .....                | 26 |
| VI – Identificar os principais espaços .....   | 27 |
| O corpo central: Igreja da Sagrada Família.....                                      | 28 |
| Corpo ocidental .....  | 30 |
| Biblioteca .....   | 30 |
| As salas de aulas.....   | 31 |
| Capela de São Miguel.....  | 31 |
| Aposento Episcopal.....  | 33 |
| VII – O património do Seminário.....   | 33 |
| VIII – O encerramento dos Seminário: Novos desafios .....                            | 35 |
| Capítulo III – O estágio .....   | 37 |
| I – Inserção no estágio e atividades desenvolvidas .....                             | 37 |
| II– Exposição <i>A Natividade em xilogravura: Revisitando Nunes Pereira</i> .....    | 37 |
| Base de Trabalho.....  | 37 |
| Fase de Produção.....  | 39 |

|   |    |
|---|----|
| III – O Seminário e o(s) seu(s) público(s)..... | 42 |
| O estudo de públicos e a sua metodologia.....   | 42 |
| Resultados .....                                | 43 |
| IV – Propostas para o futuro.....               | 45 |
| Conclusão .....                                 | 48 |

## Introdução

O presente relatório é o resultado do estágio curricular, integrado no Mestrado em Património Cultural e Museologia na vertente de Gestão e Programação, realizado no Seminário Maior de Coimbra, de 27 de setembro de 2017 a 25 de janeiro de 2018.

A escolha desta instituição como entidade de acolhimento motivou-se pelo casamento de dois interesses pessoais: em primeira instância pelo apreço direcionado ao património religioso, e em segunda pelo gosto que nutro pela cultura italiana e por aquilo que esta representa. Esta surge pautada neste edifício através da arquitetura e no programa artístico da mesma. O facto de se tratar de um seminário, um local de formação de padres, aumentou o meu interesse para perceber de que forma a memória dessa formação iria estar estudada, preservada, e exposta aos visitantes. O facto de ser um espaço patrimonial recém-aberto foi um dos principais motivos pela escolha deste espaço, cujo intuito primordial era o de perceber de que modo um espaço que mais de 250 anos fechado à comunidade, de subitamente abre portas numa cidade onde o turismo se encontra viciado no triângulo Universidade, Alta e Baixa.

Como metas para este espaço foram propostas a realização de duas atividades: uma exposição temporária, e um estudo dos públicos que visitavam o Seminário. A exposição, enquadrada no período litúrgico do Natal, serviu para contribuir para criar um maior destaque e uma nova imagem do Museu de Nunes Pereira. A segunda meta foi a realização de um estudo de públicos, tarefa que se tornou um pouco limitadora a partir de 19 de outubro, quando foi reduzido o horário semanal de 8 horas para apenas duas no mesmo período (à exceção de sábado, que manteve o horário de 8 horas).

O relatório encontra-se dividido em 4 partes. Na primeira é feita uma caracterização geral da história do Seminário, passando pela sua fundação, a vivência neste espaço, assim como a educação e a economia doméstica. Acrescenta-se ainda uma breve nota das construções patrocinadas pelo Bispo D. Manuel Bastos de Pina, e a descrição geral dos espaços de visita. Tem como propósito este capítulo caracterizar o imóvel, alguns bens culturais, assim como o património integrado, de modo a criar uma consciência histórica e patrimonial em torno destes espaços e objetos.

A segunda parte debruça-se sobre o termo “património” e de que forma este conceito gera tantas questões a nível da conservação e da preservação de edifícios ou de objetos que tinham anteriormente uma função de utilização, mas que presentemente se dignam pela preservação da memória. Deste modo, em primeiro ponto questiono a mencionada noção, e a transformação ocorrida especialmente no século XX. Após falar do património em geral, abordo o património da Igreja Católica, através da leitura atenta de documentos emitidos pela Santa Sé e pela Conferência Episcopal Portuguesa, no que diz respeito à salvaguarda dos bens culturais da Igreja. Através da informação



analisada, procurei inclusive perceber de que forma a Igreja Católica portuguesa lida com o seu património.

A terceira parte é centrada no estágio, e nela exploro as duas atividades desenvolvidas ao longo desses quatro meses, sendo estas a montagem da exposição, as questões da museografia que esta exposição levantou e o resultado final do estudo desenvolvido em torno dos públicos que visitaram o Seminário Maior de Coimbra, procurando deste modo elencar as potencialidades e fragilidades da dita instituição.

O quarto e último ponto é o resumo final das questões levantadas ao longo do relatório. Nele, apresento ainda uma série de propostas que podem vir a ser desenvolvidas no futuro.

## Capítulo I – Património cultural

### I – O que se entende por património cultural

Património, de acordo com Françoise Choay, estava na sua origem “ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas se uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito «nómada», prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório”<sup>1</sup>. Em *As questões do património*, Choay escreve que “o vocábulo «património» tornou-se uma palavra chave da nossa sociedade mundializada: veiculado por instâncias gestoras e pelos especialistas do espaço (arquitetos, urbanistas, etc.), mas também pelas diversas indústrias patrimoniais, tais como as agências de viagem e, obviamente, por todos os tipos de meios que manipulam as populações do nosso globo”.<sup>2</sup>

A noção de património encontra-se muitas vezes associada à de monumento ou de monumento histórico tornando-se atualmente quase sinónimos. Mais uma vez Choay recorre à etimologia para definir monumento, que deriva do verbo latino *monere*, que significa advertir, lembrar à memória, de forma que “chamear-se-á, então, «monumento» a todo o artefacto (túmulo, estela, poste, totem, construção, inscrição...) ou conjunto de artefactos deliberadamente concebidos e realizados por uma comunidade humana, sejam quais forem a natureza e as dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes à cidade...) no sentido de fazer lembrar à memória viva, orgânica e afetivas dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos da sua identidade. O monumento caracteriza-se, assim, pela sua função identificadora”<sup>3</sup>.

O monumento histórico, por outro lado, caracteriza-se por ter sido “escolhido num corpus de edifícios preexistentes, devido ao seu valor para a história (quer se trate de história de acontecimentos, social, económica ou política, ou se trate da história de acontecimentos, social, económica ou política, ou se trate da história das técnicas ou da história da arte...) e/ou do seu valor estético. Dito de outro modo, na sua relação com a história (seja ela qual for), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber.”<sup>4</sup>

Enquadravam-se na noção de monumentos históricos, até aos anos 50, vestígios de antiguidade, edifícios religiosos medievais e alguns castelos. Porém, nessa altura, “o paradigma patrimonial altera-se para integrar todas as formas de construções, quer sejam urbanas, rurais, eruditas, populares, faustosas ou utilitárias passando a incluir os conjuntos edificados e a sua envolvente. A visão elitista e oficial do

---

<sup>1</sup> CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 11.

<sup>2</sup> CHOAY, Françoise, *As questões do património: Antologia para um combate*, Lisboa, Edições 70, 2015, p. 11.

<sup>3</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 16.

<sup>4</sup> CHOAY, Françoise, *As questões do património*, pp. 18-19.

património expande-se para incluir os objetos quotidianos, as construções vernáculas e os testemunhos mais recentes da atividade humana”<sup>5</sup>.

A evolução do conceito de Património Cultural é perceptível através a leitura atenta de documentos internacionais: A Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1961) e a Convenção da UNESCO (1972).

Em 1931, foi redigido o primeiro documento internacional sobre património cultural, a Carta de Veneza. Esta carta resulta da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, promovida pela Sociedade das Nações. Atenderam a esta conferência 118 participantes, de origem europeia, onde se incluíam arqueólogos, arquitetos, historiadores de arte, conservadores de museus. Os temas tratados dividiam-se em temas como legislação, a proteção e conservação de monumentos; restauro; materiais e técnicas, entre outros<sup>6</sup>.

Nesta carta fica pautado que deve ser do interesse dos Estados, através de legislação, regulamentos e de uma organização apropriada, a defesa da conservação do património artístico e arqueológico<sup>7</sup>.

Trinta e três anos depois foi elaborada a Carta de Veneza, na sequência da Conferência Internacional dos arquitetos e técnicos de monumentos históricos, reunidos nessa cidade italiana em 1964, por iniciativa da UNESCO<sup>8</sup>. Este documento foi considerado como precursor do processo de mundialização do património, a resolução “contribui igualmente para este processo ao defender que a humanidade considera determinados monumentos como património comum e ao reconhecer a responsabilidade coletiva pela sua conservação e transmissão às gerações futuras”<sup>9</sup>.

A 16 de novembro de 1972 foi assinada, em Paris, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Esta conferência serviu como um compromisso dos Estados-parte na salvaguarda e na conservação dos seus próprios bens culturais, uma vez que, “a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo”<sup>10</sup>.

A Convenção de 1972 entende como património cultural: monumentos, conjuntos e locais de interesse que constituam um interesse de valor universal excecional, testemunhos únicos do génio

---

<sup>5</sup> CABRAL, Clara Bertrand, *Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos*, Lisboa: Edições 70, 2014, pp. 28-29

<sup>6</sup> CHOAY, *As questões do património*, p. 201.

<sup>7</sup> CABRAL, Clara Bertrand, *op.cit.*, pp. 28-29. e CHOAY, *As questões do património*, p. 205.

<sup>8</sup> CHOAY, *As questões do património*, p. 34.

<sup>9</sup> CABRAL, Clara Bertrand, *Património Cultural ...*, p. 29.

<sup>10</sup> UNESCO, *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*, Paris, 16 de novembro de 1972.

humano e por esses motivos extravasam as suas fronteiras para pertencerem agora a toda a humanidade, que se deve envolver na sua salvaguarda, proteção e divulgação<sup>11</sup>.

Ao ratificar a Convenção, cada Estado-parte compromete-se a adotar uma política de proteção e de salvaguarda, desenvolvendo trabalhos científicos e técnicos para apurar os perigos que possam ameaçar os bens culturais, assim como desenvolver um conjunto de medidas legislativas adequadas para a identificação, a proteção e a conservação do património cultural<sup>12</sup>.

## II – O Estado português e o património cultural

Uma das mais bem constituídas definições de património cultural na legislação portuguesa encontra-se na Lei nº 13/85, de 6 de julho, onde podemos ler: “o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.

O conceito de património cultural entra no ordenamento jurídico português através da Constituição de 1976, substituindo a anterior designação legal de património artístico, histórico e arqueológico<sup>13</sup>.

As recomendações internacionais, como as Cartas de Atenas e de Veneza, a Convenção da UNESCO, associada à legislação europeia resultaram na atual moldura legal nacional, no que diz respeito ao património cultural, regulamentado pela Lei do Património Cultural<sup>14</sup>.

Através desta lei, o Estado outorga para si a responsabilidade de salvaguardar e de valorizar o património cultural de forma a “assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”<sup>15</sup>. A importância da proteção do património cultural é também atribuída ao poder local no n.º 3 do art.º 3 da Lei de Bases aludindo que: “o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais”<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> UNESCO, *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*, art.º 5.

<sup>12</sup> GALHARDO, Manuela, «As convenções da UNESCO no domínio do património cultural», in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins & ALMEIDA, Marta Tavares de (coord.), *Direito do Património Cultural: comunicações apresentadas no Curso realizado no Instituto Nacional de Administração*, Oeiras: Instituto Nacional de Administração, 1996, pp. 97-98.

<sup>13</sup> PINTO, Eduardo Vera-Cruz, «Contributos para uma perspetiva histórica do direito do Património Cultural em Portugal», in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins & ALMEIDA, Marta Tavares de (coord.), *Direito do Património...*, p. 207.

<sup>14</sup> MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins & ALMEIDA, Marta Tavares de (coord.) *Direito do Património Cultural: comunicações apresentadas no Curso realizado no Instituto Nacional de Administração*, Oeiras: Instituto Nacional de Administração, 1996, pp. 18.

<sup>15</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. *D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08) – Título I – art.º 3.1.*

<sup>16</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. *D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08) – Título I – art.º 3.3.*

As responsabilidades do Estado, no que diz respeito a esta matéria, são suportadas pela Direção-Geral do Património Cultural, apresentada como “um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa”<sup>17</sup>, “tendo como missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País bem como desenvolve a política museológica do país”<sup>18</sup>.

A nível mais local funcionam as Direções Regionais de Cultura, “serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa”, “exercem as suas atribuições e competências na respetiva circunscrição territorial que corresponde ao nível II” das NUTS<sup>19</sup>.

Os princípios gerais da política de salvaguarda do património cultural explanada na Lei de Bases são: a inventariação, “assegurando o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação”; o planeamento; coordenação, “articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo”; eficiência; inspeção e prevenção, “impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural”; informação “promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respeito acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais”; equidade; responsabilidade, “garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos atos suscetíveis de afetar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural”; cooperação internacional “reconhecendo e dando efetividade aos deveres de colaboração, informação e assistência internacional”<sup>20</sup>.

As formas de proteção legal dos bens assentam na sua classificação ou inventariação. Para efeitos da lei, para classificação ou inventariação, terão de ser incluídos alguns dos seguintes critérios: “a) o carácter matricial do bem; carácter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem”<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 115/2002 de 25 de maio de 2002. *D.R. I série*. N.º 102 (2012-05-25) – art.º 1.º

<sup>18</sup> Decreto-Lei n.º 115/2002 de 25 de maio de 2002. *D.R. I série*. N.º 102 (2012-05-25) – art.º 2.º

<sup>19</sup> Decreto-Lei n.º 114/2002 de 25 de maio de 2002. *D.R. I série*. N.º 102 (2012-05-25) – art.º 1.º

<sup>20</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001. *D.R. I série A*. N.º 209 (2001-09-08) – Título I – art.º 6.

<sup>21</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001. *D.R. I série A*. N.º 209 (2001-09-08) – Título I – art.º 17.

Sobre o património religioso, define o n.º 4. Do art.º 4, “no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os adiantamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de propriedade do Estado e com afetação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé”<sup>22</sup>. Acrescenta ainda no art.º 7 que “o Estado respeita, também, como modo de fruição cultural o uso litúrgico, devocional, catequético e educativo dos bens culturais afetos a finalidades de utilização religiosas”<sup>23</sup>.

### III – O que se entende por património religioso

O termo *património religioso* é definido pelo ICOMOS como, “any form of propriety with religious or spiritual association: churches, monasteries, shrines, sanctuaries, mosques, synagogues, temples, sacred landscape, sacred graves, and other landscape feature, etc.”<sup>24</sup>. Quer dizer isto que, se entende por património religioso todos os bens tangíveis ou imateriais ligados a uma religião. Neste trabalho, sempre que se utilizar o termo património religioso, deve-se entender aquele ligado à Igreja Católica uma vez que é nesta religião que se insere o imóvel analisado neste relatório.

Sobre o património religioso existe um conjunto de normas e recomendações de instituições internacionais acerca deste tema. Em 2003 o ICCROM realizou um fórum com a temática da conservação do património religioso. No ano de 2005 a Assembleia Geral do ICOMOS estabeleceu um programa temático dedicado ao património religioso<sup>25</sup>.

Entende-se por património eclesiástico “todos os conjuntos de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante que são propriedade da Igreja Católica ou por ela expressados, e que são utilizados como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento e realização da sua missão”<sup>26</sup>. Pertencem a este conjunto de bens tangíveis e imateriais detidos pela Igreja Católica “todo los patrimonios artísticos de la pintura, escultura la arquitectura, el mosaico y la música, puestos al servicio de la Iglesia. Además, hay que añadir los bienes contenidos en bibliotecas eclesiásticas y documentos históricos conservados en los archivos de las comunidades eclesiales. En fin, pertenecen a este ámbito las obras literarias y cinematográficas producidas por los medios de la comunicación social”<sup>27</sup>.

<sup>22</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. *D.R. I série A*. Nº 209 (2001-09-08) – Título I – art.º 4.4.

<sup>23</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. *D.R. I série A*. Nº 209 (2001-09-08) – Título II – art.º 7.

<sup>24</sup> ICOMOS, *Filling the gaps*, p. 33.

<sup>25</sup> <http://whc.unesco.org/en/religious-sacred-heritage/#contributions> consultado a 7 de agosto de 2018.

<sup>26</sup> AFONSO, André das Neves, *Museus da Igreja: Missão pastoral e Cultural*, p. 24.

<sup>27</sup> CORROCHANO DE LOS SANTOS, Maria Isabel, *Museos Eclesiásticos en España: génesis y subsistencia*, Logroño, Aguja de Palacio Ediciones, 2017, pp. 154-155.

#### IV – O papel da Igreja na salvaguarda do seu património

O interesse da Igreja pela salvaguarda e preservação do seu património cultural já conta com uma série de documentos normativos pontifícios e conciliares e recomendações sobre a correta maneira de conservar e de gerir os bens culturais eclesiásticos.

A 1 de setembro de 1924 o Papa Pio XI criou o *Pontificium Consilium Centrale pro Arte Sacra in Italia*. Esta comissão central funcionou apenas em Itália e tinha como funções principais a instituição de políticas de conservação e salvaguarda como a promoção de inventários e a criação de museus diocesanos, reconhecendo desta forma a importância destes bens culturais e a criação de uma comissão de arte sacra ligada à Santa Sé<sup>28</sup>.

Em 1988 o Papa João Paulo II instituiu, através da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, a Pontifícia Comissão para a Conservação do Património Artístico e Cultural da Igreja. Esta comissão tinha como objetivo ampliar para todo o mundo o trabalho até então realizado pela Pontifícia Comissão Central para a Arte Sacra em Itália<sup>29</sup>. A nova Comissão Pontifícia entrou em funções a 1 de março de 1989 e tinha como missão a salvaguarda e a tutela de todo o património histórico e artístico pertencente à Igreja Católica através de cartas e recomendações de boas práticas de gestão dos bens culturais dirigidas às comissões episcopais, bispados e instituições católicas.<sup>30</sup>

A 10 de abril de 1989, a Comissão enviou através de carta circular dirigida aos presidentes das Conferências Episcopais um questionário sobre o estado das coleções histórico-artísticas da Igreja em todo o mundo e desta forma definir a estratégia de atuação da recém-formada comissão. Foi por isso necessário “avaliar a condição das Igrejas locais, relativamente à existência de comissões episcopais para a tutela do património da Igreja, às relações com as autoridades civis locais, ao estado de conservação e fruição dos bens e à formação universitária eclesiástica em matéria do património histórico e artístico”<sup>31</sup>.

Os resultados destes questionários mostraram que “without a renewed effort on the part of the clergy regarding the conservation of these goods and their cultural and pastoral valorization, and an awareness of their role in the work of evangelization, the liturgy, and the deepening of the faith, that new dynamic wished for by the Constitution *Pastor Bonus*, will hardly be possible”<sup>32</sup>. Por esta razão a P.C.C.P.A.C. enviou em outubro de 1992 uma carta circular sobre a formação cultural dos futuros padres de forma a criar uma consciencialização para a importância de salvaguardar o património religioso.

---

<sup>28</sup> COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010) espaços, momentos, museografia*, Tese de Doutoramento apresentada à FLUC, 2011, pp. 46-47.

<sup>29</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 47-48.

<sup>30</sup> CORROCHANO, *op. cit.*, p. 111.

<sup>31</sup> COSTA, *op. cit.*, pp. 51-52.

<sup>32</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontifícia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Circular letter regarding the cultural and pastoral training of future priests in their upcoming responsibilities concerning the artistic and historic heritage of the Church. Prot. n. 121/90/18*, Roma, 15 de outubro de 1992.

Nesta circular a Comissão sugere o reforço do ensino de várias matérias relacionadas com os bens culturais da Igreja como o estudo da arte sacra, arqueologia, estudos arquivística e de biblioteca, para colmatar falhas de proteção dos bens culturais devido a ações arbitrárias por parte dos seus zeladores resultando em perdas irreparáveis como roubos, vendas ilegais, graves danos ou restauros.<sup>33</sup> Este reforço passou pela criação de um programa de estudos avançados sobre o património cultural da Igreja na Universidade Gregoriana em Roma disponível para padres, membros de Institutos Religiosos e outros interessados de forma a preparar os candidatos destes estudos na área de preservação, conservação e salvaguarda deste património<sup>34</sup>.

A 25 de março de 1993 o Papa João Paulo II reestruturou, através do *Motu Proprio Inde a Pontificatus Nostri initio*, alternado o nome da Pontifícia Comissão para a Conservação do Património Artístico e Cultural da Igreja para Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja “compreendendo o património histórico-artístico da Igreja como um bem vivo, o qual pode ser desfrutado para fins de educação, catequese, liturgia e cultura”<sup>35</sup>.

A 10 de abril de 1994 a nova Comissão volta a emitir uma circular desta vez endereçada aos Institutos de Vida Consagrada e Sociedades da Vida Apostólica “since they are also great promoters of culture and art placed at service of faith as well custodians of a very important part of the archives, libraries, as well liturgical and artistic collections of the Church”<sup>36</sup>. Nesta carta encontram-se linhas gerais para estes institutos em matérias de património edificado, museus eclesiásticos, bibliotecas e arquivos assim como linhas orientadoras de forma como estas instituições devem cuidar do seu património.

## V – O papel da Igreja Católica Portuguesa na salvaguarda do Património Cultural

A 16 de maio de 1967 foi criada a Conferência Episcopal Portuguesa. As questões ligadas com as questões de arte sacra e do património religioso foram delegadas à Comissão Episcopal de Liturgia. Contudo em 22 de maio de 1989 a CEP criou a Comissão Nacional de Arte Sacra a fim de defender e tutelar os bens culturais da Igreja Portuguesa<sup>37</sup>.

Em 1990 a CEP emitiu uma pastoral sobre o património histórico cultural da Igreja de modo a que fosse um documento orientador sobre os bens eclesiásticos e a sua salvaguarda. Para a CEP “a origem do património eclesiástico prende-se ao exercício da função evangelizadora e pastoral da Igreja (...). Foi constituído e enriquecido, ao longo da história, tanto pela generosidade espontânea dos povos,

---

<sup>33</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>34</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *The Cultural Heritage of the Church and Religious Families*. Prot. n. 275/92/12, Roma, 10 de abril de 1994.

<sup>35</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 53.

<sup>36</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *The Cultural Heritage of the Church and Religious Families*. Prot. n. 275/92/12, Roma, 10 de abril de 1994.

<sup>37</sup> COSTA, *op.cit.*, p. 58.



como por oferta de pessoas económica ou culturalmente mais dotadas (...) ele contém em si próprio um valor artístico inesperável de uma convicção de fé; nasceu do encontro fecundo entre a inspiração religiosa e a inspiração estética”<sup>38</sup>.

A Conferência estende a noção de património histórico-artístico de imóveis e obras de arte, mas também “objetos e documentos humildes ou mesmo truncados que, estudados devidamente, podem constituir um precioso testemunho. Estão neste caso inúmeras imagens populares e objetos de culto singelos, ainda que caídos em desuso; lembramos as pedras tumulares e outros marcos epigráficos, os nichos rurais e os tradicionais ex-votos”<sup>39</sup>.

O documento elenca as várias finalidades do património religioso. A primeira é a função de culto sendo que os “locais de culto religioso e os objetos mais preciosos sejam os que se lhe destinam. (...) Efetivamente, os templos, imagens, alfaias litúrgicas, livros litúrgicos, instrumentos religiosos, produções literárias, plásticas e musicais nasceram para que o homem colocasse ao serviço do culto divino o melhor de si mesmo e as mais belas das suas obras”<sup>40</sup>.

Outras finalidades dos bens culturais da Igreja são a de catequese, como “atividade permanente de anúncio e de educação formal e informal, que exige meios de instrumentos dos povos”, o exercício da caridade, o exercício da memória histórica e a da identidade da comunidade eclesial<sup>41</sup>.

Inspirada pela criação de uma Comissão Pontifícia que se propunha produzir atividades de defesa e valorização do património cultural a Comissão Episcopal Portuguesa acreditava ser “preciso incentivar a reflexão e a atuação da Igreja e das instituições eclesiais no domínio do património cultural, numa perspetiva não só de fé, mas também intrinsecamente estética e histórica, com respeito cada vez maior pela sua função pastoral e evangelizadora”<sup>42</sup>.

O documento termina com algumas orientações direcionadas às dioceses sobre as responsabilidades sobre a salvaguarda destes bens. A CEP atribui às dioceses as ações mais urgentes de valorização do património, sendo necessário conduzir uma renovação das comissões diocesanas de arte sacra, solicitando o início de um processo de inventário; a criação de oficinas de restauro; em especial de imagens e de paramentaria; a montagem de exposições temáticas; a realização de encontros de sensibilização e de esclarecimento técnico de forma a desenvolver o interesse e a sensibilização por este património<sup>43</sup>.

---

<sup>38</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, Lisboa, 14 de maio de 1990, nº. 2.2.

<sup>39</sup> IDEM, *Ibidem*, nº. 7.2.

<sup>40</sup> IDEM, *Ibidem*, nº. 3.1.

<sup>41</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural...*, nº. 3.

<sup>42</sup> IDEM, *Ibidem*, nº. 6.

<sup>43</sup> IDEM, *Ibidem*, nº. 7.4.

A 16 de novembro de 2005 a Comissão Episcopal Portuguesa teceu um conjunto de *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*, indicando algumas normas sobre a gestão deste património<sup>44</sup>.

Entende a Comissão que a Igreja deva utilizar, para a realização da sua missão, os bens materiais e imateriais reservados ao culto e à catequese, marcando os imóveis destinados a estas atividades como de afetação religiosa<sup>45</sup>.

O documento outorga o dever se zelar pelo património religioso as pessoas que exercem cargos administrativos em entidades proprietárias destes bens como os bispos, reitores, párocos e outros membros da comunidade eclesial<sup>46</sup>. Deve-se entender como zelar este património a “guarda, conservação, restauro, utilização, valorização” respeitando a função do objeto e a sua sacralidade<sup>47</sup>.

No ponto 13, escreve a CEP que “o cumprimento dos deveres de conservação e defesa exige como primeira obrigação o registo dos bens imóveis nas devidas repartições públicas e a cuidada inventariação do património móvel, que hoje supões como indispensável o registo fotográfico”<sup>48</sup>, prossegue a comissão que se devem “adotar como critérios para a inventariação não apenas a presença de valor artístico ou económico, mas também o contributo do objeto para a história, a ciência e a memória da comunidade”<sup>49</sup>.

Recomenda o manual, obedecendo ao Direito Canónico, a criação em todas as dioceses do país de uma comissão de arte sacra ou de um departamento pastoral semelhante, de forma a promover a defesa, a conservação e a educação<sup>50</sup>.

Sobre o património documental, incumbe a Comissão de guardar e conservar de forma a proporcionar a consulta ao público de acordo com as normas destinadas a este tipo de património<sup>51</sup>.

O documento desafia ainda a criatividade dos proprietários dos bens culturais da Igreja de organizar exposições temáticas, a publicação de catálogos e a realização de concertos, em especial de música sacra<sup>52</sup>.

Após a emissão destes sucessivos documentos normativos as dioceses portuguesas começaram a reestruturar a sua organização interna de modo a darem resposta às recentes diretrizes de salvaguarda do património cultural.

---

<sup>44</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 69.

<sup>45</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações sobre os Bens culturais da Igreja*, Fátima, 16 de novembro de 2005, n.º. I, 4-5.

<sup>46</sup> IDEM, *Ibidem*, n.º. II, 10.

<sup>47</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e Orientações ...*, n.º II, 11.

<sup>48</sup> IDEM, *Ibidem*, n.º II, 13.

<sup>49</sup> IDEM, *Ibidem*, n.º II, 14.

<sup>50</sup> IDEM, *Ibidem*, n.º III.

<sup>51</sup> IDEM, *Ibidem*, n.º III, 25.

<sup>52</sup> IDEM, *Ibidem*, n.º III, 27.

A Arquidiocese de Braga, juntamente com a Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Braga, criou a 9 de fevereiro de 1989, o Instituto de História e Arte Cristã, com a finalidade de estudar, preservar e promover o património desta Arquidiocese. Em maio de 2005, o Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, criou a Comissão Arquidiocesana para os Bens Patrimoniais que teve como trabalho a inventariação do património da Arquidiocese<sup>53</sup>.

Na Diocese do Porto, foi decretado no ano de 1993 a realização de um inventário do património eclesiástico competindo função ao Secretariado Diocesano da Liturgia. Contudo, apenas no ano de 2004, o Bispo do Porto, D. Arlindo Lopes Coelho, nomeou um grupo de trabalho liderado pelo Padre Manuel José Dias Amorim para que se fizesse, de acordo com as normas, o inventário<sup>54</sup>.

A Diocese de Leiria-Fátima, em muito motivada pela história do santuário mariano, teve muita atenção com o seu património religioso. Em abril de 1998, o Secretariado Diocesano da Pastoral Litúrgica foi reestudado originando a Comissão de Arte Sacra e Património Cultural. A 4 de dezembro de 2002, esta Comissão publicou as *Normas sobre o Património cultural*, regulando a inventariação e a intervenção nos bens móveis e imóveis<sup>55</sup>.

A Diocese de Lamego teve dois programas de inventariação dos bens culturais. O primeiro programa decorreu de 1998-1999 no Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa. Este programa, criado por quinze padres, e financiado através de fundos da PRONORTE, e através de acordos entre a diocese o município, teve como impacto, de acordo António Manuel da Costa, de tornar “as autoridades eclesiásticas mais sensíveis à causa do património, mas também as restantes paróquias do território mais despertas para estas matérias”<sup>56</sup>.

O segundo programa foi iniciado a 1 de setembro de 2005 e teve como palco de atuação os Arciprestados de Lamego e de Tarouca, sendo co-financiado pelo Programa Operacional da Região Norte e pelo ON – Operação Norte, onde foram inventariadas 34 paróquias e imóveis como a Sé, que incluiu a Catedral e o Seminário<sup>57</sup>.

Em março de 1998 a Diocese da Guarda afirmou ter grande parte do património móvel inventariado e se estar a preparar uma equipa ligada à Diocese para inventariar o restante. Contudo, em outubro de 2004, o levantamento não chegava aos 10% do total a inventariar<sup>58</sup>.

Em Viseu, a Diocese e Centro Regional das Beiras da Universidade Católica organizaram colóquios anuais com o tema “Salvaguarda dos Bens Culturais da Igreja”, com o intuito de educar e de

---

<sup>53</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 359.

<sup>54</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 365.

<sup>55</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 408.

<sup>56</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 368.

<sup>57</sup> IDEM, *Ibidem*, p.368.

<sup>58</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 373.

sensibilizar em torno de questões como a preservação, a valorização, a conservação, restauro e turismo religioso<sup>59</sup>.

Em 2008, o Bispo de Viseu, D. Ilídio Pinto Leandro, reestruturou a Comissão de Arte Sacra dando lugar a duas novas comissões: a Comissão para os Bens Culturais, Arquivos e Museu; e o a Comissão para a Arquitetura Religiosa e Espaços Litúrgicos, de forma a desenvolver corretamente “o seu inventário, o seu estudo, a sua arquivagem, a sua renovação, bem como, também, a sua conservação em museu e a disponibilidade deste para a visita, estudo e investigação”<sup>60</sup>.

De forma a desenvolver corretamente um inventário do património artístico, a Diocese de Évora assinou, a 1 de março de 2002, uma cooperação com a Fundação Eugénio de Andrade. O inventário incidiu no património móvel artístico, património integrado e património arquivístico e bibliotecário<sup>61</sup>.

Sob orientação de Monsenhor Nunes Pereira, o inventário do património artístico da Diocese de Coimbra começou a ser feito ainda na década de 80. De forma a concluir este levantamento o Bispo D. João Alves nomeou uma Comissão de Inventariação em 1999. Em 2004, D. Albino Cleto criou o Departamento dos Bens Culturais da Igreja, de forma a continuidade e de corrigir algumas lacunas de normas de inventariação, este departamento tinha também a função de salvaguardar o património diocesano<sup>62</sup>.

À semelhança da Diocese de Lamego, também a Diocese de Bragança-Miranda recorreu a fundos comunitários para desenvolver trabalhos de inventariação. Em Macedo de Cavaleiros, a Associação Terras Quentes desenvolvia um inventário de todo o património arqueológico, religioso e civil do concelho. Pelo que em 2006 a Diocese, a Associação e mais um conjunto de instituições como a FLUL, a Universidade Católica e o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais colaboraram para desenvolver a inventariação do património religioso, móvel e imóvel, de todos os municípios do distrito, assim como conservar, restaurar e proteger este património<sup>63</sup>.

Em 2005 a Diocese de Viana do Castelo recorrendo aos fundos da CCDR-N para a inventariação do património diocesano, optou-se por inventariar o arquiprestado de Viana do Castelo e de Arco de Valdevez, correspondendo a cerca de um terço dessa Diocese<sup>64</sup>.

A Diocese de Santarém criou, em 2007, o projeto *Igreja Segura* que tinha como função a inventariação e detetar falhas de segurança nos edifícios da diocese. O projeto foi iniciado na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, sendo que se alargou no ano de 2010 por toda a Diocese<sup>65</sup>.

---

<sup>59</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 373-374.

<sup>60</sup> COSTA, *op. cit.*, p.374.

<sup>61</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 362.

<sup>62</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 371.

<sup>63</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 369-370.

<sup>64</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 370.

<sup>65</sup> COSTA, *op. cit.*, pp. 375-376.

Em 2009 a Diocese de Portalegre-Castelo Branco foi constituída a Comissão Diocesana para o Património e Bens Culturais com o intuito e criar um rol de inventário de preservar o património contra assaltos<sup>66</sup>.

Assistindo ao abandono de alguns imóveis destinados ao culto, intervenções de restauro amadoras e roubos sucessivos, o Bispo de Beja, D. Manuel Franco Falcão, criou em 1984 o Secretariado de Liturgia e Arte Sacra, que se dividia nos departamentos de Liturgia e Música Sacra, de Património Histórico e Artístico e das Novas Igrejas, incumbidos de contribuir para a investigação, inventariação, defesa, restauro e valorização de todo os bens históricos, artístico e documental da Diocese<sup>67</sup>.

Nesse ano, o Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja (DPHADB) deu início ao *Inventário de Bens Culturais da Diocese de Beja*, onde se incluía o património móvel e imóvel, mas também o imaterial, “instrumento fulcral e condição necessária para uma gestão eficaz da herança cultural do Bispado”<sup>68</sup>.

A somar à inventariação, a Diocese deu início a um programa de conservação e restauro de forma a recuperar e requalificar os bens móveis e imóveis. Foram ainda promovidas ações de sensibilização e de formação junto das paróquias e comunidades religiosas de forma a consciencializar esses grupos<sup>69</sup>.

O DPHADB efetivou algumas parecerias com associações locais e nacionais de defesa do património, com o Ministério da Cultura (nomeadamente com o IPPAR em 1999, com o IPCR em 2000 e com o IPM em 2001), e com as autarquias.

De forma a valorizar este património foram realizadas algumas exposições de âmbito local (*Vozes do Silêncio: Imaginária Barroca a Diocese de Beja*, 1997, em Mértola), nacional (*Entre o céu e a Terra*, instalada no Panteão Nacional) e até mesmo internacional (*Rosa Mystica: Nossa Senhora na Arte do Sul de Portugal*, 1999-2000, no Museu da Catedral de Ratisbona, Alemanha)<sup>70</sup>. Foram ainda criadas rotas culturais e uma Rede Museológica Diocesana, onde se incluíam monumentos e museus diocesanos, fundados pelo Departamento, conservando e restaurando alfaias litúrgicas que já não tinham função no culto, de forma a que este património fosse salvaguardo e apreciado pela população<sup>71</sup>.

---

<sup>66</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 376.

<sup>67</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 467-468.

<sup>68</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 468.

<sup>69</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 469

<sup>70</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 469-473.

<sup>71</sup> COSTA, *op. cit.*, pp. 479-486

## VI – O inventário como instrumento de salvaguarda

A urgência da criação de inventários e de uma posterior catalogação dos bens religiosos é plasmada numa carta circular de 8 de dezembro de 1998. Esta carta, enviada aos bispos diocesanos, outorgava-lhes o papel de porta-vozes na necessidade de zelar pelo património histórico-artístico. Este papel passava, num primeiro momento, pela consolidação de um inventário, e só depois pela compilação de um catálogo<sup>72</sup>.

Esta circular tinha como propósito traçar por linhas gerais os conceitos práticos e teóricos de inventariação e catalogação que já se encontravam decretados no Código do Direito Canónico (art.º 1283, 2º) onde se “ordena aos administradores que redijam um inventário exto e discriminado (...) das coisas imóveis e das coisas móveis quer preciosas, quer de qualquer modo respeitantes aos bens culturais ou de outras coisas, com a sua descrição e avaliação”<sup>73</sup>.

A Comissão distingue o ato de inventariar e de catalogar escrevendo que “L’inventariazione è un’attività conoscitiva di base. Si può definire “anagrafica” per il sistema puramente elencativo di carattere estrinseco con cui si costituisce. La catalogazione invece prende in considerazione il bene nel suo complesso dell’oggetto considerato nel suo contesto, nel suo significato e nel suo valore”<sup>74</sup>.

O objeto alvo de inventariação “è il bene culturale di interesse religioso in quanto manufatto, cioè in quanto opera prodotta dall’uomo, visibile, misurabile, deperibile. Tale opera è dotata di un’appressabile dimensione di rappresentatività religiosa, così che assume il valore di bene culturale ecclesiale”<sup>75</sup>. Os bens culturais passíveis de serem inventariados podem ser imóveis (tais como locais de culto, mosteiros e conventos, casas episcopais ou paroquiais, etc.), ou então bens móveis (nomeadamente pinturas, esculturas, mobília, roupas, instrumentos musicais entre outros). Documentos ou livros de arquivos e bibliotecas eclesíásticas são objetos de outras metodologias, pelo que a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja não os inseriu neste rol<sup>76</sup>.

O método de trabalho de inventariação e catalogação recomendado nesta circular divide-se em três fases: a primeira, a fase analítica, consiste na identificação do património terminando com a redação de um inventário geral; a segunda fase, ou fase analítica, corresponde à descrição individual do

---

<sup>72</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla necessità e urgenza dell’inventariazione e catalogazione dei beni cultrali della Chiesa. Prot. n. 147/97/87*, Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 1994.

<sup>73</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, *Manual de procedimentos de inventário de bens culturais da Igreja*, Lisboa, 2018, p. 8.

<sup>74</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla necessità e urgenza ...*, 8 de dezembro de 1994.

<sup>75</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>76</sup> IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiae Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla necessità e urgenza ...*, 8 de dezembro de 1994.

bem cultural resultando em fichas de inventário mais detalhadas; a última fase, termina com a compilação das fichas num catálogo<sup>77</sup>.

Necessário este procedimento serve para dar resposta às necessidades da gestão destes bens culturais. Do ponto de vista técnico, este inventário deve destacar o estado de conservação das peças de modo a poderem ser devidamente restauradas, sendo por isso indispensável uma descrição exaustiva nas fichas e acompanhada por fotografias. Do ponto de vista de segurança, estas fichas podem ser utilizadas pelas autoridades para precaver roubos, ou outras formas de desaparecimento destes bens. Por último, as referidas fichas, enquanto mecanismos de valorização do património, podem constituir uma importante vertente turística, didática ou informativa<sup>78</sup>.

A Comissão Episcopal Portuguesa, dirigindo-se a todos os zeladores de património, intimou a criação de um inventário dos bens artísticos que lhes estão confiados. A Comissão recomenda que “enquanto não houver oportunidade de um perito efetuar a inventariação segundo as normas hoje internacionalmente aceites, o responsável local, ajudado por leigos (...) que elabore uma simples ficha de cada peça, anotando o nome da obra e as suas dimensões, fazendo dela uma breve descrição, com chamada para algum pormenor de relevo; junte-lhe, como elemento imprescindível, uma fotografia, ainda que imperfeita.”<sup>79</sup>.

Em 2018, o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja lançou o *Manual de procedimentos de inventário de bens culturais da Igreja* de forma a “uniformizar e propor um conjunto de orientações, critérios e medidas, a adotar pelos técnicos e intervenientes no inventário dos bens da Igreja”<sup>80</sup>.

De acordo com o manual, o inventário deve ser iniciado com o levantamento gráfico e a planta do imóvel, onde esteja não só incluída a Igreja, mas também espaços anexos, como sacristias ou capelas laterais exteriores. A descrição do imóvel deve ser começada através do exterior, onde se devem referir elementos de interesse na envolvência do edifício, mas também a fachada e outros pormenores. No interior do edifício a descrição deve feita da esquerda para a direita a partir da porta<sup>81</sup>.

O manual identifica como património integrado “azulejaria, talha, pintura mural, de tetos ou retabular, mobiliário e outros equipamentos fixos (lavabos, pias, púlpitos e túmulos, etc.)”<sup>82</sup>.

---

<sup>77</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>78</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>79</sup> IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, Lisboa, 14 de maio de 1990, n.º. 7.5.

<sup>80</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, *Manual de procedimentos de inventário de bens culturais da Igreja*, Lisboa, 2018, p. 12.

<sup>81</sup> IGREJA CATÓLICA, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, *Manual de procedimentos...*, p. 20.

<sup>82</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 20.

Sobre o património documental recomenda o manual a realização de um levantamento geral dos manuscritos, livros impressos “de especial relevância e valor (por exemplo livros paroquiais, missais, gravura, etc)”<sup>83</sup>.

## VII – O interesse pela classificação

A classificação é “um instrumento jurídico que tem como finalidade a proteção e a valorização dos bens culturais. (...) Este procedimento consiste na recolha e organização de informação relativa ao bem cultural, no sentido da formulação de um juízo de valor, através da qual se concluirá pela relevância do bem, de tal forma que determine a sua classificação”<sup>84</sup>.

Os bens culturais passíveis de serem classificados podem ser de natureza imóvel, móvel ou imaterial. Estes podem ser imóveis como monumentos, conjuntos ou sítios, podendo ser classificados como de interesse nacional, interesse público ou de interesse municipal<sup>85</sup>.

De acordo com o artigo 15º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro “considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”; por sua vez, quando um bem cultural representa um valor de importância nacional, mas a classificação como monumento nacional se “mostre desproporcionado”, deverá ser apreciado como de interesse público<sup>86</sup>.

A proposta de classificação de um bem cultural pode ser apresentada por qualquer pessoa singular ou coletiva ou de um organismo público ou privado nacional ou estrangeiro<sup>87</sup>. No momento de abertura do processo de classificação o imóvel fica sujeito a um regime especial assim como a criação de uma zona geral de proteção de cinquenta metros a contar dos limites externos do bem a classificar<sup>88</sup>.

A classificação de bens culturais pertencentes à Igreja Católica e a outras comunidades religiosas compete exclusivamente ou ao Estado ou às Regiões Autónomas, pelo que a classificação de um imóvel religioso será sempre ou de monumento de interesse nacional ou de interesse público<sup>89</sup>.

Em 2015, por despacho de 4 de setembro de 2015, o Diretor-Geral do Património Cultural, Nuno Vassallo e Silva, e após a proposta de 31 de agosto do mesmo ano pela Direção-Regional da Cultura do Centro, foi aberto o procedimento de classificação do Seminário Maior de Coimbra, onde estão incluídos os três edifícios, os jardins e os muros envolventes<sup>90</sup>.

---

<sup>83</sup> IDEM, *ibidem*, p. 30.

<sup>84</sup> SANTOS, Susana; Martins Paulo e MOSER, Fernando de Mello – “A classificação de bens imóveis. Enquadramento legal, procedimentos e critérios” *In Revista Património Estudos*, nº6, Lisboa: IPPAR, 2004, p.50.

<sup>85</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08) – Título III – art.º 15.

<sup>86</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08) – Título III – art.º 15.

<sup>87</sup> IDEM, *ibidem*, Título V – art.º 25.

<sup>88</sup> IDEM, *ibidem*, Título V – art.º 43.

<sup>89</sup> IDEM, *ibidem*, Título IX – art.º 94.5.

<sup>90</sup> Anúncio nº 233/2015 30 de setembro de 2015. D.R. II série N.º 196 (2015-10-07) – n.º 1.



Publicado em Diário da República a 7 de outubro de 2015, estes imóveis em vias de classificação fruem de uma zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos)<sup>91</sup>.

Com a necessidade de firmar um rigor técnico e científico na salvaguarda foi necessário que todos os projetos, obras de conservação e restauro e outras intervenções fossem obrigatoriamente elaborados por técnicos de qualificação legalmente reconhecida, nomeadamente arquitetos. Sendo necessário, ainda, no término dessa intervenção, “ser elaborado e remetido à administração do património cultural competente um relatório de onde conste a natureza da obra, às técnicas, as metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, digitalizada ou sobre o processo seguido”<sup>92</sup>.

Estas obras são imperativas, de acordo com o art.º 46, “no respeito dos princípios gerais e nos limites da lei, o Estado, as Regiões Autónomas, os municípios e os proprietários ou titulares de outros direitos reais de gozo sobre imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem executar todas as obras ou quaisquer outras intervenções que a administração do património cultural competente considere necessária para assegurar a salvaguarda”<sup>93</sup>.

De acordo com o artigo 51, “não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados, nem mudança de uso suscetível de o afetar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos”<sup>94</sup>, ou seja, toda e qualquer intervenção deve ser feita por arquitetos e acompanhada por técnicos das direções regionais.

## Capítulo II – O Seminário Maior de Coimbra

### I – A sua fundação

As primeiras intenções da construção de um seminário diocesano<sup>95</sup> começaram em 1743 quando D. Miguel da Anunciação procurava um terreno onde se pudesse construir um colégio com regime de internato<sup>96</sup> fora dos limites da cidade, e onde o ambiente fosse mais propício ao estudo.

Na cidade de Coimbra existiam algumas casas de aluguer que albergavam seminaristas. Porém, ao ver o crescente número de candidatos ao sacerdócio, D. Miguel da Anunciação sentiu a necessidade de se construir uma casa “ampla, onde pudessem estar á vontade Mestres, Ordinandos e

---

<sup>91</sup> IDEM – n.º 3.

<sup>92</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08) – Título V – art.º 45.

<sup>93</sup> Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08) – Título V – art.º 46.

<sup>94</sup> IDEM – Título V – art.º 51.

<sup>95</sup> Os seminários foram criados na XXIII sessão do Concílio de Trento no dia 15 de julho de 1563. A criação destes espaços de formação sacerdotal surge para dar resposta à fraca capacidade que alguns párocos demonstravam em ter nas leituras e no ensino da doutrina. Cf. PEREIRA, Isaías da Rosa, *A formação do clero antes do Concílio de Trento*, Sep. de: Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora, vol. 1. Évora, 1994.

<sup>96</sup> CAMPOS, Aurélio de, *Seminário de Coimbra: subsídios para a sua história*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2014, p. 31.

Porcionistas”<sup>97</sup>. A construção de um seminário reforçava o poder do Bispado relativamente à Universidade no que diz respeito à formação da teologia, competindo assim à Diocese a formação do seu clero secular.

A razão pela qual não se construiu um seminário na cidade de Coimbra após a decisão do Concílio de Trento é nos justificada numa carta do Bispo D. Frei Álvaro de São Boaventura datada de 3 de junho de 1675, onde podemos ler que nesta “Diocese não fizeram os Bispos Seminário por haver nella uma tão insigne Universidade onde se ensinam todas as ciências; mas ainda assim teem os Bispos duas cadeiras de Theologia Moral que pagam das suas rendas e leem os Padres da Companhia de Jesus no seu Colégio das Escolas Menores; e na claustra da Sé, uma cadeira de Gramática que paga o Mestre-escola para aprenderem os moços do Coro...”<sup>98</sup>.

A 14 de agosto de 1744, pedia o rei D. João V que se “visse e consultasse” no Tribunal da Mesa da Consciência e Ordem “a petição do Bispo Coimbrão em que se referia que o Antístite intentava erigir um Seminário que provesse às necessidades da Diocese. A Mesa deu parecer favorável a 6 de novembro de 1749”<sup>99</sup>.

Os motivos pelas quais D. Miguel da Anunciação pretendia a criação de um seminário são explanados pelo próprio na Pastoral de 23 de maio de 1744:

«Considerando Nós a grande utilidade espiritual e temporal, que há-de resultar a este Bispado de nele se erigir um seminário, ou colégio para a educação dos meninos pobres e de pouca idade, que sendo a ele recolhidos possam ser bem instruidos em virtudes e letras, donde saindo nelas consumados e perfeitos nos possam ajudar na cultura da vinha...»<sup>100</sup>.

D. Miguel da Anunciação volta a defender a construção do Seminário de Jesus, Maria e José numa Carta Pastoral de 3 de janeiro de 1763 onde o Bispo escreve que:

«A ereção do nosso Seminário, para que educando-se nele os nossos subditos destinados ao sacerdócio se nutrissem com as palavras da Fé, crescessem na sciencia de Deus, se instruissem nas máximas do Evangelho, e se enchessem dos frutos da justiça e da verdade; de modo que fossem, idóneos ministros do Novo Testamento, providos cooperadores da nossa ordem, na mencionada empreza da celebração do nosso sínodo

---

<sup>97</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 27.

<sup>98</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p. 27.

<sup>99</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1966, p. 395.

<sup>100</sup> LAVRADOR, João E. Pimentel, *Pensamento Teológico de D. Miguel da Anunciação: Bispo de Coimbra 1741-1779 e renovador da diocese*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, p. 31.

diocesano, e capazes de os aplicarmos aos diferentes ministérios, que pedisse a sua execução, e a sua observancia, para maior honra, e glória de Deus, que é o Sagrado Centro, ao qual se devem dirigir todas as linhas que são as acções, que procedem do circulo da nossa vida, e do nosso governo»<sup>101</sup>.

O Seminário foi construído fora dos limites da cidade perto do Convento de Santana (atual Quartel Militar), e do Colégio de São José dos Marianos (atual Hospital Militar). Na área onde se instalou o Seminário eram, até aos finais da primeira metade do século XVIII, oito parcelas de olivais distribuídas por diferentes proprietários, sendo duas delas doadas por causa pia<sup>102</sup>.

Os custos da construção do Seminário começaram de acordo com o *Processo de Isenção do Seminário*, com o *aere próprio* do Bispo fundador D. Miguel da Anunciação, mas também contribuíram para esta obra os cofres da Mitra e as esmolos dos fiéis<sup>103</sup>. Na Pastoral de 25 de abril de 1749 o Bispo exortava aos párocos para que:

«(...) no tempo do recolhimento dos frutos, e ainda nos dias santos e domingos do ano, hajam de pedir esmolos e, quando houverem de remeter os seus róis de confessados, farão conta, com individualização, da importância delas, tanto das que tiraram pelas suas freguesias, como daquelas com que concorreram as Confrarias, as Irmandades e as que voluntariamente quiser dar cada um dos mesmos párocos»<sup>104</sup>.

Para o incentivo à esmola, o Bispo requereu à Nunciatura que deferisse indulgências a quem auxiliasse na construção do Seminário. Do mesmo modo D. Miguel da Anunciação pede a isenção da Diocese de Coimbra do pagamento da terceira parte das suas rendas à Patriarcal. Também a coroa patroneou a obra oferecendo madeiras do Pinhal de Leiria e do Brasil<sup>105</sup>.

Pela cronologia apresentada pelos vários estudiosos da história do Seminário podemos afirmar que o primeiro encarregado das obras da Casa Velha terá sido Frei João da Soledade. O primeiro reitor, Nicola Giliberti, assinou um contrato com esse arquiteto franciscano e com o mestre-de-obras Manuel Rodrigues, a 11 de junho de 1748, com o intuito de construir o Seminário<sup>106</sup>. Um mês após esse contrato, no dia 16 de julho de 1748, por ocasião da solenidade de Nossa Senhora do Carmo, foi lançada a primeira pedra da igreja do Seminário. Essa celebração foi presidida pelo Bispo Conde D. Miguel da

---

<sup>101</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 32.

<sup>102</sup> Cf. CAMPOS, *op.cit.* p. 32.

<sup>103</sup> CARDOSO, António Brito, *O Seminário de Coimbra: Colégio e Residência Universitária*, Separata de *Estudos*, fasc. II, 1966, p. 3.

<sup>104</sup> CAMPOS, *op. cit.* p. 40.

<sup>105</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 40.

<sup>106</sup> LOBO, Rui e RAGGI, Giuseppina – “O Seminário de Jesus, Maria e José de Coimbra. Um projeto de Giuseppe Antonio Landi” in *Revista de Estudos Italianos*, nº12, 2017, p.198.

Anunciação e terão comparecido nela todo o restante cabido da Sé, seminaristas e vários nobres da cidade<sup>107</sup>. João da Soledade terá sido o responsável até 1750 altura em que o plano das obras entrou em crise forçando porventura a paragem das mesmas<sup>108</sup>.

No ano de 1751 chega a Coimbra, vindo de Lisboa, o bolonhês Guiseppe Antonio Landi que ali se fixou de junho a novembro de 1751, altura em que foram retomadas a grande velocidade as obras do Seminário (existindo registos semanais para esses meses). Fontes divulgadas por Rui Lobo e Giuseppina Raggi sustentam a teoria de que este arquiteto italiano tenha “ganhado muito dinheiro com a revisão e remodelação do projeto da fábrica do seminário e a sua subsequente construção”<sup>109</sup>.

Landi terá sido apresentado a Nicola Giliberti por Giovanni Angelo Brunelli, um cónego que possivelmente terá conhecido Giliberti ainda em Itália. Numa carta de 20 de junho de 1751 Brunelli escreve: “Ho mandato al Landi a Coimbra, dove è andato per una visita di una fabrica, la lettera che mi inviate per lui”<sup>110</sup>. Assim podemos afirmar que Landi terá vindo para Coimbra a convite de Brunelli e que terá participado numa obra “per una mia raccomandazione”<sup>111</sup>. Outra carta que faz sustentar a tese que Landi tenha trabalhado para Giliberti é a forma de como o arquiteto saúda o reitor do seminário numa carta datada de 12 de novembro de 1776: “questo suo antico servitore (...) Suo umilissimo e obligat. Servitore Antonio Giuseppe Landi”<sup>112</sup>.

A presença bolonhesa no edifício faz-se sentir especialmente na da Igreja da Sagrada Família uma vez que a planta da Igreja do Seminário apresenta algumas semelhanças à da Igreja de Santa Maria della Vita, precisamente, em Bolonha<sup>113</sup>.

Guiseppe Landi parte para o Brasil no dia 2 de junho de 1753, mas antes pode ter sido o próprio a ter sugerido a Giliberti a contratação do mestre-de-obras João Francisco Tamossi, pessoa de confiança pessoal de Landi, para a execução do seu projeto para o Seminário Maior de Coimbra. A verdade é que Tamossi pode não ter acrescentado em muito no traçado do edifício uma vez que teve um final trágico ao cair de uma das torres acabando por falecer no local no dia 6 de outubro de 1755<sup>114</sup>.

Após a morte funesta de Tamossi foi designado Giacomo Azollini para terminar a construção do Seminário. A Azollini é atribuída “(...) a conclusão das escadas em espiral, (...) a Capela de São Miguel (...); desenhou e fez o portal da igreja (...)”<sup>115</sup>. Rui Lobo e Giuseppina Raggi atribuem também a Azzolini o lavabo junto à Biblioteca Velha e o *trompe-l'oeil* ao fundo do corpo oeste.

---

<sup>107</sup> Cf. CAMPOS, *op. cit.* p. 37.

<sup>108</sup> LOBO e RAGGI, *op.cit.* p. 200.

<sup>109</sup> LOBO e RAGGI, p. 195.

<sup>110</sup> IDEM, *Ibidem*, p.193.

<sup>111</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 194.

<sup>112</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 196.

<sup>113</sup> IDEM, *Ibidem*, p.196.

<sup>114</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*, pp. 201-202.

<sup>115</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 201-202.

O Seminário Maior da Sagrada Família trata-se de uma encomenda artística extraordinária. Giliberti e Miguel da Anunciação utilizaram todos os métodos à sua disposição para contratar alguns dos arquitetos mais reputados da altura, mas também comprar os melhores materiais. O portão de ferro do átrio foi encomendado ao bolonhês Antonio Torregiani, o altar-mor e as portas vieram de Nápoles assim como as esculturas da Sagrada Família e dos doutores da igreja latina esculpidas por Januário Vassalo e a tela da igreja com o tema *Menino Jesus entre os doutores*, terá vindo de Bolonha<sup>116</sup>. A cúpula do Seminário representando a *Assunção e Coroação da Virgem* rodeada pelos anjos, santos e figuras do Antigo Testamento, foi pintada pelo italiano Pascoal Parente e o órgão de tubos, datado de 1762, foi executado pelo espanhol Juan Fontanes de Maquera<sup>117</sup>.

O primeiro Reitor encomendou ainda de Itália alfaias litúrgicas compostas por uma “banqueta (...) sacras, um turibulo e uma naveta, tudo em prata lavrada e cinzelada (...) que ainda hoje funcionam nos atos litúrgicos mais solenes”<sup>118</sup>.

Nicola Giliberti foi, nas palavras de Pedro Vieira Gomes, “uma mais valia para a fundação do Seminário. Isto porque, através dos seus conhecimentos prévios e oriundos da cultura artística e arquitetónica italiana, lhe foi possível solicitar a vinda de arquitetos e artistas italianos conhecedores destes edifícios, bem como a compra de peças para o culto litúrgico e adornos vários”<sup>119</sup>.

Os paramentos adquiridos para o Seminário revelam a riqueza do programa artístico do Bispo Conde e do primeiro Reitor. Aurélio de Campos caracteriza-os da seguinte forma: “os castiçais, as jarras das flores são peças escolhidas em conformidade com o estilo e beleza do Seminário. Alguns paramentos do Seminário eram, mesmo, superiores aos da Catedral. A umbela do Seminário<sup>120</sup>, produção Indo-Portuguesa do séc. XVIII, (...) de ébano, prata lavrada e cinzelada, marfim e seda branca, fio de prata dourada, madeira de castanho (...). Estes ricos ornamentos litúrgicos são um sinal da magnificência do Bispo Conde”<sup>121</sup>.

Nos finais de outubro de 1758 vieram residir no, ainda inacabado, seminário o reitor, professores e alunos. Isto se deveu às parcas condições da Quinta de São Martinho onde estava a funcionar temporariamente o seminário. O Seminário deu-se por concluído no dia 28 de outubro de 1765 com uma grande festa e missa de Ação de Graças<sup>122</sup>.

---

<sup>116</sup> LOBO e RAGGI, p. 208.

<sup>117</sup> CAMPOS, *op. cit.* p. 41.

<sup>118</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 41.

<sup>119</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 25.

<sup>120</sup> A umbela do Seminário Maior de Coimbra está atualmente em exibição na exposição: *As Cores do Sol*, no Convívium de Santo Agostinho no Santuário de Fátima.

<sup>121</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 41.

<sup>122</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 42.

## II – A vivência no Seminário

Seria de pensar que num seminário apenas residiam seminaristas e alguns professores. Na verdade, apura-se a presença de empregados, padres, seminaristas e alunos, ainda que muitos deles não intencionassem enveredar numa carreira eclesiástica.

O desmesurado edifício não tinha só o propósito de acolher seminaristas, mas também de servir de internato de jovens que estudavam na Universidade. Estes alunos que viviam no edifício do Seminário, mas que se destinavam a carreiras civis, eram chamados de porcionistas ou de pensionistas<sup>123</sup>. Nos estatutos de 1745 escreve o Bispo Conde:

«O Nosso Seminário se funda nesta cidade de Coimbra onde ocorrem de todas as províncias do Reino os que querem seguir o curso literário da Universidade, na qual não há Colégio onde possam principalmente os nobres, viver retirados e desejando Nós que esta obra seja útil e proveitosa a todo o Reino permitimos e damos licença ao Reitor do dito Seminário de admitir certo número de porcionistas»<sup>124</sup>.

No Seminário apenas podiam ser admitidos como porcionistas “os filhos de nobres, ou desembargadores dos tribunais da Corte”, competindo ao Reitor inquirir “particular informação sobre este ponto, além das de nobreza, limpeza de sangue e costumes”<sup>125</sup>. Estes alunos apenas podiam residir no Seminário até terminarem os seus estudos na Universidade, porque “depois de terem recebido esta graduação, serão despedidos do Seminário”<sup>126</sup>. D. Miguel da Anunciação queria criar no Seminário todas as condições seguindo de perto aquilo que era o método de ensino e de disciplina do Real Colégio dos Nobres em Lisboa<sup>127</sup>.

No Seminário apenas eram admitidos como seminaristas “aquelles, que derem sinaes de devoção, e ardente desejo de se dedicarem ao serviço de Deos, e da Igreja (...) declaramos que somente serão seminaristas os filhos legítimos, e que para além de saberem penos menos ler e escrever competentemente, derem esperança pela sua índole, e vontade de servirem de perpetua utilidade à Igreja”<sup>128</sup>.

A vivência espiritual que os estudantes do Seminário Maior deveriam seguir encontra-se regulamentada no *Methodo Pratico de todos os exercícos e orações que quotidianamente se fazem no Seminário de Jesus, Maria e de José* criado no ano de 1789. De manhã ao acordar, o seminarista rezava o

---

<sup>123</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p. 40.

<sup>124</sup> CARDOSO, *op. cit.*, p. 5.

<sup>125</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 7.

<sup>126</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 8.

<sup>127</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 8.

<sup>128</sup> ASC, *Constituições do Seminário de Jesus, Maria, José*, aprovados pelo Papa Bento XIV, em 18 de Dezembro de 1748. Estatutos de D. Miguel da Anunciação, pp. 4-5

seguinte salmo: “*Deus, Deus, Deus meus ad te de luce vigilio* [etc.]”. De seguida ao segundo toque dirigiam-se ao lugar determinado para a oração e meditação, onde deviam estar meia hora<sup>129</sup>.

Um quarto de hora antes da refeição existiria uma lição espiritual onde o Reitor, ou o Prefeito que assistia e no final faziam perguntas relativamente ao que fora lido e meditado de forma a perceber o “quanto cuidado cada hum poe em adquirir as virtudes”<sup>130</sup>. No final das refeições os estudantes deviam seguir em fila reta do refeitório até à capela onde rezavam a *saudação Angélica*. Após esta oração faziam o exame de consciência “pedindo perdão a Deos confiados na sua graça de nunca mais pecar”.

Diariamente havia missa onde os alunos se encontravam divididos conforme as suas idades. Na eucaristia ajudavam os tonsurados vestidos com cota e sobrepeliz. Nos domingos e dias santos havia missa cantada que todos deviam assistir<sup>131</sup>.

Os estudantes “confessarsheão aos outo dias, ou quinze, como melhor parecer ao seu confessor, em cujo exercício supérfluo parece advertir quanto cuidado se deve pôr em examinar a consciência, e mover o seu coração à dor para chegar como se deve ao Tribunal da Divina Misericórdia”. Os estudantes deviam ainda se confessar e comungar todos os domingos do Advento, da Quaresma, assim como nas festas de Nossa Senhora, São José, dos Santos Apóstolos e da Sagrada Família<sup>132</sup>.

A devoção mariana era pautada com o toque do sino que convidava os residentes a rezar o terço “no lugar determinado ais exercícios. / Aqueles que ainda não tiveram ordens sacras, rezarão todos os dias o officio parvo de Nossa Senhora. Porém os que já tiverem recebido Ordens Sacras, hirão depois da aula de tarde rezar à capella pelas matinas, e laudes com o seu Prefeito”<sup>133</sup>.

### III – A educação no Seminário

Os primeiros estatutos de Seminário foram aprovados em 1748. Neles estava estabelecido que o Seminário iria servir para “que bem se instruissem os sujeitos escolhidos para o ministério do Sacerdócio”<sup>134</sup>.

Para a correta instrução dos futuros seminaristas, D. Miguel da Anunciação enviou alguns sacerdotes para cidades onde existissem universidades, para viverem em regime de internato, de modo a receberem a melhor das educações e serem professores mo novo seminário de Coimbra. As cidades escolhidas foram Paris e Toulouse, cidade onde estudaram os padres António Simões da Cruz e José

---

<sup>129</sup> ASC, *Methodo pratico de todos os exercicios e orações que quotidianamente se fazem no Seminário de J.M.J.*, ordenado para melhor instrução de todos os seus alunos, Real Oficina da Universidade, Coimbra, 1789, pp.3-5.

<sup>130</sup> ASC, *Constituições do Seminário de Jesus, Maria, José...*, p. 10.

<sup>131</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 11.

<sup>132</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>133</sup> ASC, *Constituições do Seminário de Jesus, Maria, José...*, p. 13.

<sup>134</sup> ASC, *Constituições do Seminário de Jesus, Maria, José...*, p. 3.

Joaquim de Barros<sup>135</sup>. Desta maneira o Bispo procedeu a uma reforma das ciências sagradas na diocese de Coimbra<sup>136</sup>.

O Bispo teve ainda, de acordo com o decreto de D. José I de 12 de junho de 1768, um «grande cuidado (...) na escolha dos Mestres, os quais para que fossem os mais haveis nos estudos neste Reino se cultivam a alguns naturais dele, mandara à sua própria custa estudar à Universidade de Paris e outros mandara vir de fora do mesmo Reino e deram tão boa conta de si e do que lá aprenderam e ensinam e se acham, hoje, alguns ocupados com muita honra, por Mim, em cadeiras régias do Colégio das Artes»<sup>137</sup>.

Em 1748 lecionavam-se no Seminário as disciplinas de Teologia, Filosofia, Gramática e Retórica, Cantochoão, Cânones e Cerimónias. Entre 1754 e 1759 foram acrescentadas as disciplinas de Teologia Dogmática e de Moral. No ano de 1760 frequentavam as aulas de Filosofia cinquenta e nove alunos, sendo destes apenas treze seminaristas<sup>138</sup>.

No ano em que as obras do Seminário foram concluídas ensinavam-se, de acordo com Aurélio de Campos: “Gramática que incluía Latim, Latinidade e Retórica; Filosofia que incluía Lógica, Física e Metafísica; Teologia Moral, Dogmática e Escritura Sagrada; Catecismo, Ritos Sagrados e Cerimónias; Direito Civil, Direito Canónico e Grego”<sup>139</sup>.

Era a vontade do Bispo que os professores seguissem as diretrizes educacionais estabelecidas nos compêndios e nos autores mais importantes na Europa para o ensino das Humanidades e Filosofia. Por sua vez no ensino da Teologia quis que fossem seguidos autores como os doutores da Igreja e autores que fossem ao encontro do pensamento teológico que o Bispo queria promover neste seminário<sup>140</sup>.

#### **IV – A economia do Seminário**

O Seminário necessitava de propriedades para conseguir ser autossuficiente e garantir uma vida económica desafogada. Foi por isso adquirir uma serie de bens de raiz, como diversos imóveis urbanos e rústicos prédios rústicos, casas de morada e quintas granjeando desta forma rendimentos para sustentar os professores e de garantir a isenção dos seminaristas<sup>141</sup>.

No final do século XVIII, estes bens de raiz localizavam-se no espaço periurbano de Coimbra. Todo ele era constituído por terrenos de dimensão considerável de maneira a ser uma fonte de

---

<sup>135</sup> CAMPOS, *op. cit.* p.65.

<sup>136</sup> GOMES, *op. cit.* p. 26.

<sup>137</sup> IDEM, *Ibidem*, p.65.

<sup>138</sup> IDEM, *Ibidem*, p.66.

<sup>139</sup> GOMES, *op. cit.*, p.66.

<sup>140</sup> Cf. CAMPOS, *op. cit.*, p. 67.

<sup>141</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 96.



rendimentos através da atribuição de rendas a receber sobre determinados bens, mas também para a produção dos alimentos consumidos no Seminário, como o azeite, o vinho e o pão.

A 25 de março de 1746 o Seminário comprou a Quinta do Almengue, constituída por uma vinha, dois olivais, terras de cultivo, casa e pomar. Mais tarde, em 1749 foi adquirida a Quinta dos Casais composta por casas, pomares, olivais e mata. De acordo com Aurélio de Campos esta era “uma das maiores quintas do Seminário, em extensão, produtividade e beleza. Possuía uma entrada majestosa, bom edifício e capela, amplos salões e biblioteca com pinturas de Azzolini”<sup>142</sup>.

A 18 de janeiro de 1759 foi assinada a escritura da Quinta da Torrinha. Esta quinta “incluía uma casa com cinco salas de sobrado, quatro lojas, cozinha, um alegreite com a sua parreira e algumas flores, um pequeno pomar de espinho, terra de campo e uma fonte.”<sup>143</sup>. Juntamente com a Quinta da Alegria estas duas propriedades formavam um latifúndio de grande rendimento ao qual se chamava de Ínsua. A Quinta da Alegria foi comprada por Nicola Giliberti com o intuito de a doar ao Seminário após a sua morte. A quinta tinha casa, pomares e terras de cultivo<sup>144</sup>.

Em 1761 o Seminário adquiriu a Quinta do Espinhaço do Cão “que constava, na sua maior parte, de pinhais de que o Seminário tinha necessidade para lenhas e de uma cerca com casa para feitor, um lagar de azeite, laranjal e algumas árvores de espinho.”<sup>145</sup>

Na cerca do Seminário ainda encontramos alguns vestígios da produção agrícola dos séculos passados, para além das oliveiras e do campo de cultivo sobreviveram o matadouro, o sítio de criação de animais, um forno e repositórios de conservação de alimentos como cereais e carne.

## V – D. Manuel de Bastos Pina: “O segundo fundador” do Seminário

António Brito Cardoso classifica o Bispo D. Manuel de Bastos Pina como “o segundo fundador” do Seminário. Tal designação não parece desmesurada tendo em conta as sucessivas reformas e melhoramentos patrocinados por este Bispo.

Primeiramente foram desenvolvidas algumas obras de requalificação e de restauro, como “a abertura de janelas, a implementação de uma rede de saneamento e a construção de instalações de higiene”<sup>146</sup>. O Bispo dotou o Seminário de lugares de recreio para os seus habitantes, no espaço frontal mandou criar um jardim e uma fonte em pedra lavrada, o claustro, que se encontrava abandonado, foi também ele ornamentado de forma a poder ser usufruídos.

Na segunda metade do século XIX o Seminário era cada vez mais procurado, motivo pela qual o edifício do bispado de D. Miguel da Anunciação se tornou insuficiente para receber tão elevado número

---

<sup>142</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 97.

<sup>143</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 97.

<sup>144</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p.

<sup>145</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p. 97.

<sup>146</sup> RAMOS, António Jesus, *O Bispo D. Manuel de Bastos Pina*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, p. 230.

de candidatos ao sacerdócio, como de porcionistas. No ano de 1873 o número de residentes ultrapassava as duzentas pessoas. Nesse ano foi iniciado um projeto de uma nova casa com o objetivo de receber sessenta alunos, destinada apenas aos candidatos ao sacerdócio. Em outubro de 1876 a «Casa Nova» recebeu os seus primeiros habitantes. Este edifício foi construído em harmonia com o edifício setecentista de forma a respeitar a fachada. Em 1789, Bastos Pina avança com o projeto de construção de um novo edifício para proporcionar, nas palavras do Bispo:

«um quarto a cada aluno, evitando assim a acumulação que não convém, andamos trabalhando na construção de um novo edifício no lado norte do seminário, em correspondência com o outro que fizemos também com o mesmo intuito, e que sirva ao mesmo tempo para dar aspeto mais harmónico e belo à frontaria do seminário, hoje de todo desassomburada com os desaterros que se fizeram, e com as gradarias de ferro e majestoso pórtico que se construíram na estrada do grande átrio do edifício»<sup>147</sup>.

A construção destes dois novos edifícios tinha como objetivo a total separação entre seminaristas e porcionistas. Todavia a existência de espaços coletivos como o refeitório ou as salas de aula foram apontadas como fragilidades do bom funcionamento da instituição por elementos do movimento ultramontano e legitimista que pretendiam que defendiam um seminário apenas para alunos destinados ao sacerdócio, mas também por estudantes laicos que tinham como objetivo afastar os porcionistas da esfera religiosa que lhe era a vigorada. D. Manuel de Bastos Pina tentou acalmar a situação justificando a admissão dos porcionistas como uma maneira de obter rendimentos que possibilitem a incensação total ou em parte para os alunos mais pobres e por outro lado o bispo acredita que a formação católica que os porcionistas tinham no Seminário servia “para o seu progresso moral porque, além de os preservar das más companhias (...) para, sem enfado e sem exagerações, lhes inspirar o sentimento da verdadeira religião e prática das virtudes cristãs”<sup>148</sup>.

D. Manuel de Bastos Pina viu-se obrigado a abandonar a sua residência oficial após a lei de separação do Estado e da Igreja em 1911. Apesar da Primeira República se ter comprometido na construção de uma nova residência a verdade é que o Bispo optou por ir morar no Seminário Maior de Coimbra. Os quatro espaços que foram alterados para acolher o Bispo serviram para acolher outros três até que em 1961 foi construída na rua do Brasil uma nova casa para o Bispo de Coimbra.

## VI – Identificar os principais espaços

O facto de o Seminário Maior de Coimbra nunca ter ficado totalmente desativado permite-nos reconhecer na planta atual a localização dos espaços de convivência e religiosidade quotidiana. Pedro

---

<sup>147</sup> RAMOS, *op.cit.*, p. 231.

<sup>148</sup> IDEM, *Ibidem.*, p. 233.

Vieira Gomes caracteriza a desenho do Seminário como sendo “um edifício de planimetria quase ortogonal, visto apresentar-se inscrito numa planta quase quadrada onde as dimensões dos lados são praticamente iguais (...) constituído por quatro braços que se comunicam mutuamente”<sup>149</sup>. Nesta estrutura o claustro não servia apenas para a comunicação dos quatro corpos do seminário, mas também para o dotar de luz natural.

No corpo norte do edifício encontramos a fachada monumental desta instituição religiosa. A entrada principal é constituída por uma cantaria com duas colunas que formam um arco que sustenta a varanda de acesso ao coro alto. Na parte superior da fachada encontramos o brasão do bispo D. Miguel da Anunciação como elemento identificador do seu fundador. Ao passar o portão de ferro da entrada “encontramos depois entrando para dentro duas portas uma à direita, e outra à esquerda (...), estas portas estão quasi sempre fechadas, e tinham noutro tempo um Porteiro, ao qual se dava o nome de Porteiro mór, emprego que até era exercido por um Padre: em frente encontramos a porta da Igreja”<sup>150</sup>. Atualmente as pessoas são encaminhadas para o lado esquerdo de quem entra onde está a portaria e aí podem comprar o bilhete de ingresso para visitar o Seminário.

### **O corpo central: Igreja da Sagrada Família**

O corpo central do edifício é composto pela Igreja e pelas duas sacristias adjacentes. A Igreja da Sagrada Família, enquanto espaço nevrálgico do próprio Seminário, foi desenhada e planeada minuciosamente em todos os seus pormenores dotando-a de um programa artístico e arquitetónico carregada de simbolismo. Pedro Vieira Gomes justifica este projeto como sendo o resultado “da aplicação do objetivo tridentino em delinear um renascimento católico que assentava no uso de uma expressão artística exuberante e majestosa para impressionar, dirigida aos sentidos, às emoções e à fantasia na tentativa de recuperar os que se tinham afastado da fé e alimentar as dos crentes”<sup>151</sup>. A porta de acesso à Igreja de vários tipos de madeiras e com incrustações em madre pérola e marfim proveniente de Bolonha, é emoldurada por duas colunas de mármore rosa com capiteis jónicos<sup>152</sup>.

A Igreja, projetada pelos dois primeiros arquitetos Landi e Tamossi, com uma nave central “em retângulo com ângulos cortados” é em muito semelhante à Igreja de Santa Maria della Vita em Bolonha<sup>153</sup>. Nas naves laterais estão dois altares em mármore de várias cores com duas, o altar da direita é dedicado a São José representado com o menino Jesus ao colo e o altar da esquerda é dedicado à Imaculada Conceição<sup>154</sup>. As imagens em madeira foram esculpidas pelo napolitano Januário Vassalo

---

<sup>149</sup> GOMES, *op. cit.*, pp.36, 45.

<sup>150</sup> IDEM., *Ibidem*, p. 37.

<sup>151</sup> IDEM., *Ibidem*, p. 38.

<sup>152</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p. 47.

<sup>153</sup> LOBO e RAGGI, *op. cit.*, p. 196.

<sup>154</sup> O altar da Imaculada Conceição é privilegiado pelo breve do Papa Pio VI de 22 de março de 1793.

em 1756. Sobre os altares estão duas relíquias de corpo inteiro dos mártires São Liberato à direita e de São Fortunato do lado esquerdo<sup>155</sup>.

Nos lados mais curtos observando de cima para baixo conseguimos identificar um púlpito, nichos concheados e confessionários. Em cada nicho encontramos uma estátua dos quatro Doutores originais da Igreja Católica do Ocidente Santo Agostinho, São Gregório Magno, Santo Agostinho, Santo Ambrósio. Os confessionários encontram-se por baixo dos nichos dos Doutores da Igreja, atualmente encontram-se desativados e tapados<sup>156</sup>.

À entrada da Igreja está a caixa do órgão de tubos realizado por Juan Fontane de Maquera decorada em talha dourada e com anjos músicos. No próprio órgão podemos ler *LAUDATE EUMIN CHORDIS ET ORGANO*, que se pode traduzir como “Louva-O com cordas e o órgão”. Atrás do órgão localiza-se o coro alto da Igreja, composto pelo cadeiral, assim como um conjunto de frescos relativos à música com a representação de instrumentos musicais nas paredes e no teto três corações representando o Sagrado Coração de Jesus, Maria e José.

A cúpula da Igreja, pintada por Pascoal Parente, apresenta a apoteose da Virgem Maria a receber a coroa pela mão do seu filho e com um resplendor das doze estrelas. No centro da cúpula é possível ver o zimbório com a representação de mais três anjos. O fresco é assinado debaixo da cena principal onde o autor escreveu “PASCHALE PARENTI PINX, 1760 PASCOAL”.

A capela-mor, de planta retangular, podemos encontrar o altar onde se celebrava a Eucaristia no Seminário. Nas paredes laterais tem quatro janelões embutidos em pedra lavrada com diversas relíquias de santos mártires. O altar-mor, oriundo de Génova, é composto por mármore de várias cores e laureada por anjos que seguram uma glória solar iluminada através de um vitral azul e amarelo. O retábulo deste altar representa o episódio bíblico da perda e encontro de Jesus no Templo. Nesta pintura Jesus é apresentado ao centro da tela rodeado pelos doutores da lei e à sua direita estão Maria e José. O significado simbólico desta tela ao representar Jesus no centro da pintura deve ser associado com a mensagem cristológica que se queria passar aos crentes, Cristo está presente no centro da tela, mas também no Santíssimo Sacramento disposto no sacrário e a própria Igreja esta no centro do edifício. Esta centralidade devia ser espelhada no quotidiano dos seminaristas para que eles tivessem sempre Cristo no centro da sua vida.

Na capela-mor encontramos ainda duas tribunas onde assistiriam missa as pessoas de condição mais nobre. No teto da capela-mor, pintado por Pascoal Parente, estão representados os quatro evangelistas e no centro está uma representação do Espírito Santo, em forma de pomba, rodeado com um resplendor.

---

<sup>155</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p. 50.

<sup>156</sup> GOMES, *op. cit.*, p. ?.

No arco triunfal que separa a capela-mor do restante corpo da Igreja encontra-se suspenso um lampadário em prata iluminado indicando a presença do Santíssimo no sacrário. Neste espaço encontrava-se, até ao Concílio Vaticano II, um separador de madeira que assentava nas paredes do arco e separava o espaço da assembleia do espaço do altar<sup>157</sup>. Atualmente essa grade encontra-se junto do altar-mor.

### **Corpo ocidental**

No piso térreo, ou primeiro piso, existem dois corpos: o corpo oeste e o corpo este. No alçado poente localiza-se uma pequena sala de convívio anexa a um bar de serviço assim como cozinha e dois refeitórios. De frente para o bar foi colocado um retrato de grandes dimensões do Bispo D. Miguel da Anunciação, e por tal, normalmente, as visitas começam sempre à frente desse quadro. O primeiro refeitório é chamado de refeitório suporte, isto é, serve sempre para ocasiões em que o refeitório principal se encontre cheio. Ao entrarmos no refeitório principal reparamos que ao longo dos anos tem sido um espaço em constante mutação. O único objeto original deste espaço é o púlpito onde se liam os textos espirituais. A cozinha ocupa a estrutura anexa ao refeitório onde ainda hoje se encontra.

A ligação entre todos os pisos do Seminário é feita através das escadas em caracol, uma estrutura circular que se caracteriza por não ter um eixo central, os degraus são apoiados uns nos outros e seguros nas paredes laterais. Existem duas escadas em caracol paralelas uma a outra. As escadas situam-se no corpo sul do Seminário. Há ainda uma escada lateral junto às sacristias, contudo essas só ligam o primeiro piso aos pisos superiores<sup>158</sup>.

### **Biblioteca**

No corpo nascente situa-se a biblioteca Velha. A biblioteca do Seminário começou com a doação privada de D. Miguel da Anunciação e da sua família; o primeiro reitor, D. Nicola Giliberti, comprou uma biblioteca particular de 601 volumes que doou a esta livraria, outras doações de colégios universitários, conventos e mosteiros e a compra de livros que vieram de Itália, França e Bélgica. A biblioteca velha tem assim a seu cuidado cerca de 8.500 livros catalogados de várias ciências como a Teologia, a Sagrada

---

<sup>157</sup> Espaços como o coro e a capela-mor eram espaços de circulação frequentemente restritos fisicamente demarcados por grades, cancelas e separadores de vários tipos. Cf. ANTUNES, Joana LOBO, «Mais lugares para ver a Deos somente: os cadeirais de coro manuelino e a sua (in)visibilidade», in CRAVEIRO, Maria de Lurdes; GONÇALVES, Carla Alexandra & ANTUNES, Joana (coord.), *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*, Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017, p. 50.

<sup>158</sup> GOMES, *op. cit.*, p.59.

Escritura, Direito Canónico, História e Liturgia entre outras que serviam de suporte não só para a formação do clero, mas também para a formação dos porcionistas que habitavam no Seminário, mas estudavam na Universidade. O espaço onde se encontra a biblioteca era originalmente reservado para o refeitório como nos indica o lavabo à porta, mas por razões de logística associadas à quantidade de livros que o Seminário ia recebendo e por estar mais perto das salas de aula o refeitório foi transferido para o outro lado da sala e aí colocada a biblioteca<sup>159</sup>.

### As salas de aulas

No primeiro piso encontramos ainda as salas de aula. Existiam no Seminário “sete Aulas precisas e necessárias, a saber, duas de gramatica, huma de Latinidade, outra de Rethorica, huma de Logica e metafisica, e Ethica, huma de Fisica experimental, e outra de Theologia Dogmatica quando ocorre o curso destas Sciencias aos Seminaristas, que são quem aellas se applicão; e outra de Theologia moral. Houve mais duas antes da Reforma da Universidade de Dir<sup>o</sup> Canonico e Civil”<sup>160</sup>. Das várias salas de aula que existem no Seminário aquela que se destaca pela sua importância e decoração é a sala 7, também chamada de sala dos azulejos. Nela sobrevive uma *cátedra* em madeira pintada de forma a imitar o mármore, a decoração da sala é feita através de um conjunto de azulejos produzidos na cidade de Coimbra com características da azulejaria produzida por Domingos Vandelli. Os azulejos desta sala contêm motivos bucólicos de caça e pesca pintados em várias cores. Esta era a Sala Magna do Seminário, uma vez que era aqui que se realizavam as assembleias gerais, mas também os Atos de Teologia<sup>161</sup>.

### Capela de São Miguel

No segundo piso encontramos duas capelas: a capela de São Miguel e a capela da Anunciação, curiosamente as duas capelas completam o nome do Bispo fundador do Seminário. Estas áreas destinavam-se apenas à religiosidade quotidiana da comunidade que aqui habitava. A capela de São Miguel, arquetada por Giacomo Azzolini, é mais um exemplo da cenografia na arquitetura religiosa.<sup>162</sup> O átrio de entrada para a capela é abobado e pintado a fresco com motivos litúrgicos como cálices, patenas e a Bíblia.

O teto encontra-se dividido em duas abóbodas com um centro pintado a azul remetendo à cor do céu. Na primeira abóboda apenas encontramos um resplendor, e na segunda abóboda está representada a pomba do Espírito Santo. O altar em madeira com relicários embutidos tem como

---

<sup>159</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 43 e CAMPOS, *op. cit.*, p. 53.

<sup>160</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 41.

<sup>161</sup> CAMPOS, *op. cit.*, p. 53.

<sup>162</sup> LOBO e RAGGI, *op.cit.*, 206.

imagem central o arcanjo São Miguel a derrotar o dragão. Sob o altar encontra-se uma urna com a relíquia de corpo inteiro de São Vicente vindo das catacumbas de Roma. Não se sabe muito da história deste santo apenas se sabe que terá sido um mártir dos primeiros séculos do cristianismo e que terá sido sepultado nas catacumbas de Roma e trazido para Coimbra como doação do Papa Bento XIV após o bispo de Coimbra ter requerido uma serie de relíquias para o Seminário.

O valor da relíquia sai reforçada no Concílio de Trento. Podemos considerar D. Miguel da Anunciação como o mais tridentino dos bispos de Coimbra, uma vez que ele seguiu à linha as orientações desse concílio. Sobre o papel da relíquia:

« Ordena o Santo Concílio a todos os Bispos e demais pessoas que tenham o encargo ou obrigação de ensinar, que instruem com exatidão aos fiéis, antes de todas as coisas, sobre a intercessão e invocação dos santos, honra das relíquias e uso legítimo das imagens, segundo o costume da Igreja Católica e Apostólica (...) ensinando-lhes que os santos que reinam juntamente com Cristo, rogam a Deus pelas pessoas, e que é útil e bom invocá-los humildemente, e recorrer às suas orações, intercessão e auxílio para alcançar de Deus os benefícios por Jesus Cristo seu Filho e nosso Senhor (...) Os fiéis devem também ser instruídos para que venerem os santos corpos dos santos mártires e de outros que vivem em Cristo, que foram membros vivos do próprio Cristo, e templos do Espírito Santo, por quem haverão de ressuscitar para a vida eterna para serem glorificados, e pelos quais são concedidos por Deus muitos benefícios às pessoas, de modo que devem ser condenados, como antigamente se condenou, e agora também os condena a Igreja, aos que afirmam que não se deve honrar nem venerar as relíquias dos santos, ou que é vã a veneração que estas relíquias e outros monumentos sagrados recebem dos fiéis, e que são inúteis as frequentes visitas às capelas dedicadas aos santos com a finalidade de alcançar seu socorro.»<sup>163</sup>.

Na parede da direita encontramos dois janelões com várias relíquias de mártires e nas colunas foram incrustados relicários com as relíquias dos Santos Apóstolos, contudo três delas encontram-se desaparecidas após o saque francês de 1810, ano em que as tropas de Napoleão marcharam pela cidade de Coimbra dentro, não tendo o Seminário escapado aos ataques e pilhagens que as tropas de Massena

---

<sup>163</sup> Concílio de Trento, sessão XXV 3-4 de dezembro de 1563.

perfizeram na região. O Seminário tornou-se nessa altura um autêntico quartel militar onde conviveram as tropas britânicas e os seminaristas que também aprendiam as táticas de guerra<sup>164</sup>.

### **Aposento Episcopal**

No corpo sul do mesmo piso encontramos um conjunto de quartos que foram alterados na segunda década do século XX para hospedar o Bispo de Coimbra. Aquando da implementação da República o Paço Episcopal de Coimbra foi tomado e posteriormente transformado no Museu Machado de Castro. O então Bispo de Coimbra, D. Manuel Bastos de Pina, transfere para o Seminário Maior de Coimbra a sua residência oficial e assim se permaneceu até que em 1961 foi construído na Rua do Brasil a nova Casa Episcopal junto do Colégio de São Teotónio.

O Aposento Episcopal do Seminário é composto por 4 espaços interligados: a sala de audiência geral, a sala de audiência privada, o escritório e o quarto do Bispo. A sala de audiência geral é escassa em decoração. No centro da sala está uma mesa de embutidos de várias madeiras e com o brasão do Bispo D. Miguel da Anunciação, decorada com algumas telas e com assentos em madeira e palhinha. A sala de audiência privada é em estilo francês, caracterizando-se pelos tons de dourado no estuque do teto e no papel de parede, as cadeiras e sofás forrados a seda. O escritório do Bispo é reservado apenas ao Antístite e ao seu secretário. No quarto é possível ver a cama ainda com uma coberta em seda, a mesa de cabeceira com um penico da fábrica Vista Alegre e a cómoda. Quer o quarto, quer a sala de audiência geral estão vedadas à entrada de pessoas pelas carpetes que se encontram nesses espaços. Os tapetes que ocupam quase a totalidade do chão das respetivas salas foram fabricados em Aubusson. No total foram quatro os Bispos que tiveram no Seminário a sua residência oficial: D. Manuel de Bastos Pina (1912-1913), D. Ernesto Sena de Oliveira (1914-1936), D. António Nunes (1936-1948) e D. Ernesto de Sena Oliveira (1948-1961).

## **VII – O património do Seminário**

Foi assim identificada a história do Seminário, desde da sua fundação, construção até à vida privada dos seminaristas, a educação e a economia doméstica, associados a documentos normativos e orientadores que nos fazem (re)ler o património desta instituição não apenas pelo edifício e o consequente património integrado, mas também o património religioso, o património documental, o património imaterial, como a música sacra, ou elementos quotidianos como testemunhas da atividade dos habitantes desta casa.

---

<sup>164</sup> ASC, *Justificação que fez o vice-reitor do Seminário, José Henriques Toscano, sobre o auxílio prestado à cidade de Coimbra, em 1814, quando esta se sublevou contra os Franceses.*



Desde do século XVIII até aos nossos dias, o Seminário Maior de Coimbra adquiriu uma vasta coleção de alfaias litúrgicas, paramentos, escultura e pintura e, assim como espaços objetos relativos à conservação e produção de produtos alimentares, até mesmo uma coleção de instrumentos químicos e fosséis, pertencentes à coleção Pova dos Reis<sup>165</sup>. Outra coleção do Seminário digna de nota é aquela produzida por Nunes Pereira, cuja revitalização foi parte deste estágio.

O Seminário dispõe ainda de um vasto conjunto de património móvel ligado ao quotidiano que passa por conjuntos de cozinha, panelões, porcelanas da fábrica Vista Alegre, um conjunto de fazer hóstias, sistemas de comunicação como rodas, ou objetos de devoção pessoal.

Muitos destes objetos foram desvalorizados, e acabaram mesmo por serem removidos ou guardados em situação precária. Para isso não acontecer compete ao Seminário criar mecanismos de salvaguardar o seu património através da inventariação e de projetos expositivos.

Atualmente, o Seminário tem por base conceções de museologia tradicional, apostando na exposição permanente da sua coleção histórico-artística limitando-se a expor a arquitetura do imóvel, o património integrado e algum património artístico, muito do qual ainda por carece de uma investigação científica, apostando numa vista guiada meramente explicativa, com tendência para a exaustividade, da arquitetura e da coleção. De acordo com João Paulo Avelãs Nunes uma das características da museologia tradicional é a pressuposição da “coincidência de referentes culturais e de perspetivas ideológicas entre os museus e os visitantes (adultos membros das classes altas e das classes médias)”<sup>166</sup>, como vamos mais tarde observar o público predominante do Seminário são pessoas de uma faixa etária adulta, culta e com profissões liberais. De forma a atrair outro tipo de públicos, o Seminário, em articulação com o seu parceiro Grupo Gala, deve adotar um serviço de públicos, de modo a estar apto à receção de vários tipos de públicos. Os visitantes têm, na maioria das vezes, uma posição passiva em relação ao Seminário, a forma de se alterar este paradigma e passar estes visitantes a serem mais ativos pode passar através da criação da Liga de Amigos do Seminário, assim como a organização de conferências, cursos livres e visitas de escolas e lares de idosos locais.

O Seminário deve criar um serviço educativo, adotando assim uma função educativa capaz de ir ao encontro de estabelecimentos de ensino, de grupos paroquiais, catequeses, e outros públicos. Este serviço educativo pode ser trabalhado em parceria com escolas e grupos catequéticos de todo o país. Neste âmbito devem ser criados vários recursos para estas visitas como: guiões de visita com jogos de descoberta, documentários e oficinas.

---

<sup>165</sup> O cônego Póvoa dos Reis distinguiu-se no estudo da Botânica descobrindo e classificando diversas espécies de plantas. No corredor da ala esquerda criou a “sala dos bichos”, assim denominada pela coleção zoológica aqui guardada, assim como os laboratórios de Química e de Física. Atualmente, esta coleção está em fase de estudo.

<sup>166</sup> NUNES, João Paulo Avelãs, «Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia» in PEDRAS, Rita Fernanda do Vale Pinto Pedras (coor), *I Jornadas de museologia nas misericórdias – actas*, Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2015.

Os museus e monumentos devem estar sempre ligados com a investigação, que deve ser vista como “instrumento de produção de conhecimento”, assim como a valorização de um arquivo documental e de uma biblioteca<sup>167</sup>. A investigação se deve promover baseia-se em edições de monografias, catálogos, inventários, e ainda circuitos pelos vários imóveis ligados à história do Seminário.

A investigação permitirá organizar discursos museológicos de ligações ao poder central e local, as relações com a Diocese, e o papel dos benfeitores<sup>168</sup>.

O Seminário deve criar uma base de dados acessível onde seja possível consultar fichas de inventário que estão em exibição e guardadas, e esta deve ser utilizada para a renovação do espólio assim como de exposições.

Pode ser criado um calendário de exposições temporárias de forma a mostrar algum do seu património guardado e incentivar novas visitas ao Seminário. Exposições com paramentos religiosos de forma a explicar a sua utilização, importância e a questão da cor relacionada com o tempo litúrgico; exposições fotográficas aos espaços de visita e expostas nesses locais; exposições de teor litúrgico; ligados à Sagrada Família ou até mesmo à fabricação da hóstia, acompanhando o percurso do trigo até se tornar o “Corpo de Cristo”.

### **VIII – O encerramento dos Seminário: Novos desafios**

A 24 de julho de 2013 o jornal *I* publica a notícia “Roma manda fechar seminários portugueses”. A notícia é referente à decisão do Vaticano e comunicada em abril pelo Patriarca de Lisboa. Os futuros sacerdotes passaram a partir desse ano a frequentar o curso de Teologia na Universidade Católica de Lisboa, Porto e Braga<sup>169</sup>.

Apesar da transferência da formação da Teologia para a Universidade Católica os seminários portugueses ainda têm uma participação bastante ativa na missão pastoral das dioceses, sendo que muitos deles ainda funcionam como seminários menores, cuja finalidade é a de “ajudar a maturação humana e cristã dos adolescentes que mostrarem dentro de si o gene da vocação ao sacerdócio ministerial, a fim de desenvolver, de acordo com a própria idade, aquela liberdade interior que os capacite a corresponder ao desígnio de Deus sobre a vida”<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>168</sup> O Seminário tem uma galeria de benfeitores no Salão de São Tomás. Essa coleção de retratos deve ser estudada de forma sistemática e apresentada ao público geral de forma de agradecimento a essas pessoas pela sua benemerência. Como sugestão de exposição desses quadros deve se ter em especial atenção ao Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

<sup>169</sup> <https://ionline.sapo.pt/372935> consultado a 16/08/18.

<sup>170</sup> IGREJA CATÓLICA, Congregação para o clero, *O Dom da Vocação Presbiteral: Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis*, L'Osservatore Romano, Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 2016, p. 14.

Com o cessamento da formação pastoral, muitos dos seminários começaram a explorar as suas potencialidades patrimoniais. Talvez o caso mais antigo da realidade museológica ligada a um seminário diocesano em Portugal seja o caso Museu Pio XII, fundado em 1957, no edifício do Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo em Braga. A Diocese de Beja, através do trabalho meritório do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, criou o Museu do Seminário de Beja no ano de 2005, enriquecendo a Rede Diocesana de Museus. Atualmente, esta divisão da Diocese encontra-se extinta por decisão do Bispo D. João Marcos.

Outros seminários que abriram as suas portas ao público, através de museus ou núcleos museológicos, foram o Seminário Diocesano de Leiria (que tutela uma sala-museu), o Seminário Maior de Viseu (com um espaço museológico dividido em 4 partes ligadas à liturgia), e o Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário do Porto (que reabriu as portas no dia 13 de março de 2017).

O nosso objeto de estudo, o Seminário Maior de Coimbra, fechou em setembro de 2012. Nessa altura, D. Virgílio Antunes, Bispo da Diocese, anunciou que os onze seminaristas passariam a estudar no Porto.

Atualmente, o Seminário ainda atua como uma instituição de ensino tendo dois cursos aos sábados com cerca de uma centena de alunos: a Escola de Teologia e Ministérios e aulas de música Sacra, também elas ligadas à Escola de Teologia.

Na última década o SMC sentiu a necessidade de abrir as suas portas ao público de forma a preservar o seu património através de obras de requalificação dos seus edifícios. Para esse efeito sentiu-se a necessidade de estabelecer uma parceria com uma empresa ligada ao mercado turístico, sendo a empresa escolhida o Grupo Gala.

O Grupo Gala é uma empresa na área do marketing e promoção turística com presença em várias cidades portuguesas: Guimarães, Braga, Porto, Coimbra, Batalha, Nazaré, Almada e Évora, mas também em Espanha. Em Coimbra, o Grupo Gala está presente também no Mosteiro de Santa Cruz, na Sé Velha e Portugal dos Pequenitos<sup>171</sup>.

O Grupo procura desenvolver as potencialidades turísticas de cada parceiro, atuando em áreas como a promoção, comercialização e desenvolvimento de programas e experiências turísticas<sup>172</sup>.

Para desenvolver a divulgação do SMC, o Grupo apostou na distribuição de *flyers*, presença assídua em feiras internacionais de turismo, parceria com agências e operadores turísticos. O Seminário abriu ao público no dia 12 de junho de 2017, apresentando, durante uma conferência de imprensa, um convite “a entrar em casa”, passar pelo refeitório, subir as escadas em caracol, conhecer a capela de São Miguel, conhecer os aposentos episcopais, contemplar a cidade de uma das mais belas varandas, deixar-

<sup>171</sup> <https://www.grupogala.pt/onde-estamos/> consultado a 16/08/18.

<sup>172</sup> <https://www.grupogala.pt/contactos/> consultado a 16/08/18.

se maravilhar pela Biblioteca Velha, com mais de 8.500 livros até 1800, sentar-se na sala dos atos e por fim fazer silêncio na Igreja da Sagrada Família – pelo meio são muitas histórias”<sup>173</sup>.

## Capítulo III – O estágio

### I – Inserção no estágio e atividades desenvolvidas

O estágio curricular decorreu ao longo de cinco meses, integrado nas equipas de trabalho do Seminário. Desde do início do estágio foram definidas como tarefas a desenvolver o acompanhamento das visitas guiadas, a realização de um estudo de públicos e o planificação e montagem de uma exposição temporária. Por esse motivo o meu trabalho no Seminário foi dividido entre as visitas ao Seminário e o Museu de Monsenhor Nunes Pereira.

Segue-se agora uma breve descrição das atividades desenvolvidas enquanto estagiário.

### II– Exposição *A Natividade em xilogravura: Revisitando Nunes Pereira*

Nas primeiras reuniões que se realizaram no início do estágio sugeri como uma atividade a desenvolver uma exposição temporária no Museu Monsenhor Nunes Pereira localizado no edifício do Seminário Maior de Coimbra. Por esta razão e em articulação com o calendário litúrgico foi definido como tema de exposição o Natal e o tema da natividade.

#### Base de Trabalho

Numa primeira fase da exposição foi definido através de várias reuniões entre o Reitor do Seminário, Padre Nuno dos Santos, e a responsável pelo Museu, Cidália Santos, criando um conjunto de diretrizes daquilo que se pretendia para esta exposição como o tema, o título, a duração da exposição, a narrativa, alguns aspetos práticos, o tipo de públicos e a divulgação.

O tema da exposição foi alusivo ao tempo litúrgico que estava a decorrer: a Natividade. Após a escolha do tema foram recolhidas xilogravuras deste tema e selecionadas para fazerem parte desta exposição. O tema da exposição: *A Natividade em xilogravura: Revisitando Nunes Pereira* foi escolha do Padre Nuno dos Santos exatamente porque se tratava de uma revisita a essa figura que foi Nunes Pereira e ao espaço museológico que se encontrava praticamente fechado.

Augusto Nunes Pereira nasceu na povoação da Mata, freguesia de Fajão, no dia 3 de dezembro de 1906. Terá herdado os dotes artísticos do seu pai António Nunes Pereira um escultor santeiro<sup>174</sup>.

<sup>173</sup> <https://www.noticiasdecoimbra.pt/seminario-maior-coimbra-convida-visitas-turisticas/> consultado a 16/08/18.

<sup>174</sup> Cf. CARDOSO, A. Brito, *Figuras da Diocese de Coimbra: Cónego Augusto Nunes Pereira (03/12/1906-01/06/2001)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, p. 7.

Entrou no Seminário Maior de Coimbra no ano de 1919 onde terá sido ordenado padre em 1929. A primeira paróquia que lhe foi atribuída foi a de Montemor-o-Velho, onde através dos seus dotes artísticos enriquecia a sua missão pastoral<sup>175</sup>.

Muda-se para Coja, em 1935, onde a sua presença ainda se faz notar através de altares, confessionários, pinturas a óleo e frescos. Nunes Pereira foi uma pessoa ativa na sociedade de Coja quer fosse a promover uma angariação de fundos para a construção da Casa Paroquial, da qual foi autor do projeto, quer fosse através da construção da Casa do Trabalhador, atual Casa do Povo. Também em Coja, Nunes Pereira dedicava-se ao ensino da sua arte dando aulas de desenho artístico e técnico<sup>176</sup>.

Nunes Pereira volta a Coimbra no ano de 1952 e aqui fica até ao dia da sua morte. Foi nomeado pároco de S. Bartolomeu a 13 de janeiro de 1952 e aí fica até 1980, ano em que se aposenta<sup>177</sup>. Na Casa Paroquial tinha o seu atelier repleto de objetos e obras onde se destacavam as xilogravuras<sup>178</sup>. Monsenhor Nunes Pereira era presença assídua no meio artístico da cidade do Mondego tendo sido um dos membros fundadores do Movimento Artístico de Coimbra (MAC). Foi ainda jornalista para o jornal "Correio de Coimbra" onde para além dos seus artigos publicava as suas gravuras. A sua importância enquanto artista foi reconhecida quando foi nomeado membro da Comissão de Arte Sacra e Conservador do Património Artístico da diocese de Coimbra em 1981<sup>179</sup>.

Era bastante comum encontrar Nunes Pereira a passear pelas ruas de Coimbra com um bloco e um lápis pronto para retratar o mundo que o rodeava, quer fosse através retratos de pessoas que passavam na rua ou cenas do quotidiano, ou também pormenores arquitetónicos de diversos monumentos da cidade.

Muda-se de novo para o Seminário Maior de Coimbra para gozar a sua reforma. Aqui constrói o seu último atelier onde fez as suas últimas peças. Morreu no Seminário Maior no dia 1 de junho de 2001, dias antes da inauguração do vitral da Igreja de São José em Coimbra da sua autoria.

A sua última oficina foi transformada em espaço museológico guardando algumas máquinas que este sacerdote utilizava no seu ofício.

Esta exposição temporária pretendeu contribuir para um maior destaque e um novo destaque do Museu. Com efeito, objetivava-se impulsionar um novo dinamismo em torno deste espaço, dando uma nova vida às peças deixadas pelo Monsenhor algumas das quais nunca anteriormente expostas. Desta forma este espólio pode ser destacado e aproveitado, atribuindo-lhe uma nova função e leitura que até então não tinham. Assim sendo cada peça, foi alvo de processo de inventariação, estudada e exposta ao público.

---

<sup>175</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 7-10.

<sup>176</sup> PIMENTEL, José Maria e OLIVEIRA, Maria da Conceição, *Monsenhor Nunes Pereira*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2001, p. 110.

<sup>177</sup> CARDOSO, A. Brito, *Figuras da Diocese...*, p. 7.

<sup>178</sup> Ainda hoje está lá uma placa comemorativa em homenagem a Monsenhor Nunes Pereira.

<sup>179</sup> PIMENTEL e OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 132.

## Fase de Produção

Nesta fase foram colocadas algumas questões de logística no espaço do Museu. As dimensões reduzidas e a disposição da exposição permanente conjugado com o pouco tempo fez equacionar a forma de como iríamos relacionar a exposição temporária com o resto do Museu. Assim sendo a solução arranjada foi a criação uma parede em *pladur* de cor branca de maneira a diferenciar a exposição temporária da permanente. Nessa parede foram colocadas da esquerda para a direita os quatro episódios da natividade: a anunciação, o nascimento de Jesus, a adoração dos pastores e a adoração dos Magos. Ao lado da xilogravura foi colocado o efeito da imagem quando aplicada sobre o papel.

O discurso expositivo assentou nos quatro episódios da natividade: a Anunciação, o Nascimento de Jesus, a Adoração dos pastores e a Adoração dos Magos. O acervo era composto por 13 xilogravuras e ao lado a xilografia, isto é, o efeito da imagem quando aplicada sobre o papel. O primeiro núcleo contempla a anunciação do Anjo Gabriel a Maria dando a Boa Nova de que iria dar à luz o filho de Deus. Nas três peças expostas encontramos a Virgem sentada a ler o Livro das Sagradas Escrituras quando aparece o Anjo Gabriel<sup>180</sup>. O anjo aparece diante da Virgem saudando-a da seguinte maneira: Ave Gratia Plena, em português, “Ave cheia de graça”. Maria, em introspeção e surpresa, responde: Ecce ancilla Domini Fiat mihi secundum Verbum tuum, isto é, “Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a Tua Palavra”.

A narrativa prossegue para o Nascimento de Cristo. Monsenhor Nunes Pereira, representou a Sagrada Família com uma influência clara no Evangelho segundo São Lucas<sup>181</sup>. Maria e José encontram-se em adoração a Cristo recém-nascido, apresentado aqui despido. A Sagrada Família encontra-se iluminada pela estrela e acompanhada pela frase: Gloria in excelsis Deo (“Glória a Deus nas alturas”), o hino que os anjos cantaram aos pastores de Belém. Também aqui se nota que Nunes Pereira se inspirou na iconografia franciscana ao representar a humildade com que Cristo escolheu para nascer<sup>182</sup>.

Os dois últimos temas representam as visitas a Cristo recém-nascido, primeiramente pelos pastores, seguidos pelos Magos. São Lucas escreve que um Anjo do Senhor apareceu a uns pastores que pernoitavam nos campos anunciando o Nascimento do Messias. Juntando-se a este anjo terá aparecido uma multidão do exército celeste cantando "Glória nas alturas a Deus! / E, sobre a terra, paz / entre as pessoas de boa vontade"<sup>183</sup>. Os pastores foram ao encontro do Messias, encontrando-O envolto nos panos e deitado na manjedoura junto de Maria e de José. Depois da visita dos pastores todos quanto ouviram a Boa Nova apressaram-se para ver Jesus.

<sup>180</sup> Sobre a iconografia da Anunciação ler SOBRAL, Luís de Moura Sobral, *Do Sentido das Imagens*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, pp.119-130.

<sup>181</sup> *Bíblia*, vol.1 – Novo Testamento: Os Quatro Evangelhos, tradução do grego, apresentação e notas de Federico Lourenço, Quetzal Editores, Lisboa, 2016, pp. 228- 232.

<sup>182</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissione Per I Beni Culturali Della Chiesa, *riflessione di s.e. mons. Mauro Piacenza: La rappresentazione della Natività nell'arte*, 23 de dezembro de 2005.

<sup>183</sup> Lc. 2: 14. In *Bíblia*, vol.1 – Novo Testamento: Os Quatro Evangelhos, p. 229.

Nestas xilogravuras encontramos as figuras de José com um ar de introspeção e a da Vigem Maria a cuidar de Jesus. Podemos ver ainda os pastores a cuidarem do seu rebanho no estábulo com as suas ovelhas e a frase que os anjos entoaram aos pastores.

O episódio da Adoração dos Magos chegou-nos unicamente através do Evangelho segundo São Mateus<sup>184</sup>. Os Magos seguiram a estrela no Oriente que os iria conduzir até Jesus. Quando a estrela parou, os Magos encontraram-no junto de Maria (e José<sup>185</sup>) e ofereceram-lhe ouro, incenso e mirra.

A iconografia deste tema apresenta os Magos carregando cada um o seu respetivo cofre onde estavam as prendas, o ouro, incenso e mirra, que entregaram ao Menino. São Mateus relata que os Magos encontraram Cristo junto à sua Mãe, mas Nunes Pereira retrata ainda este encontro com os Magos de forma mais intimista ao apenas retratar os Magos com Cristo.

No processo de montagem foi necessário que todas as peças pudessem valer por si só, isto é que as peças pudessem comunicar com o espetador, através de uma explicação, ou nas palavras de Michael Belcher, “La identidad del objeto trata de satisfacer dos necesidades: en primer lugar, hacer al objeto tan visible como sea posible y, en segundo lugar, ofrecer la suficiente información que permita al espectador identificar al objeto y dar respuesta a la pregunta básica ¿qué es esto?”<sup>186</sup>

Foi desenvolvida para esta exposição uma folha de sala com uma breve explicação da exposição, uma pequena biografia de Nunes Pereira e a descrição dos 4 episódios. No entanto a visita ao espaço é sempre guiada.

A visita era iniciada à porta do Museu onde se encontra uma peça em xisto com a representação da Sagrada Família, prosseguindo para o interior do espaço, num pequeno hall, somos convidados a fruir de algumas peças do pai do Monsenhor, mas também algumas das suas últimas peças. No espaço central do museu encontramos à nossa direita o espaço da exposição permanente e à esquerda o espaço da exposição temporária. Ao longo da visita guiada o visitante é encaminhado a fazer o percurso da Natividade ao longo dos quatro episódios aqui em exibição. No fundo da sala central existe ainda um painel com seis xilogravuras, estas peças retratam os contos de Fajão, contos populares recolhidos por Nunes Pereira e compilados numa obra com esse nome. Nestas xilogravuras são explicadas algumas histórias como a do Pote da Verdade, a Visita do Senhor Bispo e até mesmo a construção da ponte da aldeia. O espaço final localiza-se por detrás desse painel onde podemos encontrar alguns trabalhos do Monsenhor em diferentes materiais como cobre, calhau rolado, conchas e até mesmo osso.

A exposição abriu ao público no dia 31 de outubro de 2017 e encerrou ao público em finais de janeiro, tendo ao todo cerca de 250 visitantes registados.

<sup>184</sup> Bíblia, vol.1 – Novo Testamento: Os Quatro Evangelhos, pp. 62-65.

<sup>185</sup> No Evangelho segundo São Mateus a figura de José é omitida. “E entrando na casa, viram o menino com Maria, sua mãe; e caíndo ao chão prostraram-se em frente diante dele; e abrindo as suas caixas de tesouros, ofereceram-lhe presentes: ouro, incenso e mirra”. Mt. 2:11. in Bíblia, vol.1 – Novo Testamento: Os Quatro Evangelhos, p. 63

<sup>186</sup> BELCHER, Michael, *Organización y diseño de exposiciones: su relación con el museo*, Grijón, Ediciones TREA, 1991, p. 185.



A divulgação da exposição passou pela criação de uma *mailing list* onde constassem vários órgãos da comunicação social, mas também instituições de ensino e municipais. Enviaram-se convites a escolas e catequeses de forma a consolidar parcerias entre essas entidades e o Seminário e o Museu Nunes Pereira. Foram ainda desenvolvidos materiais impressos como cartazes e panfletos que foram distribuídos em locais estratégicos da cidade como na Universidade, na Biblioteca Municipal, outros museus ou postos de turismo.

A exposição era direcionada para todo o tipo de públicos. Contudo, dos públicos finais da exposição, aqueles que mais se destacam são os grupos infantojuvenis acompanhados em contexto escolar ou de catequese. Com estes grupos em mente tivemos a preocupação durante a montagem o nível de conhecimento sobre o tema, assim como, a altura em que as peças deviam ser dispostas de forma a poderem ser observadas por todo o tipo de públicos.

Esta atividade foi uma oportunidade para começar a estruturar um serviço educativo como visitas orientadas a um público mais juvenil e a criação de material pedagógico como fichas de exercícios e a oferta de um marcador de livro alusiva à exposição.

Em termos de *merchandising* a responsável do Museu criou para esta exposição uma coleção de postais com as peças em mostra.

O balanço final da exposição foi feito através da análise SWOT mapeando aspetos positivos e negativos, assim como, as potencialidades e limitações desta atividade de modo a perceber o que correu bem e melhorar em exposições futuras.

#### **Pontos fortes:**

- A localização geográfica favorável do edifício do Seminário;
- A época festiva em que se inseriu esta atividade;
- A relação entre a figura de Monsenhor Nunes Pereira e a Diocese;
- Exposição atrativa para grupos de catequese;
- As peças jornalísticas sobre o museu e a exposição.
- A criação de um espaço para novas exposições temporárias como: *O caminho da cruz em xilogravura: paixão, morte e ressurreição* (16/02/2018 – 5/5/2018) e *A beleza da mulher pela xilogravura de Nunes Pereira* (13-05-2018 a 31-11-2018).

#### **Pontos fracos:**

- Não existir acesso direto pelo interior do edifício;
- Pouca adesão à publicidade;



- Pouca divulgação nas redes sociais;
- Pouca adesão de no final da visita ao Seminário prolongarem para o circuito para a exposição.

**Oportunidades:**

- A inscrição da cidade de Coimbra na lista de Património Mundial da UNESCO;
- O aumento do número de turistas;
- A potencialidade das peças para atrair grupos de catequese;
- O facto de o museu entrar agora num novo dinamismo fará com que mais pessoas o queiram visitar.

**Ameaças:**

- O tema proposto pode não agradar a vários tipos de públicos e dessa forma, não frequentem este espaço museológico;
- A época festiva em que se inseriu esta atividade pode também não ajudar uma vez que muitas pessoas possam estar de partida para férias;

**III – O Seminário e o(s) seu(s) público(s)****O estudo de públicos e a sua metodologia**

Nos últimos anos sentiu-se a necessidade de se adotarem este tipo de estudos como forma de perceber quem são as pessoas que procuram cultura e a sua relação com as instituições culturais. Muitos destes estudos são desenvolvidos por pessoal especializado nas áreas da sociologia, museologia, estudos culturais e estudos artísticos.

Faz parte da dinâmica das entidades culturais a avaliação e a definição de estratégias para melhorar os seus serviços. Este estudo de públicos teve como principal objetivo traçar os perfis sociais dos visitantes, assim como, as suas expectativas e a sua avaliação.

A ferramenta de recolha de dados utilizada foi a de inquéritos por questionário autoadministrado entregues aos visitantes no termo da visita respondem a uma série de questões relacionadas com as razões da visita, as modalidades de acompanhamento, a satisfação, o sistema de visitas guiadas e dados sociodemográficos. O modelo de inquérito, inspirado em modelos utilizados em

museus públicos e privados, permitiu saber quais eram as pessoas que iam ao Seminário Maior de Coimbra, traçar perfis através das variáveis de informação como características sociais, o género, idade, instrução, situação profissional, onde reside. Através deste tipo de informação conseguimos perceber o que gostaram mais, o que gostaram menos, assim como a opinião das pessoas relativas à organização, serviços e de que forma a própria comunicação chegou ao público.

Estes formulários são instrumentos importantes porque permite ter informação de suporte para definir estratégias úteis de gestão e de programação, assim como, um plano de acolhimento dos públicos que a instituição não tem, mas que gostaria de passar a ter.

O trabalho de campo decorreu de 28 de setembro de 2017 até 24 de janeiro de 2018. O universo deste estudo é constituído pelos visitantes com 16 e mais anos, nacionais e estrangeiros, que entraram no horário normal de funcionamento. O tempo estimado para o preenchimento do inquérito era entre 8 a 10 minutos e era constituído por 38 questões, em português e inglês. A representatividade da amostra final foi de 25,80% num total de 597 visitantes.

O questionário é dividido em quatro partes. A primeira parte serve para identificar as motivações para a visita e perceber os motivos que os levaria a regressar ao Seminário. A segunda parte debruça-se sobre a modalidade de acompanhamento.

Na terceira parte foram colocadas questões sobre a avaliação dos visitantes no que diz respeito aos vários serviços do Seminário. Pretende-se com esta parte do inquérito identificar as potencialidades e fragilidades do Seminário do ponto de vista de quem o visita. A última parte do inquérito serve para traçar o perfil-sociodemográfico dos visitantes.

## Resultados

Os dados obtidos neste estudo permitem identificar os perfis dos potenciais visitantes do Seminário e assim trabalhar de forma a melhorar e a tornar mais apelativa a visita a este espaço.

O Seminário abriu ao público no dia 12 de junho de 2017 e por esse motivo verificou-se que 91% dos inquiridos estava a visitar o Seminário pela primeira vez<sup>187</sup>. O resultado destes estudos permite-nos saber as razões que levaram a visitar o Seminário foi a comunicação informal, ou seja, foi através da informação “boca a boca” dada por familiares ou amigos (30%), em detrimento da publicidade desenvolvida pelo Grupo Gala. A novidade do Seminário é das principais motivações da visita uma vez que maioria dos inquiridos respondeu que vinha para conhecer o edifício (55%)<sup>188</sup>.

---

<sup>187</sup> Ver gráfico 1.

<sup>188</sup> Ver gráfico 3.

Em relação às variáveis demográficas, o público do Seminário é maioritariamente feminino (61%)<sup>189</sup>, em relação à faixa etária a predominância está nas idades superiores a 60 anos (56%)<sup>190</sup>, sendo que a idade média dos visitantes é de 59 anos. Os visitantes do Seminário possuem níveis de escolaridade elevados: 64% indicaram ter formação superior<sup>191</sup>. Quanto à sua situação profissional os visitantes na sua maioria estão empregados (51%)<sup>192</sup>.

No que diz respeito à sua origem geográfica, é o público nacional o mais representado, com uma percentagem de 93%. Os estrangeiros significam apenas 7% dos respondentes. Do público nacional destacam-se os habitantes da região Centro (60%), seguidos pela região de Lisboa e Vale do Tejo (31%)<sup>193</sup>. Dos estrangeiros sobressaem os brasileiros (40%), seguidos dos espanhóis e dos norte-americanos (11%) e mexicanos (6%)<sup>194</sup>.

A grande maioria veio acompanhado (91%)<sup>195</sup>. As visitas são por norma feitas na companhia de familiares chegados (42%), cerca de 31% realizou a visita em casal e 26% visitou com amigos<sup>196</sup>.

Sobre o que os levaria a regressar a visitar o Seminário os visitantes optam pelos concertos e espetáculos (38%), exposições temporárias (28%), atividades como workshops e conferências (13%) e entrada gratuita (10%)<sup>197</sup>.

Relativamente à satisfação, tendencialmente os visitantes saíram muito satisfeitos (75,69%). Os locais de visita que os visitantes elegeram como os que mais gostaram destacam-se a Igreja da Sagrada Família (25%), a Biblioteca (15%), a Capela de São Miguel (14%) e os Aposentos Episcopais (12%), por outro lado os locais que menos gostaram foram o Refeitório (50%) e as Escadas em Caracol (18%)<sup>198</sup>.

Em relação aos serviços foi apresentada uma escala de um a cinco valores. As classificações mais altas dos visitantes foram para o pessoal, limpeza, e o sistema de visitas guiadas. Os parâmetros que obtiveram as classificações mais baixas foram a divulgação do Seminário, a qualidade da loja e a cafetaria<sup>199</sup>.

O sistema de visitas guiadas foi aprovado por uma grande generalidade (92%). Os guias foram classificados numa escala de 1 (mau) a 5 (muito bom) no que diz respeito aos conhecimentos (4,64), disponibilidade (4,75) e simpatia (4,78)<sup>200</sup>.

---

<sup>189</sup> Ver gráfico 14.

<sup>190</sup> Ver gráfico 13.

<sup>191</sup> Ver gráfico 17.

<sup>192</sup> Ver gráfico 18.

<sup>193</sup> Ver gráfico 16.

<sup>194</sup> Ver gráfico 15.

<sup>195</sup> Ver gráfico 6.

<sup>196</sup> Ver gráfico 7.

<sup>197</sup> Ver gráfico 5.

<sup>198</sup> Ver gráficos 9 e 10.

<sup>199</sup> Ver gráfico 11

<sup>200</sup> Ver gráfico 12.

#### IV – Propostas para o futuro

Foi assim identificada a história do Seminário, desde da sua fundação, construção até à vida privada dos seminaristas, a educação e a economia doméstica, associados a documentos normativos e orientadores que nos fazem (re)ler o património desta instituição não apenas pelo edifício e o consequente património integrado, mas também o património documental, o património imaterial, como a música sacra, ou elementos quotidianos como testemunhas da atividade dos habitantes desta casa.

A recente abertura do Seminário aponta algumas fragilidades de comunicação entre um produto cultural novo, os habitantes da cidade e os turistas. De acordo com o estudo de públicos, a fonte mais utilizada para conhecer o seminário foi porque alguém recomendou (48%), sendo que a presença do Seminário no meio de comunicação tradicionais (jornais, rádio, televisão, internet) não está a acontecer.

O Seminário precisa de desenvolver os meios de comunicação, divulgação utilizando as plataformas digitais como o Facebook, o Instagram e o Youtube, de forma atrativa, paradigmática para divulgar as visitas, as suas atividades culturais e pastorais. Estas redes podem também ser o ponto de partida para ter um cartaz cultural ativo e bem organizado e uma newsletter com todas as atividades que irão ocorrer no Seminário. Para que as redes sociais funcionem, elas têm de ser utilizadas eficazmente e de preferência regularmente. Somando-se à presença nas redes sociais, o Seminário deve apostar na presença na televisão, nomeadamente nos telejornais dos três canais mais vistos RTP1, SIC e TVI, mas também em programas ligados ao património cultural como o *Visita Guiada*, na RTP2.

Essas atividades podem passar por ciclos de cinema com conversas com realizadores e atores, concertos de vários estilos de música, como música sacra, jazz ou fado; teatro entre encenações ou a performances enquadradas em visita como acontece por exemplo no Museu Nacional Machado de Castro; outra ideia de atividade pode passar por jantares temáticos.

Em relação à captação de públicos, tendo em conta o estudo de públicos, uma das melhores formas é a criação de exposições temporárias (38%) no interior do Seminário, e até mesmo no espaço de visitas. Estas exposições podem ser fotográficas, ou com peças associadas à ourivesaria, pintura, escultura e paramentaria. Exposições como *Vestir-se de Cristo*<sup>201</sup>, no Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, ou *Eucaristia: Plenitudinis Mysterium – O Segredo da Superabundância Soteriológica*, na Igreja de São Tiago, em Coimbra, utilizaram paramentos e alfaias litúrgicas com o fim de não só ensinar e sensibilizar os visitantes, mas também de catequisar<sup>202</sup> e dar nova vida a estes bens culturais<sup>203</sup>. Pode ainda ser feita uma parceria com um Museu da Vista Alegre para desenhar uma exposição itinerária com

<sup>201</sup> <https://www.noticiasdonordeste.pt/2015/10/museu-de-arte-sacra-com-vestes.html/> consultado a 17/08/18.

<sup>202</sup> A expressão “catequisar” apresenta alguns constrangimentos, em especial quando utilizado em contexto de investigação, pelo que foi ponderado a utilização neste trabalho optou-se por ser utilizado em documentação da Santa Sé em referente aos museus eclesiais.

<sup>203</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 388.

peças da Vista Alegre no Seminário nos dois espaços. Esta parceria entre museus no qual os curadores são desafiados a procurar na coleção alguns objetos que nunca tivessem em exposição e que depois de exposto no sítio de origem pudesse ser integrado num contexto diferente de forma a ser interpretado de outra forma<sup>204</sup>. Exemplo deste intercâmbio de peças foi o empréstimo da umbela do Seminário Maior de Coimbra para a exposição: *As cores do Sol: a luz de Fátima no mundo contemporâneo*, que esteve patente ao público de 3 de dezembro de 2016 a 31 de outubro de 2018 no *Convivium* de Santo Agostinho na Basílica da Santíssima Trindade em Fátima.

Podem ser ainda criadas exposições cuja principal finalidade seja a do restauro de algumas peças que se encontrem em mau estado de conservação através da angariação de fundos através de donativos, campanhas de *cross funding* e de protocolos com a Comissão para os Bens Culturais da Igreja, ou de fundações ligadas à salvaguarda do património como a Fundação Millennium BCP.

O Seminário tem na sua posse um conjunto de bens culturais, como pinturas, esculturas, alfaias litúrgicas e paramentos para a criação de um calendário expositivo ligado ao calendário litúrgico. Mas também visitas temáticas que podem passar por sítios inacessíveis durante a visita, ou dedicada a um assunto que não é aprofundado na visita.

A Diocese de Coimbra, o Grupo Gala e o Turismo do Centro podem fazer uma colaboração para a criação de um bilhete conjunto para visitar todos os monumentos religiosos da cidade de Coimbra, e até mesmo um outro para o território da Diocese, em forma de passaporte e as páginas com uma marca de água com as fachadas dos edifícios. Este bilhete podia estar à venda em lojas de turismo na cidade, nas igrejas, mas também nas estações de comboio e de autocarro.

O papel educativo do Seminário ainda hoje permanece ativo com a Escola de Teologia, pelo que as matérias podiam extravasar para o ensino da arte cristã e da necessidade de preservar estes bens culturais. O papel da educação patrimonial no Seminário deve ser considerado, uma vez que “visa promover o conhecimento, a valorização e a salvaguarda de bens patrimoniais, estabelecendo uma mediação entre a sociedade e o seu objeto de estudo”<sup>205</sup>.

O Seminário deve ainda articular protocolos com escolas e centros de catequese do distrito de Coimbra e até mesmo do país, que ao visitarem a cidade de Coimbra, visitem também este espaço, articulando-se com os programas de estudo das escolas. Devem ainda ser criadas atividades atrativas para esses públicos, como oficinas criativas, como por exemplo: oficina de culinária ensinando a fazer bolos ou bolachas; oficina de fantoches, fazendo fantoches das peças do seminário, ou de figuras da cidade, ou uma oficina de natal e pedir às crianças que façam presépios ou árvores de natal para decorar o jardim do Seminário, ou até mesmo o interior do espaço, de maneira a poderem regressar a

---

<sup>204</sup> Cf. FERREIRA, Inês, *Criatividade nos museus: Entre e elementos de mediação*, Casa de Gamba, Caleidoscópio, 2016, p. 183.

<sup>205</sup> MENDES, José Amado – *Estudos do Património Museus e Educação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 265.

este espaço com os pais. Em relação a jogos temáticos podem ser criados jogos como o Jogo da Glória com a história do Seminário, pode existir um em versão grande para ser jogado com os professores, ou então, jogo de memória com as peças do Seminário, ou do Museu de Nunes Pereira.

Amado Mendes escreve que na “formação ao longo da vida, deverão organizar-se ações de formação (seminários, palestras, conferências, visitas guiadas, etc.), destinadas a públicos-alvo diversificados”<sup>206</sup>. Podem ser criados minicursos de iconografia cristã associada à Escola de Teologia, mas também colóquios sobre o património religioso convidando pessoal técnico ligado à DGPC, ao Secretariado dos bens Culturais da Igreja e ao Turismo de Portugal para se perceber a visão destas três entidades neste tipo concreto de património. Após esta conversa mais técnica passar-se-ia para exemplos práticos com os responsáveis por monumentos/museus ligados à Igreja, mas tutelados pelo Estado (ex: Mosteiro dos Jerónimos, Convento de Cristo, Convento de Tomar, Santa Clara-a Velha), por monumentos tutelados pela Igreja, mas com uma missão patrimonial afirmada (ex: Santuário de Fátima, Tesouro-museu da Sé de Braga) ou de modelo misto (ex: Torre dos Clérigos). Acredito também ser do interesse a quem este colóquio é destinado perceber de que maneira é feita a requalificação e preservação destes monumentos.

O Seminário deve ainda apostar na sua loja como sendo uma fonte de rendimento. Atualmente o Seminário tem uma loja modesta e pouco aprazível. Deve ser para isso montado um espaço visível onde as pessoas consigam localizar a loja e apreciar os produtos. Os produtos à venda na loja são lápis, cadernos, hímnes, postais com gravuras de Nunes Pereira, e algumas publicações, maioritariamente sobre Nunes Pereira. O Seminário deve pensar por isso renovar a lista de publicações, criando um roteiro de vista, um catálogo, fac-símile de alguns livros, nomeadamente do livro erótico da Biblioteca Velha do Seminário que desperta interesse e curiosidade nos visitantes. Os produtos disponíveis para venda podem aumentar para borrachas, canecas, postais, marcadores e calendários com peças do Seminário, mas também réplicas de cerâmica.

O Seminário deve apostar na divulgação da Biblioteca Nova do Seminário corrigindo uma falha que existe nesta cidade que é a falta de sítios para estudar na época de exames onde as bibliotecas e salas de estudo da Universidade se encontraram cheias, e no verão quando as mesmas fecham e o Seminário pode ajudar a colmatar esse problema.

---

<sup>206</sup> MENDE, *op. cit.*, p. 266.

## Conclusão

No termino do estágio, concluímos que o Seminário assumiu o papel de zelador do seu património cultural, sendo por isso responsável pela sua salvaguarda tendo por isso criar uma consciência sobre as potencialidades desse património

As problemáticas aqui reunidas e analisadas ao longo deste relatório ilustram o crescimento e a consolidação da noção de património cultural, em particular o património religioso, e criar uma base para a gestão do património religioso.

As atividades desenvolvidas no estágio serviram para criar uma base de trabalho para essa gestão. O trabalho levado a cabo na realização da exposição pretendeu servir como preparação para novas exposições, quer dentro do Museu Monsenhor Nunes Pereira, quer mesmo no espaço de visita do Seminário.

Por sua vez, o estudo de públicos concretizado para este relatório, permite-nos conhecer os públicos que visitam o Seminário, o seu perfil sociodemográfico, as razões pelas quais visitou o Seminário, mas também perceber o que os tornaria a fazer visitar de novo criando desta forma visitantes regulares.

Apesar de alguns constrangimentos acredito que os aspetos a que me propus realizar foram cumpridos e de que apliquei o conhecimento teórico na prática.

## BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

### Fontes do Arquivo do Seminário de Coimbra

ASC, *Justificação que fez o vice-reitor do Seminário, José Henriques Toscano, sobre o auxílio prestado à cidade de Coimbra, em 1814, quando esta se sublevou contra os Franceses.*

ASC, *Constituições do Seminário de Jesus, Maria, José*, aprovados pelo Papa Bento XIV, em 18 de Dezembro de 1748. Estatutos de D. Miguel da Anunciação.

ASC, *Methodo pratico de todos os exercícos e orações que quotidianamente se fazem no Seminário de J.M.J.*, ordenado para melhor instrução de todos os seus alunos, Real Oficina da Universidade, Coimbra, 1789,

### Documentos da Igreja Católica

IGREJA CATÓLICA, Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, Lisboa, 14 de maio de 1990.

IGREJA CATÓLICA, Congregação para o clero, *O Dom da Vocação Presbiteral: Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, L'Osservatore Romano, Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 2016.

IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *The Cultural Heritage of the Church and Religious Families*, Prot. n. 275/92/12, Roma, 10 de abril de 1994.

IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Ecclesiæ Bonis Culturalibus, *Lettera Circolare sulla necessità e urgenza dell'inventariazione e catalogazione dei beni cultrali della Chiesa*. Prot. n. 147/97/87, Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 1994.

IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissio de Patrimonio Artis et Historiæ Ecclesiæ, *Circular letter regarding the cultural and pastoral training of future priests in their upcoming responsibilities concerning the artistic and historic heritage of the Church*, prot. n. 121/90/18, Roma, 15 de outubro de 1992.

IGREJA CATÓLICA, Pontificia Commissione Per I Beni Culturali Della Chiesa, *riflessione di s.e. mons. Mauro Piacenza: La rappresentazione della Natività nell'arte*, 23 de dezembro de 2005

IGREJA CATÓLICA, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, *Manual de procedimentos de inventário de bens culturais da Igreja*, Lisboa, 2018.

### Outros documentos

ICOMOS, *Filing the gaps*, Paris, fevereiro de 2004.

UNESCO, *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*, Paris, 16 de novembro de 1972.



## Legislação

Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. D.R. I série A. N.º 209 (2001-09-08).

Decreto-Lei nº 115/2002 de 25 de maio de 2002. D.R. I série. N.º 102 (2012-05-25).

Decreto-Lei nº 114/2002 de 25 de maio de 2002. D.R. I série. N.º 102 (2012-05-25).

Anúncio nº 233/2015 30 de setembro de 2015. D.R. II série N.º 196 (2015-10-07).

## Estudos

AFONSO, André das Neves, *Museus da Igreja: Missão pastoral e Cultural*, Lisboa, Paulus Editora, 2015.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1966.

ANTUNES, Joana LOBO, «Mais lugares para ver a Deos somente: os cadeirais de coro manuelino e a sua (in)visibilidade», in CRAVEIRO, Maria de Lurdes; GONÇALVES, Carla Alexandra & ANTUNES, Joana (coord.), *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*, Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017

BELCHER, Michael, *Organizacion y diseño de exposiciones: su relación con el museo*, Grijón, Ediciones TREA, 1991.

CABRAL, Clara Bertrand, *Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos*, Lisboa, Edições 70, 2014.

CAMPOS, Aurélio de, *Seminário de Coimbra: subsídios para a sua história*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2014.

CARDOSO, A. Brito, *Figuras da Diocese de Coimbra: Cónego Augusto Nunes Pereira (03/12/1906-01/06/2001)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra.

CARDOSO, A. Brito, *Figuras da Diocese de Coimbra: D. Manuel Correia Bastos de Pina*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987.

CARDOSO, António Brito, *O Seminário de Coimbra: Colégio e Residência Universitária*, Separata de Estudos, fasc. II, 1966.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2011.

CHOAY, Françoise, *As questões do património: Antologia para um combate*, Lisboa, Edições 70, 2015.

CORROCHANO DE LOS SANTOS, Maria Isabel, *Museos Eclesiásticos en España: génesis y subsistencia*, Logroño, Aguja de Palacio Ediciones, 2017.

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da, *Museologia da Arte Sacra em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2011.

- DIAS, Pedro, *O Seminário Maior de Coimbra e as relações estéticas de Portugal com a Itália na Época Moderna*, separata do "Arquivo Coimbrão", Boletim da Biblioteca Municipal, vol. XXXIII-XXXIV, 1990-92.
- FERREIRA, Inês, *Criatividade nos museus: Entre e elementos de mediação*, Casa de Gama, Caleidoscópio, 2016.
- GOMES, Pedro Vieira, *De Perpetuo Seminário. O Seminário de Jesus, Maria e José de Coimbra*, prova final apresentada à FCTUC, 2002.
- LAVRADOR, João E. Pimentel, *Pensamento Teológico de D. Miguel da Anunciação: Bispo de Coimbra 1741-1779 e renovador da diocese*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995.
- LOBO, Rui e RAGGI, Giuseppina, «O Seminário de Jesus, Maria e José de Coimbra. Um projeto de Giuseppe Antonio Landi», in *Revista de Estudos Italianos*, nº12, 2017.
- LOURENÇO, Federico, *Bíblia*, Novo Testamento: Os Quatro Evangelhos – vol.1, tradução do grego, apresentação e notas de Federico Lourenço, Quetzal Editores, Lisboa, 2016.
- MENDES, José Amado, *Estudos do Património Museus e Educação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- MENDES, José Armando, *Estudos do Património Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.
- MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins & ALMEIDA, Marta Tavares de (coord.), *Direito do Património Cultural: comunicações apresentadas no Curso realizado no Instituto Nacional de Administração*, Oeiras: Instituto Nacional de Administração, 1996.
- NUNES, João Paulo Avelãs, «Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia» in PEDRAS, Rita Fernanda do Vale Pinto Pedras (coord.), *I Jornadas de museologia nas misericórdias – atas*, Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2015.
- PIMENTEL, José Maria e OLIVEIRA, Maria da Conceição, Monsenhor Nunes Pereira, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2001
- RAMOS, António Jesus, *O Bispo D. Manuel de Bastos Pina*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995.
- SANTOS, Susana; Martins Paulo e MOSER, Fernando de Mello, «A classificação de bens imóveis. Enquadramento legal, procedimentos e critérios» in *Revista Património Estudos*, nº6, Lisboa: IPPAR, 2004.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (coord.), *Iniciação à museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.



# ANEXOS

Anexo I (Fotográfico)



Figura 1 – Vista Geral para a Casa Velha do Seminário Maior de Coimbra.

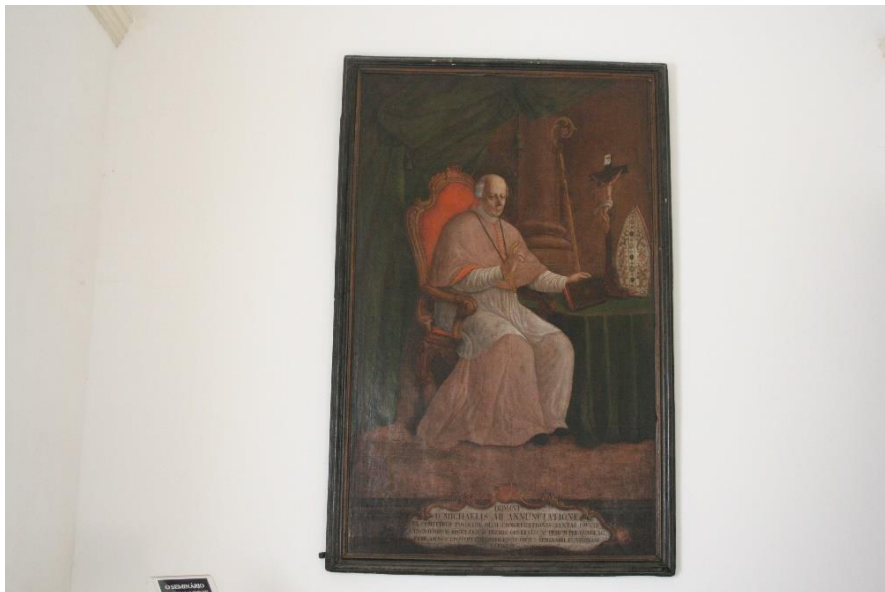


Figura 2 – Retrato de D. Miguel da Anunciação.



Figura 3 – Púlpito do refeitório principal do Seminário

Este púlpito é o único elemento original neste espaço. Daqui liam-se as leituras espirituais nos momentos das refeições.

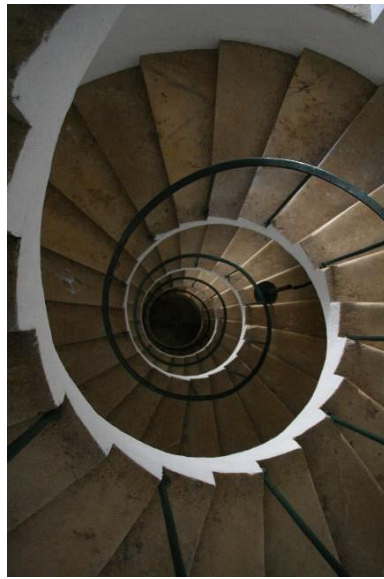


Figura 4 – Escadas em caracol.



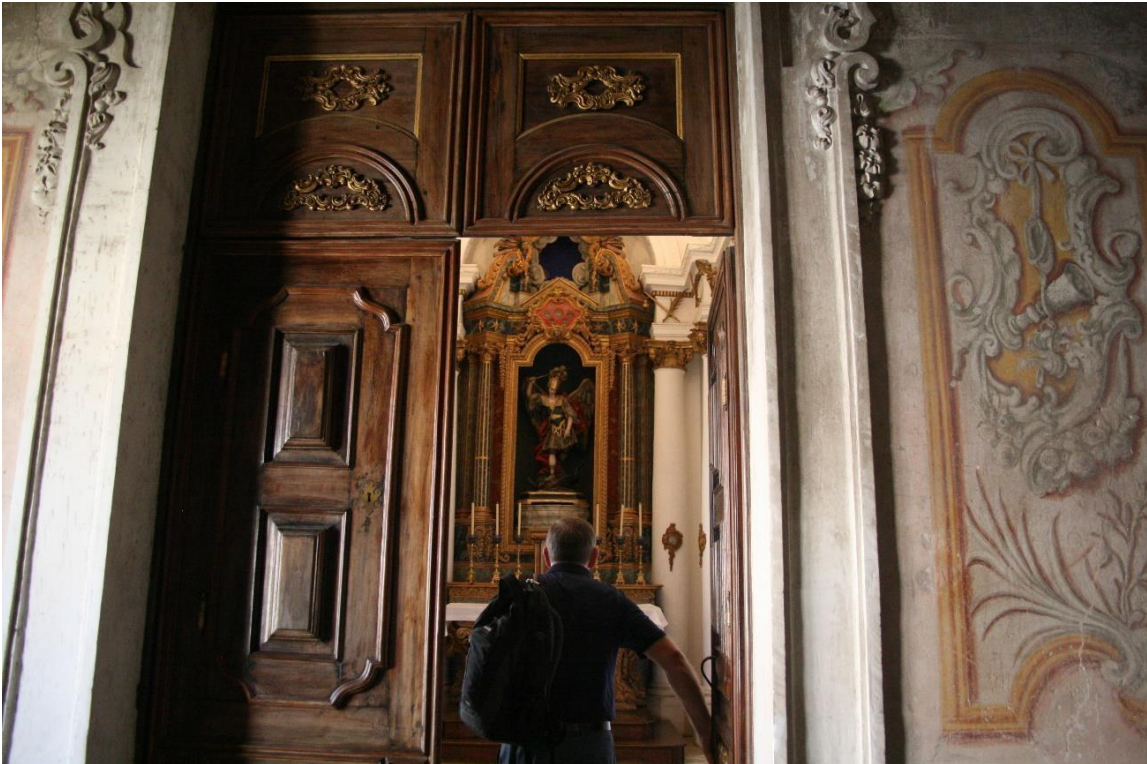


Figura 5 – Capela de São Miguel



Figura 6 – Vista para o claustro da Capela de São Miguel





Figura 7 – Aposentos Episcopais



8 – Biblioteca Velha do Seminário Maior de Coimbra





9 – Lavatório ao lado da porta da Biblioteca Velha



Figura 10 – Sala dos Azulejos



Figura 11 – Retábulo da capela-mor da Igreja da Sagrada Família.



Figura 12 – Cúpula do Seminário.





Figura 13 – Órgão da Igreja da Sagrada Família.

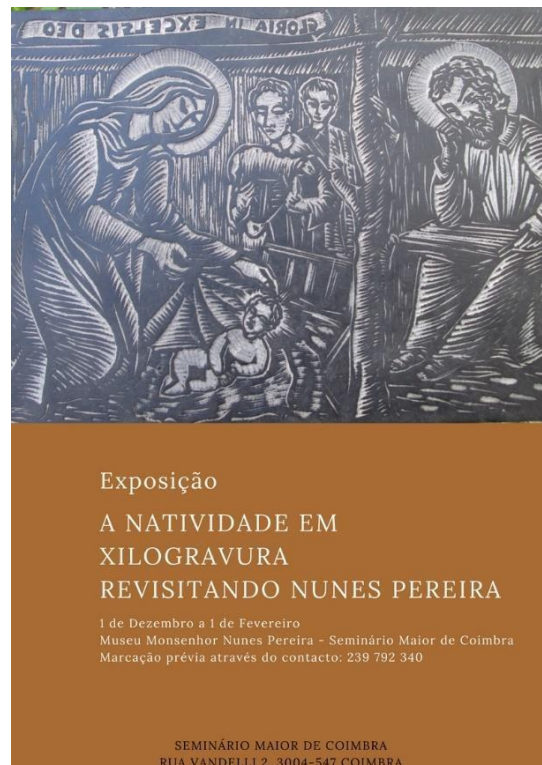


Figura 14 – Cartaz da exposição temporária.



Figura 15 – Museu de Nunes Pereira antes da exposição.



Figura 16 – Filmagem da exposição do programa *Agência Ecclesia* da RTP2.



Figura 17 – Visita de crianças ao Museu de Nunes Pereira

## Anexo II (documental)

Documento 1 – Projeto para a exposição

### **Projeto para exposição temporária**

Título: A Natividade em xilogravura: Revisitar Nunes Pereira.

Duração: A exposição deve ser inaugurada no dia 30 de novembro e desmontada no dia 1 de fevereiro.

Tema da exposição e a sua justificação: A exposição tem como tema a Natividade e devem ser expostas várias peças que vão ao encontro deste tema. A razão deste tema é o facto de ser este o período natalício enquadrando-se noutras atividades que o Seminário realizará nessa altura. Importa ainda realçar que a inauguração desta exposição temporária serve para valorizar a pessoa de Monsenhor Nunes Pereira no quadro artístico da cidade de Coimbra. A importância de Nunes Pereira para a história recente do Seminário de Coimbra é demasiado importante para o seu continuar a ser desconhecido por muitos.

Narrativa: a narrativa desta exposição será composta por gravuras e xilogravuras que compõem a história da Natividade através do espólio de Nunes Pereira. Contudo, o conteúdo da exposição deve ser debatido numa reunião e devem ser equacionados vários aspetos museográficos como a luz, a cor, o espaço, as formas das peças, a sua dimensão e disposição na sala.

Finalidade geral da exposição: esta exposição temporária pretende contribuir para um maior destaque e um novo destaque do museu. Com efeito, pretende-se impulsionar um novo dinamismo em torno do museu, dando uma nova vida às peças deixadas pelo Monsenhor algumas das quais nunca anteriormente expostas. Desta forma, o espólio poderá ser destacado e aproveitado em várias exposições, capazes de lhes atribuir uma nova função e leitura que até então não tinha. Assim sendo cada peça, presentemente em processo de inventariação, será estudada e exposta ao público, a exposição funciona assim como uma oportunidade para uma investigação mais profunda da coleção deste museu.

Aspetos práticos: a organização das peças deverá ter em conta a narrativa museológica a construir e os recursos disponíveis. Contudo, deve ser clarificada, em termos espaciais, a separação entre o espaço da sala de exposições temporárias e o

espaço afeto à permanente. A exposição deve ser devidamente acompanhada por uma folha de sala que fornecerá ao visitante chaves para a interpretação da exposição.

Público: o Museu Monsenhor Nunes Pereira deve procurar ser um espaço que se articule com públicos de todas as faixas etárias. Para o alcance de públicos diversificados devem estabelecer-se simultaneamente contactos com instituições de ensino, instituições de carácter social e municipal e uma divulgação eficaz da exposição e do Museu.

Divulgação da exposição: a divulgação da exposição deve passar por vários órgãos da comunicação social como os jornais *Diário de Coimbra*, *As Beiras* e *A Cabra*. Outra forma de chegar a um público mais vasto é a partir da distribuição de panfletos em locais estratégicos da cidade como na universidade, em bibliotecas, outros museus e em postos de turismo. Deve ser ainda equacionada a divulgação on-line quer seja em agendas culturais da cidade, quer pela criação de uma *mailing list* mas também pelas redes sociais como o *Facebook* e *Instagram*.

Serviço educativo: a exposição é uma oportunidade para começar a estruturas de um serviço educativo, potenciando a relação com parceiros próximos, desde logo geograficamente. A experiência piloto pode ser feita através desta exposição para grupos infantis recebendo grupos, especialmente, de catequese com vista à preparação de um discurso para outras faixas etárias. Este serviço deve passar pela discussão de várias ideias entre as quais as seguintes:

1. Elaborar uma visita guiada tendo em conta a idade destas crianças. Esta visita deve começar por explicar o que é uma xilogravura e aproveitando o equipamento disponível no museu mostrando-lhes como era feita e depois o seu resultado no papel através de algumas impressões feitas pelo próprio Nunes Pereira. No final da visita devem ser dados postais de boas festas com a imagem de xilogravuras de Nunes Pereira.
2. Já na catequese/escola, as crianças devem ser encorajadas a desenhar a sua viagem ao Seminário, e estas pinturas seriam expostas na portaria do Seminário encorajando desta maneira os pais e familiares destas crianças a visitar o espaço.

Avaliação: Aquando do final da exposição deve ser feito o balanço da exposição temporária para mapear aspetos positivos e negativos e melhorar algumas lacunas para exposições futuras.

## **Projeto para exposição temporária**

Plano para a sala: a exposição temporária irá localizar-se no espaço central do museu junto às janelas. No meu entender, deve ser colocado um painel sobre o parapeito da janela para dar uma ideia de continuidade à parede. As peças devem ser expostas numa linha horizontal com o fim de mostrar uma sequência narrativa, da esquerda para a direita, com os seguintes temas: Anunciação, Nascimento de Cristo, Adoração dos pastores e Adoração dos Magos.

Distribuição das peças: as peças devem ser distribuídas por temas e dentro destes devem ter em conta a dimensão das peças de forma a não colocar peças muito pequenas ao lado de peças maiores dimensões. As peças devem estar devidamente afastadas para que seja possível uma leitura sozinha. O espaço entre temas deve ser um pouco maior do que o espaço entre peças, mas não o suficiente que provoque no visitante um vazio entre temas.

Divulgação: A exposição temporária será uma ótima oportunidade para iniciar uma rede de contactos entre o Seminário Maior de Coimbra e várias entidades. Devemos começar a criar uma *mailing list* onde convidamos formalmente várias entidades ligadas à diocese, ao Seminário, mas também ao Património Cultural e à cidade de Coimbra. Na *mailing list* deve constar a Câmara Municipal de Coimbra, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, a Junta de Freguesia de Coja e a Junta de Freguesia de Fajão, a Diocese de Coimbra, a Comissão Diocesana de Arte Sacra e Património (na pessoa de Monsenhor Manuel Leal Pedrosa), a Comissão de Arte Sacra. Devemos enviar e-mail ainda às escolas, ATL e Catequese, a Associação Cristã da Mocidade, museus ligados à Arte Sacra e entidades de comunicação social como o *Diário de Coimbra*, o *Diário das Beiras*, *A Cabra*, e o *Correio de Coimbra*.

Devem ainda ser distribuídos uma série de flyers e de cartazes que publicitam a exposição. Estes devem ser colocados em pontos nevralgicos da cidade como na Universidade, em ATL, centros de explicação, centros de formação cristã, no Justiça e Paz, espaços gimnodesportivos, no Conservatório em teatros como o TAGV e o Teatro da Cerca de São Bernardo, igrejas, bibliotecas, outros museus, cafés e postos de turismo.



## **A Natividade por Monsenhor Nunes Pereira**

As primeiras narrativas do Nascimento de Cristo encontram-se nos Evangelhos de São Mateus e São Lucas, sendo neste último onde encontramos mais informação sobre a Natividade. Outras narrativas que circularam pela Europa sobre este episódio decorrem dos Evangelhos Apócrifos e das narrativas baseadas nas visões de alguns santos, como a de Santa Brígida.

As primeiras representações deste tema remontam ao século IV onde se dão os primeiros passos na iconografia do Nascimento de Cristo, mas foi sobretudo com São Francisco de Assis que proliferaram na Europa do século XIII as representações do tradicional presépio com o menino na manjedoura sendo este aquecido pela vaca e pelo burro.

Esta exposição é constituída por um núcleo de obras que ilustram o ciclo da Natividade, da Anunciação à Adoração dos Magos, pertencente ao Museu de Monsenhor Nunes Pereira. Podemos observar diversas xilogravuras deste tema do Cristianismo na perspetiva de um padre artista da segunda metade do século XX. Procuramos com esta iniciativa incentivar o estudo, divulgação e recuperação deste espólio artístico, ainda em grande parte desconhecido do público.

### **Padre Nunes Pereira**

Augusto Nunes Pereira nasceu na povoação da Mata, freguesia de Fajão, no dia 3 de dezembro de 1906. Terá herdado os dotes artísticos do seu pai António Nunes Pereira um escultor santeiro.

Entrou no Seminário Maior de Coimbra no ano de 1919 onde terá sido ordenado padre em 1929. A primeira paróquia que lhe foi atribuída foi a de Montemor-o-Velho, onde através dos seus dotes artísticos enriquecia a sua missão pastoral. São lhe conhecidos vários artigos de imprensa e desenhos sobre esta paróquia. A sua missão não se confinou apenas ao exercício do ministério uma vez que na sua residência Nunes Pereira dava aulas de desenho e organizava diversas exposições. Deve-se-lhe ainda a intervenção de restauro na Igreja dos Anjos.

Muda-se para Coja, em 1935, onde a sua presença ainda se faz notar através de altares, confessionários, pinturas a óleo e frescos da sua autoria. Nunes Pereira foi uma

pessoa ativa na sociedade de Coja quer fosse a promover uma angariação de fundos para a construção da Casa Paroquial, da qual foi autor do projeto, quer fosse através da construção da Casa do Trabalhador, atual Casa do Povo. Também em Coja, Nunes Pereira dedicava-se ao ensino da sua arte dando aulas de desenho artístico e técnico.

Nunes Pereira volta a Coimbra no ano de 1952 e aqui fica até ao dia da sua morte. Foi nomeado pároco de S. Bartolomeu a 13 de janeiro de 1952 e aí fica até 1980, ano em que se aposenta. Na Casa Paroquial tinha o seu atelier repleto de objetos e obras onde se destacavam as xilogravuras. Monsenhor Nunes Pereira era presença assídua no meio artístico da cidade do Mondego tendo sido um dos membros fundadores do Movimento Artístico de Coimbra (MAC). Foi ainda jornalista para o jornal "Correio de Coimbra" onde para além dos seus artigos publicava as suas gravuras. A sua importância enquanto artista foi reconhecida quando foi nomeado membro da Comissão de Arte Sacra e Conservador do Património Artístico da diocese de Coimbra em 1981.

Era bastante comum encontrar Nunes Pereira a passear pelas ruas de Coimbra com um bloco e um lápis pronto para retratar o mundo que o rodeava, quer fosse através retratos de pessoas que passavam na rua ou cenas do quotidiano, ou também pormenores arquitetónicos de diversos monumentos da cidade.

Muda-se de novo para o Seminário Maior de Coimbra para gozar a sua reforma. Aqui constrói o seu último atelier onde fez as suas últimas peças. Morreu no Seminário Maior no dia 1 de junho de 2001.

## **Anunciação**

Descrito no Evangelho de São Lucas a Anunciação constitui o primeiro tema do cristianismo. Tradicionalmente a Virgem é representada ou sentada ou ajoelhada a refletir nas escrituras quando o Anjo Gabriel a interpela da seguinte maneira: "Salve ó cheia de graça" anunciando o momento em que Maria irá gerar o Filho de Deus, de acordo com o que o profeta Isaías tinha escrito.

Nas três xilogravuras expostas encontramos a Virgem sentada a ler o Livro das Sagradas Escrituras quando aparece o Anjo Gabriel dando-lhe a Boa Nova. Podemos desdobrar a iconografia das peças da seguinte forma. Na xilogravura () o anjo aparece genuflexo diante da Virgem com uma faixa onde se pode ler *Ave Gratia Plena*, em português, "Ave cheia de graça". Maria encontra-se em introspeção com as mãos no peito e escrito no ambão onde se encontra o livro podemos encontrar a resposta que deu

ao anjo: *Ecce ancilla Domini Fiat mihi secundum Verbum tuum*, isto é, “Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a Vossa Palavra.

Na última xilogravura o anjo aparece em pé segurando açucenas, símbolo da pureza de Maria, enquanto aponta para o Espírito Santo. No canto superior esquerdo o Espírito Santo irradiar sobre a cabeça da Virgem fecundando-a, conservando desta forma a sua pureza virginal.

## **Nascimento de Cristo**

De acordo com o Evangelho segundo São Lucas, São José e a Virgem tiveram de se deslocar até Belém com o fim de participarem num recenseamento. Na cidade não encontraram lugar numa hospedaria tendo sido Cristo embrulhado em panos e colocado numa manjedoura. O Proto-Evangelho de S. Tiago apresenta o Nascimento de Cristo numa gruta. Foi através destes textos apócrifos que surgiram a figura da vaca e do burro. A representação do presépio por São Francisco de Assis marcou um passo importante para a nova religiosidade da Idade Média ao mostrar que a humildade com que Cristo escolheu para nascer e morrer deveria ser fonte de inspiração para todos.

Nesta primeira representação do Nascimento de Cristo, Monsenhor Nunes Pereira, representou a Sagrada Família com uma influência clara no Evangelho de Lucas. Maria e São José, seu esposo, encontram-se em adoração a Cristo recém-nascido, apresentado aqui despido. A Sagrada Família encontra-se iluminada pela estrela que guiou os Magos do Oriente, e coroados com a frase: *Gloria in excelsis Deo* (Glória a Deus nas alturas), o hino que os anjos cantaram aos pastores de Belém. Debaxo da figura de Cristo está escrito *Emmanuel*, que quer dizer, Deus conosco.

Na próxima xilogravura já encontramos a vaca e o burro, associado ao presépio Franciscano, contudo, a imagem da vaca e do burro já estava na iconografia do Nascimento de Cristo pelo menos desde do século IV muito em parte devido aos Evangelhos Apócrifos.

Na última xilogravura deste tema encontramos em primeiro plano o Menino deitado numa manjedoura a ser aquecido pelos animais enquanto os seus pais olham para Ele. Em segundo plano o seu aparece aberto saindo dele anjos que anunciam aos pastores o Nascimento do Messias Salvador conforme descrito por São Lucas.

## **A Adoração dos Pastores**

São Lucas escreve que um Anjo do Senhor apareceu a uns pastores que pernoitavam nos campos anunciando o Nascimento do Messias. Juntando-se a este anjo terá aparecido uma multidão do exército celeste dizendo "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens do seu agrado". Os pastores foram ao encontro do Messias encontrando Jesus envolto nos panos deitado na manjedoura junto de Maria e de José. Depois da visita dos pastores todos quanto ouviram a boa nova apresaram-se para ver Jesus.

Na primeira xilogravura deste tema encontramos a figura de São José com um ar de introspeção, a figura da Virgem a tapar a Cristo. Entretanto, em segundo plano, entram dois pastores no estábulo segurando uma ovelha. Na peça podemos ler o que os anjos disseram aos pastores: *Gloria in excelsis deo*. Na peça seguinte encontramos o que aconteceu em seguida. Podemos observar quatro figuras ajoelhas, havendo uma que segura um bebé, diante da Sagrada Família.

### **Adoração dos Magos**

O episódio da Adoração dos Magos chegou-nos através do Evangelho de S. Mateus. Os Magos seguiram a estrela no Oriente que os iria conduzir até Jesus. Quando a estrela parou os Magos encontraram-no junto de Maria e ofereceram-lhe ouro, incenso e mirra. É através do relato de Mateus que se compõe a iconografia da Adoração dos Magos vindos de Oriente seguindo uma estrela acompanhados pelos 3 presentes que entregavam a Jesus.

A iconografia deste tema apresenta os Magos carregando cada um o seu respetivo cofre onde estavam as prendas, o ouro, incenso e mirra, que entregaram ao Menino. São Mateus relata que os Magos encontraram Cristo junto à sua Mãe, como podemos ver na xilogravura (), mas Nunes Pereira retrata ainda este encontro com os Magos de forma mais intimista ao apenas retratar os Magos com Cristo.

### **A Natividade em xilogravura: Revisitar Nunes Pereira**

Acabaste de visitar o Museu do Monsenhor Nunes Pereira. Esperamos que tenhas gostado e que te divirtas com os nossos exercícios.

1. Pinta a seguinte xilogravura



2. Encontra as palavras

**A Natividade em Xilogravura**

Documento 4  
atividades

– Ficha de

A O N R M A A M Z F  
J J A V G J A Z U E  
L N T S F R K P X W  
O A A D I S U S E J  
P R L A É L U V M F  
I A R S X M I Q G X  
T M O U P N J V J A  
S J L O B L O U E Y  
V A C A F L T Y J U  
I H D C Q A J O J B

ANJO  
JOSÉ  
VACA

BURRO  
MARIA

JESUS  
NATAL

Documento 5 – Ficha de atividades

**A Natividade em xilogravura: Revisitar Nunes Pereira**

Acabaste de visitar o Museu do Monsenhor Nunes Pereira. Esperamos que tenhas gostado e que te divirtas com os nossos exercícios.

1. Dos 4 momentos (Anunciação; Nascimento de Cristo, Adoração dos Pastores; Adoração dos Magos) organiza as letras de modo a encontrares as palavras escondidas e liga-as ao momento que correspondem.

HEAMITNOOLC

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

1

RIFRIPEAE

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

4

GARILAE

|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

2

NEANARÇÃO

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

7

REOCIMEETNHNCO

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

3

TIMSÉROI

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

5

LUHMEDDAI

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

6

8

SEPSAURR

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

9

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |  |  |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--|--|
|   |   |   |   | V |   |   |   |   |  |  |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |  |  |

2. Encontra as palavras (existentes em todas as direções).


L P H L C Z F U B H C V B N E  
V O L X N E U P O B G W A X Z  
X Q M O I H F W M V Q T M Z Q  
Q Q J D N S U S C C I D Q Q O  
R L C T U M I U R V Y H Y J T  
U L F S S O Z C I Y K C Y Z B  
A E E V G T U D B S E H P D P  
I J D I D Q A S E R O T S A P  
R H Q U R D I M T V L Y G X O  
A M D F E B E F E H K L A M Z  
M L B N Q S A B H J J N Q Y P  
M E G V O D E G A H E O Q F F  
Z Q F P C P M J M A G O S C Y  
R H X X Y N N O T D W F X É H  
X C V F A W C Y V A C Q V B F

GABRIEL  
JESUS  
JOSÉ  
MAGOS  
MARIA  
NATIVIDADE  
PASTORES



Documento 6 – Visitas à exposição

| Dias/meses | Novembro | Dezembro | Janeiro |
|------------|----------|----------|---------|
| 1          |          |          |         |
| 2          |          | 13       |         |
| 3          |          |          |         |
| 4          |          |          |         |
| 5          |          |          |         |
| 6          |          |          |         |
| 7          |          |          |         |
| 8          |          |          |         |
| 9          |          |          | 9       |
| 10         |          |          |         |
| 11         |          |          |         |
| 12         |          |          |         |
| 13         |          |          | 130     |
| 14         |          |          |         |
| 15         |          |          |         |
| 16         |          |          |         |
| 17         |          |          | 1       |
| 18         |          | 3        |         |
| 19         |          | 11       |         |
| 20         |          | 60       |         |
| 21         |          | 1        |         |
| 22         |          |          |         |
| 23         |          |          |         |
| 24         |          |          |         |
| 25         |          |          |         |
| 26         |          |          |         |
| 27         |          | 2        |         |
| 28         |          |          |         |
| 29         |          |          |         |
| 30         | 22       |          |         |
| 31         |          |          |         |

 não havia exposição

 fechado

## Inquérito aos visitantes

No âmbito de um relatório de estágio, o Seminário Maior de Coimbra está a realizar um estudo com vista a conhecer melhor os seus visitantes e a sua opinião sobre o Seminário e as atividades que aqui se desenvolvem.

Solicitamos a sua colaboração através do preenchimento deste inquérito. As informações recolhidas são anónimas e destinam-se apenas a este estudo.

---

### 1. É a primeira vez que visita o Seminário Maior de Coimbra?

- Sim
- Não

### 2. Como é que teve conhecimento do Seminário?

- Alguém o recomendou
- Através de jornais ou revistas
- Através da internet
- Através de desdobráveis, panfletos ou cartazes
- Através da escola/faculdade/associação
- Ao passar na rua
- Através de guias turísticos
- Através da televisão
- Outro: \_\_\_\_\_

### 3. Porque razão(ões) veio visitar este espaço?

- Para conhecer o Seminário Maior
- Para voltar a ver peças ou salas que gostou numa visita anterior
- Por motivos profissionais ou de estudo
- Integrado(a) numa visita turística
- Para ocupar tempo
- Para mostrar o Seminário a amigos ou familiares
- Porque o Seminário foi-lhe recomendado por outras pessoas
- Outro: \_\_\_\_\_

### 4. Tenciona voltar a visitar o Seminário Maior de Coimbra?

- Sim
- Não
- Talvez

**5. O que é que o (a) levaria a visitar este espaço mais vezes?**

- Exposições temporárias
- Horário mais alargado
- Atividades dirigidas a famílias/crianças (ateliers didáticos, visitas)
- Entrada gratuita
- Concertos/espetáculos
- Atividades dirigidas ao público adulto (workshops, conferências)
- Outro: \_\_\_\_\_

**6. Costuma visitar museus/monumentos?**

- Sim
- Não

**7. Se sim, aproximadamente quantos visitou este ano?**

- 0-3
- 4-8
- 8-13
- 13-20
- 20-30
- >30

## A sua visita

**1. Veio visitar o Seminário?**

- Sozinho(a)
- Acompanhado(a)

**2. Com quem veio visitar o seminário?**

- Marido/Mulher, companheiro(a), namorado(a)4-8
- Pais
- Filhos
- Outros familiares
- Amigos
- Integrados num grupo (Associação, turismo, escola, faculdade)
- Outro: \_\_\_\_\_

**3. Ao longo da visita utilizou algum dos seguintes?**

- Folheto informativo
- QR Code
- Outro: \_\_\_\_\_

## A sua visita

Terminada a sua visita, gostaríamos agora de conhecer a sua opinião em relação aos nossos serviços

**1. A visita que acabou de fazer correspondeu as suas expectativas?**

- Sim
- Não

**2. Que local gostou mais?**

- Refeitório
- Escadas
- Capela de S. Miguel
- Aposentos do Bispo
- Varanda para o Mondego
- Biblioteca
- Sala dos Azulejos
- Sacristia
- Igreja

**3. Que local gostou menos?**

- Refeitório
- Escadas
- Capela de S. Miguel
- Aposentos do Bispo
- Varanda para o Mondego
- Biblioteca
- Sala dos Azulejos
- Sacristia
- Igreja

#### 4. Que avaliação faz dos nossos serviços?

|   | Mau | Fraco | Normal | Bom | Muito Bom | Não sei |
|---|-----|-------|--------|-----|-----------|---------|
| Pessoal (receção)                           | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Iluminação                                  | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Limpeza                                     | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Horários                                    | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Acessos                                     | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Informações e explicações das obras de arte | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Sinalética                                  | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Qualidade dos artigos e publicações em loja | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Qualidade da cafetaria                      | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Instalações sanitárias                      | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| Divulgação do Seminário                     | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| O sistema de visitas guiadas                | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |
| A sua visita guiada                         | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         | NS      |

#### 5. Na sua opinião a técnica que acompanhou a visita demonstrou ter

|                 | Mau | Fraco | Normal | Bom | Muito Bom |
|-----------------|-----|-------|--------|-----|-----------|
| Conhecimentos   | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         |
| Disponibilidade | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         |
| Simpatia        | 1   | 2     | 3      | 4   | 5         |

#### 6. Em termos gerais, como se sente após a visita ao Seminário Maior?

- Insatisfeito(a)
- Pouco satisfeito (a)
- Satisfeito(a)
- Muito satisfeito(a)

## Os nossos visitantes

Para terminar, gostaríamos de o(a) conhecer um pouco melhor. Esta informação é muito importante para a caracterização dos nossos visitantes. Por favor diga-nos:

**1. Idade**

\_\_\_\_\_

**2. Sexo**

- Masculino
- Feminino

**3. Nacionalidade**

\_\_\_\_\_

**4. Cidade onde mora**

\_\_\_\_\_

**5. Qual o seu grau de instrução?**

- Ensino Básico (4º ano)
- Ensino Básico (6º ano)
- Ensino Básico (9º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

**6. A sua situação actual é:**

- Estudante
- Reformado
- Desempregado
- Empregado

**7. Qual é/foi o seu emprego?**

\_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração.

### Anexo III (Gráficos)

Gráfico 1 – É a primeira vez que visita o Seminário?

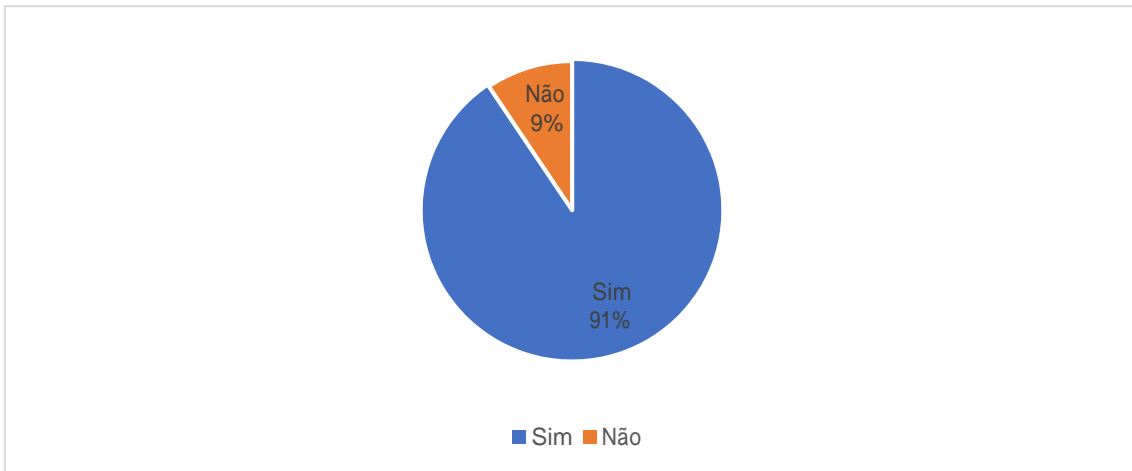


Gráfico 2 – Como é que teve conhecimento do Seminário?

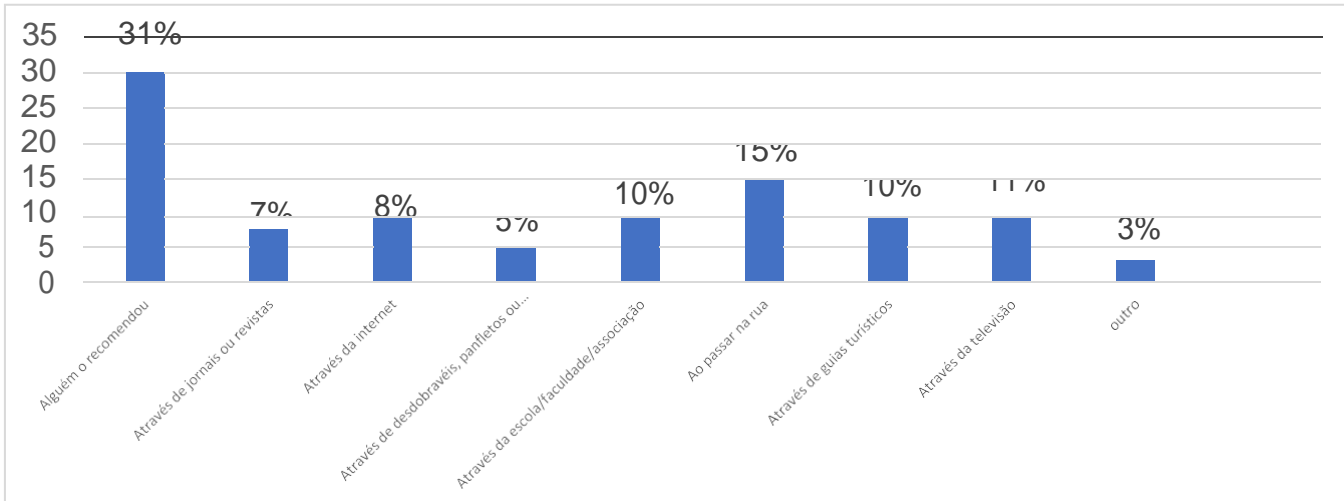


Gráfico 3 – Porque razão(ões) veio visitar este espaço?

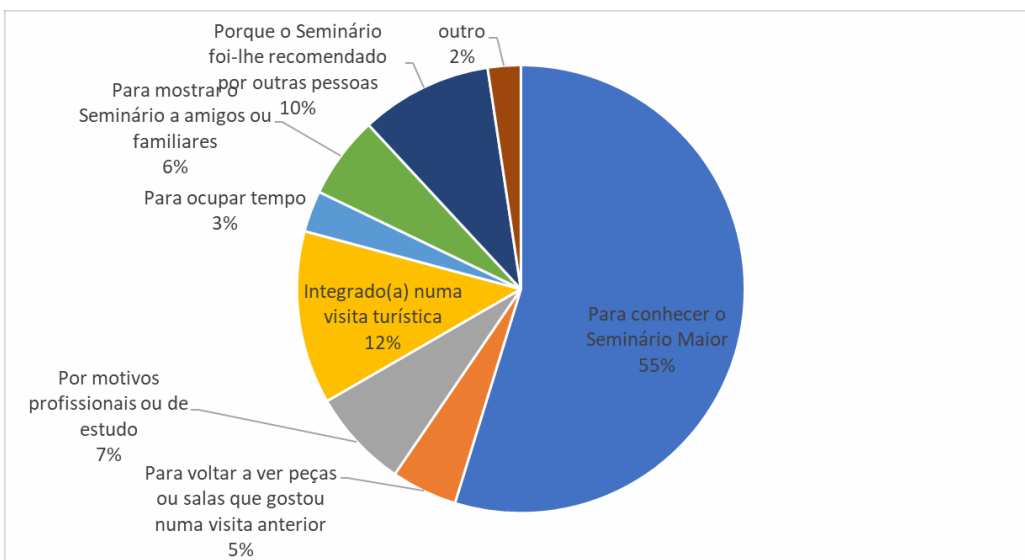


Gráfico 4 – Tenciona voltar a visitar o Seminário Maior de Coimbra?

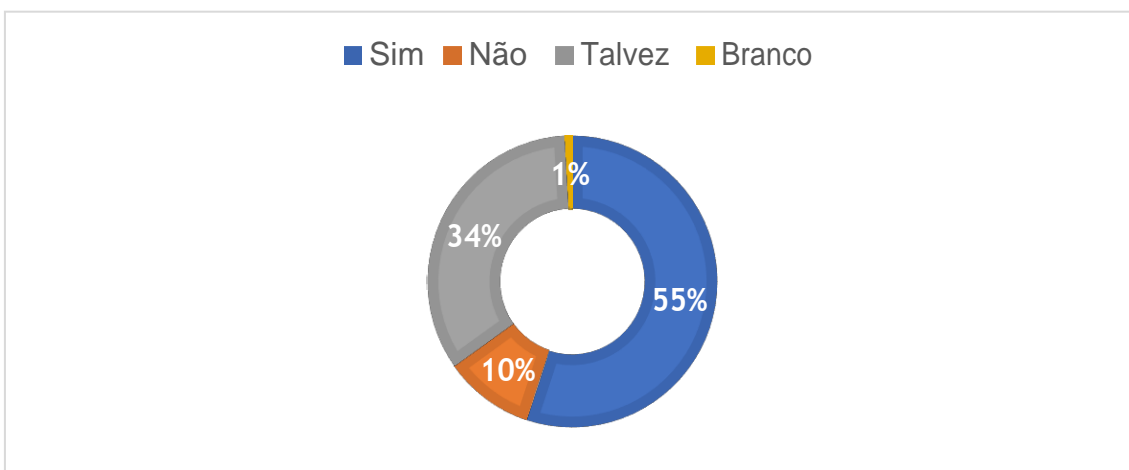


Gráfico 5 – O que o (a) levaria a visitar este espaço mais vezes?

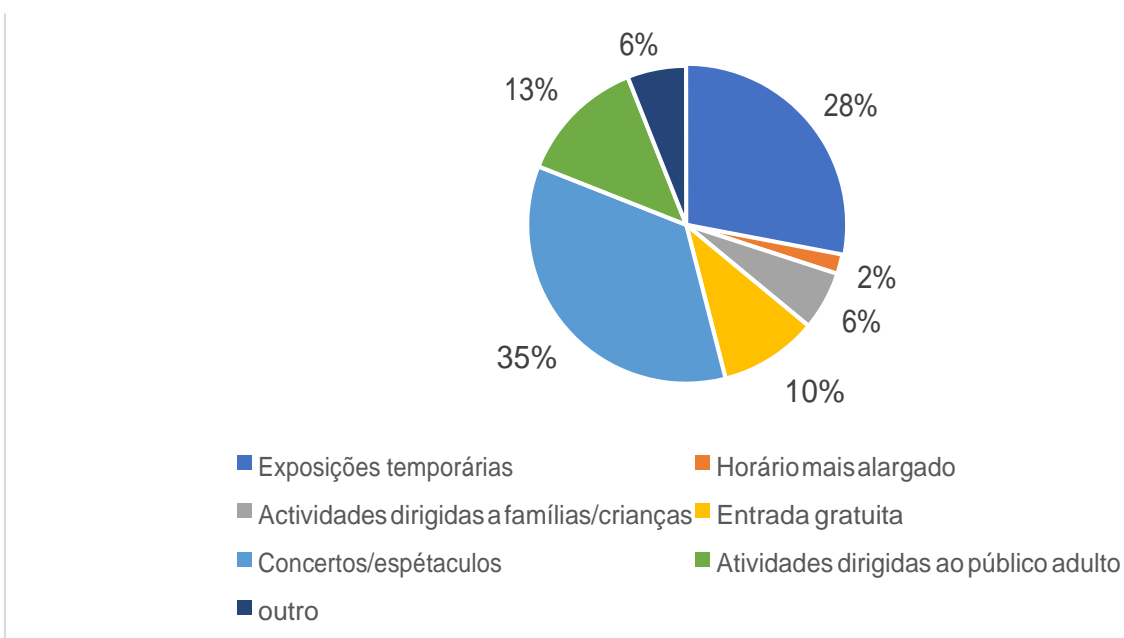


Gráfico 6 – Veio visitar o Seminário?

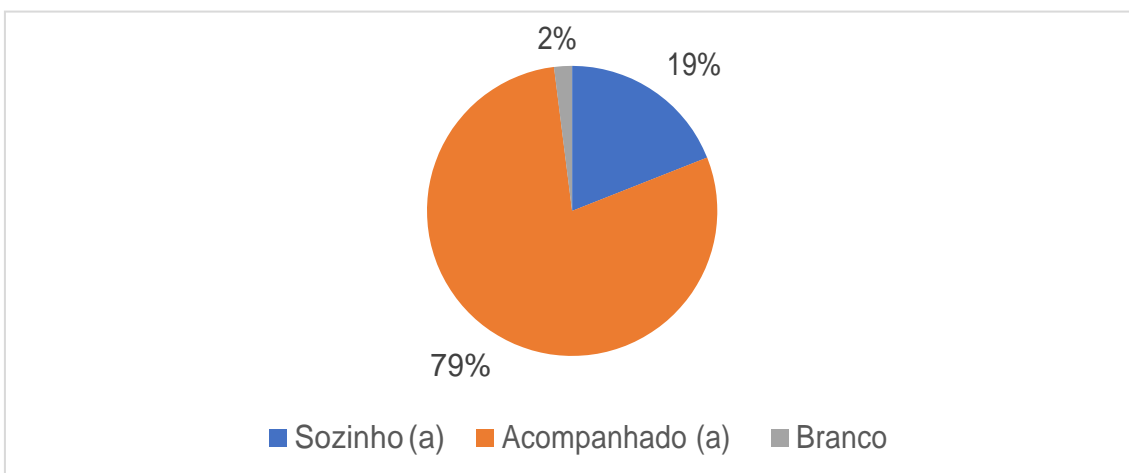




Gráfico 7 – Com quem veio visitar o Seminário?

■ Marido/Mulher, companheiro (a), namorado (a) ■ Pais ■ Filhos ■ Outros familiares ■ Amigos ■ Integrados num grupo ■ colegas de trabalho

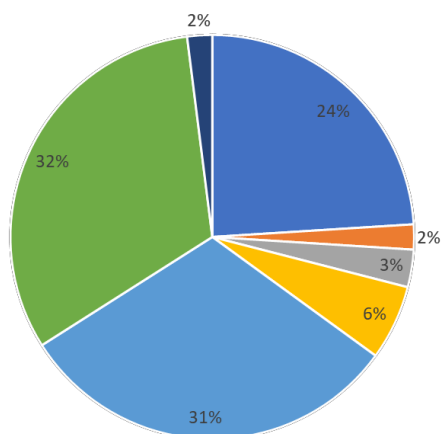


Gráfico 8 – A visita que acabou por fazer correspondeu às suas expectativas?

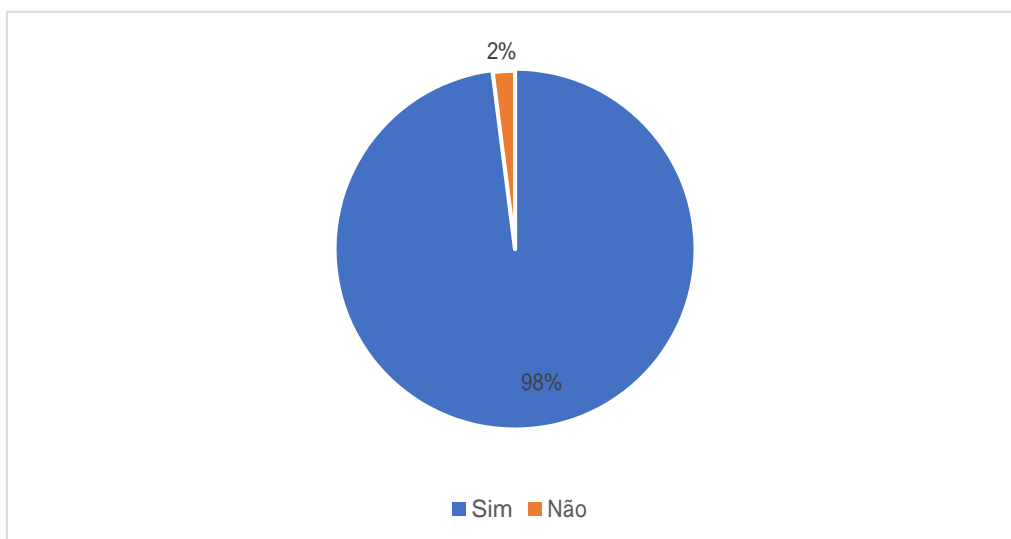


Gráfico 9 – Que local gostou mais?

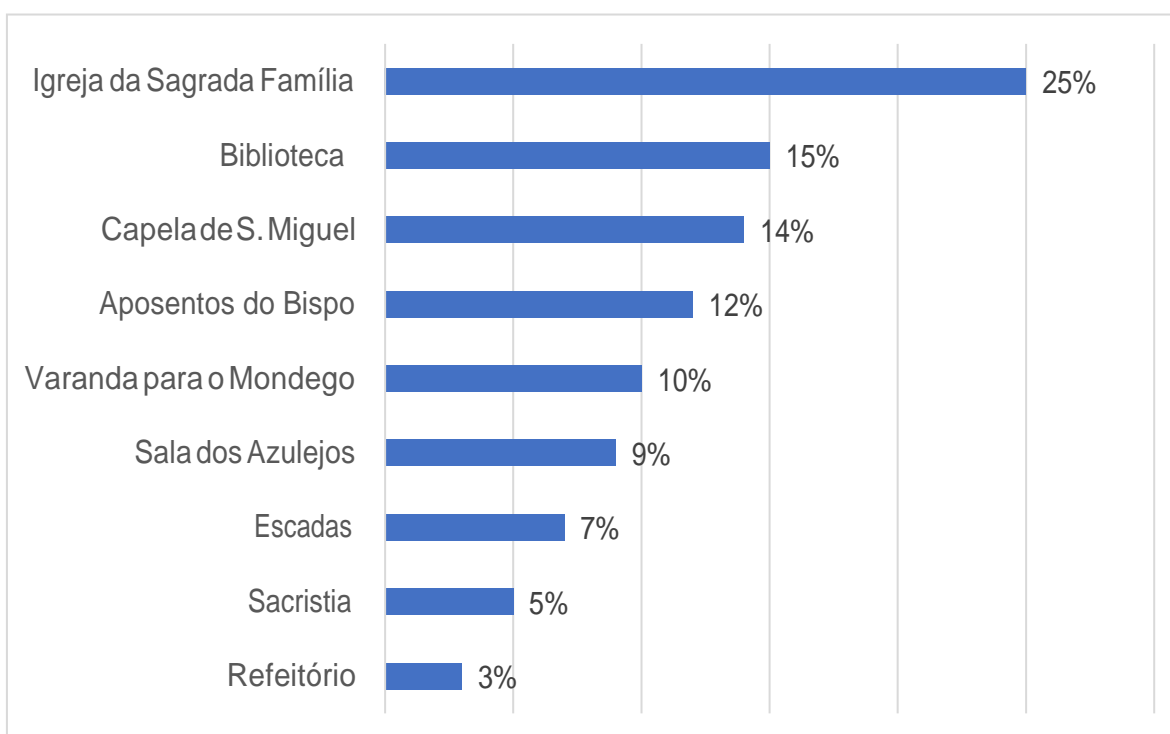


Gráfico 10 – Que local gostou menos?

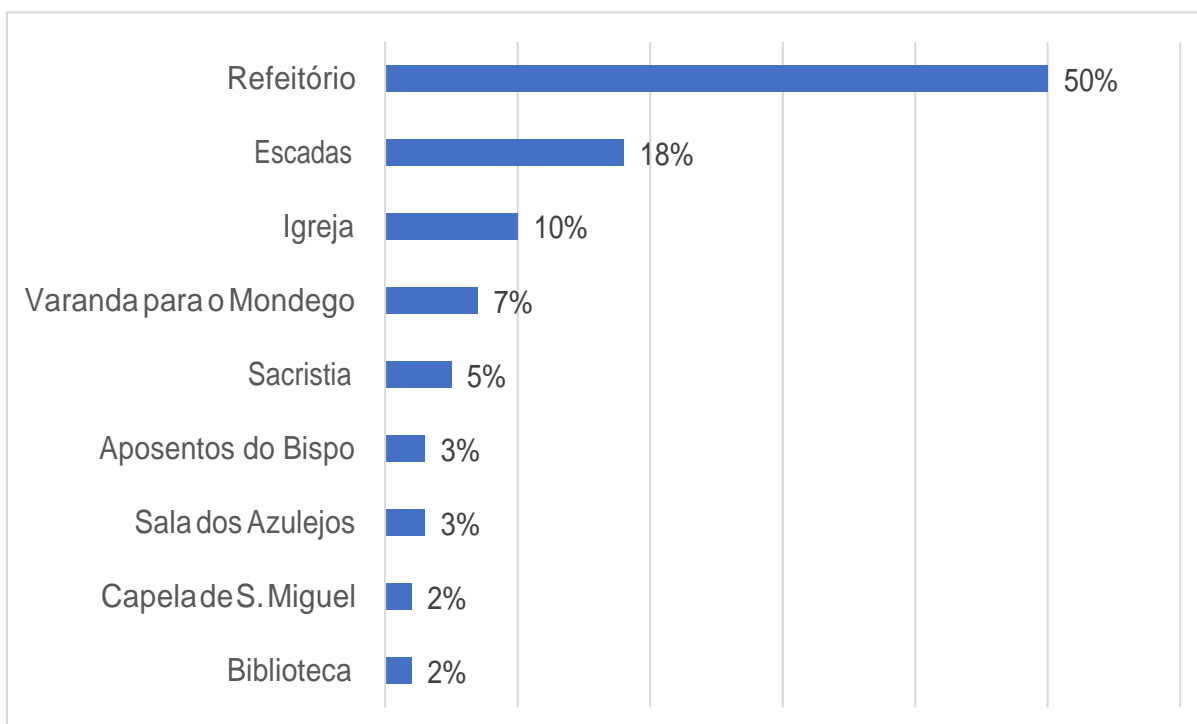


Gráfico 11 – Que avaliação faz dos nossos serviços?

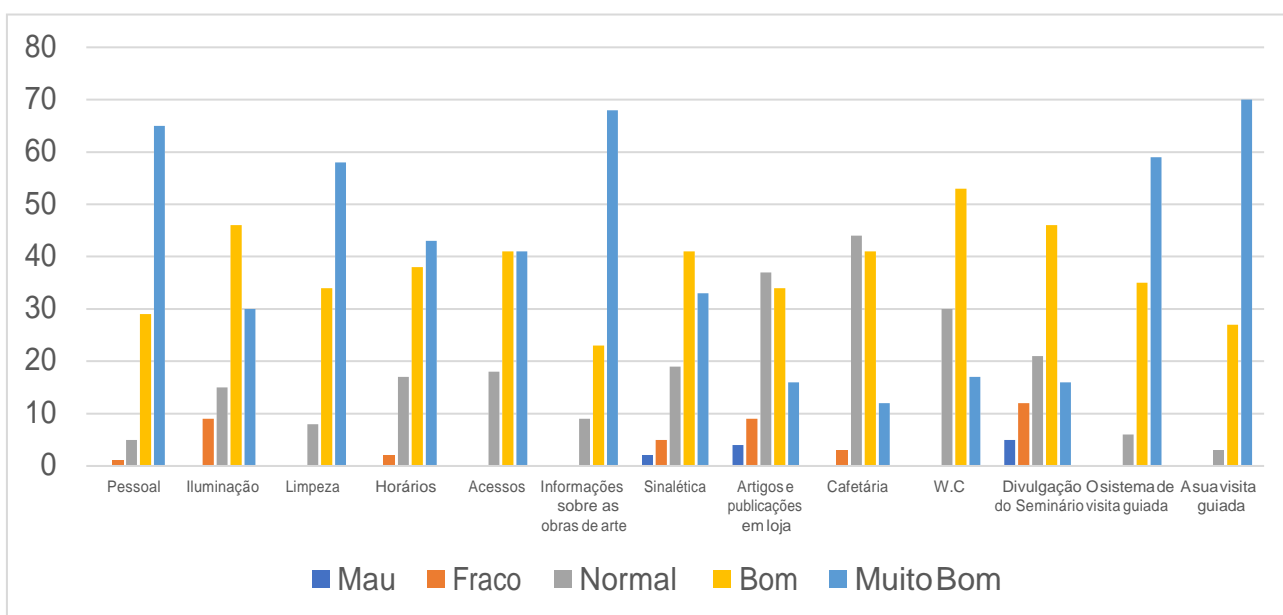


Gráfico 12 – Na sua opinião a técnica que acompanhou a visita demonstrou ter?

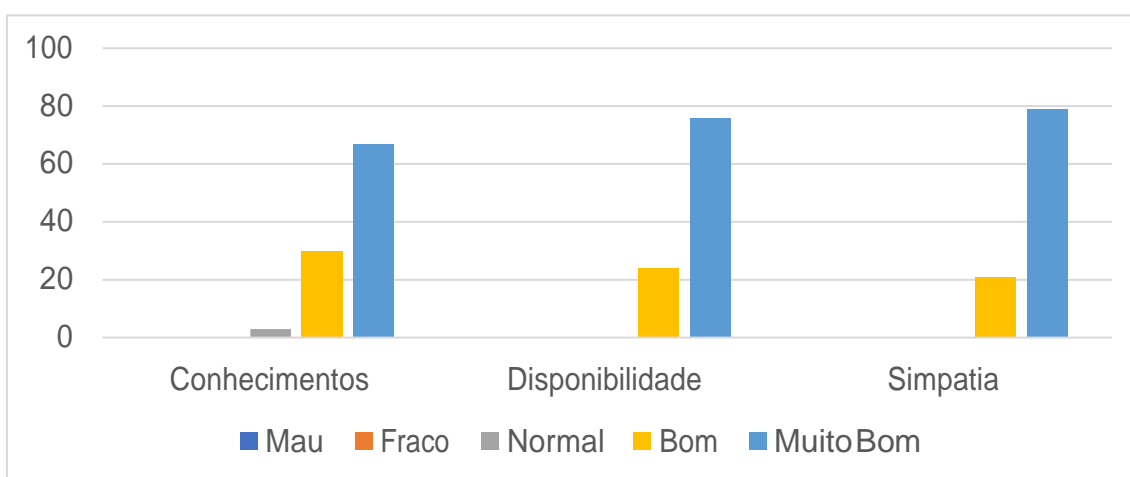


Gráfico 13 – Idade dos inquiridos.

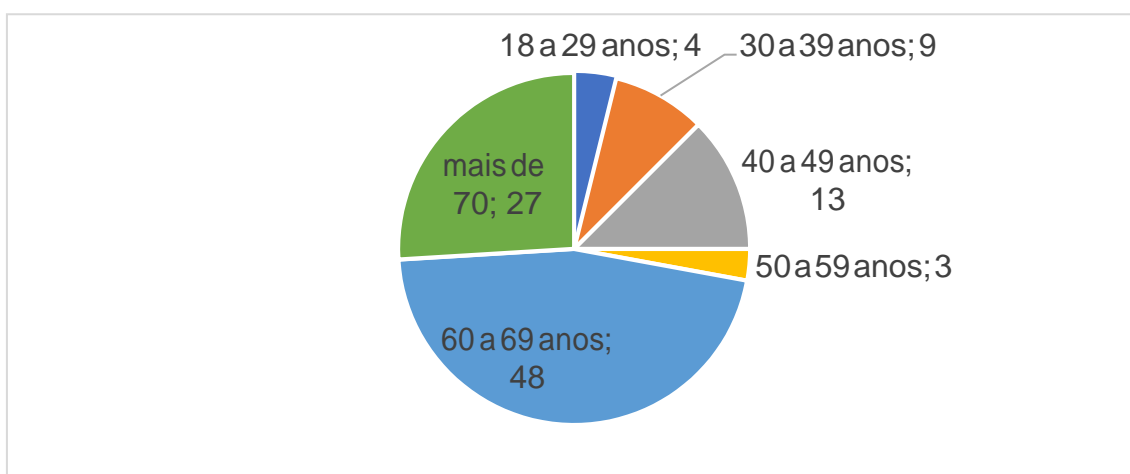


Gráfico 14 – Género.

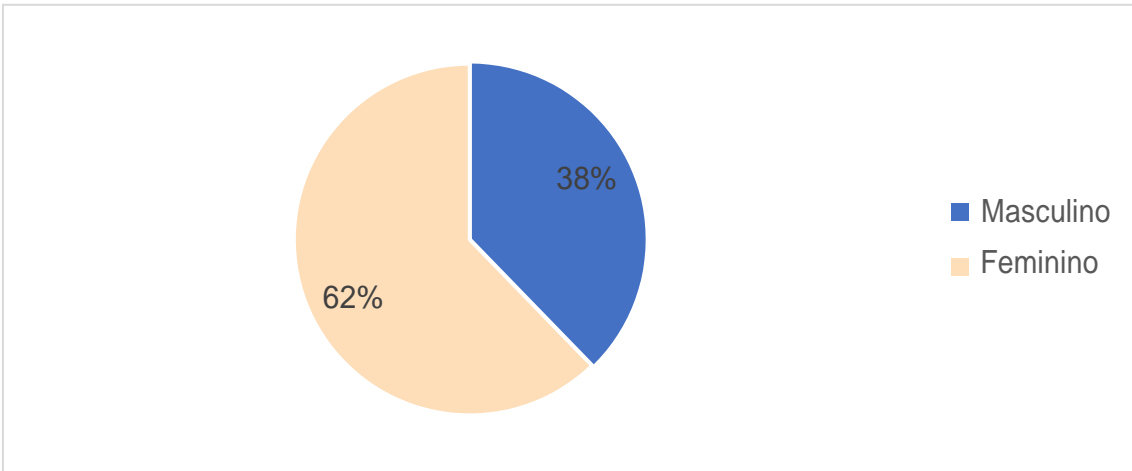


Gráfico 15 – Nacionalidade.

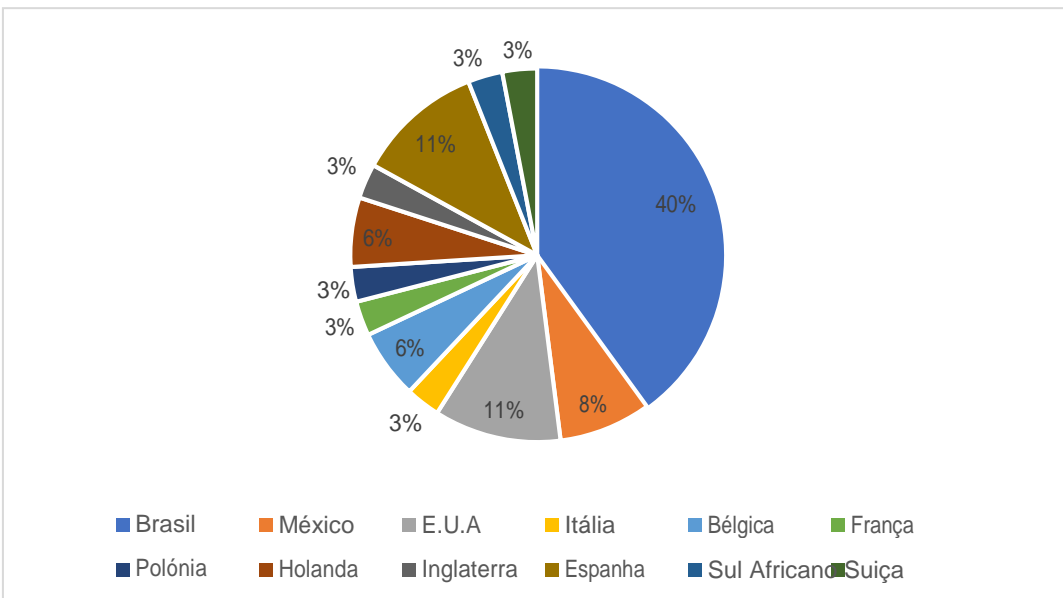


Gráfico 16 – Origem geográfica dos inquiridos nacionais.

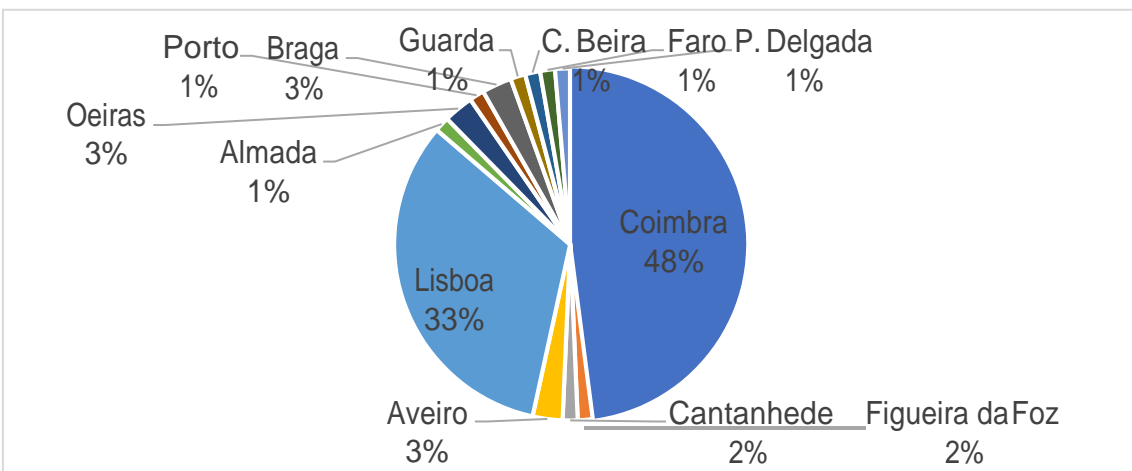


Gráfico 17 – Qual o seu grau de instrução?

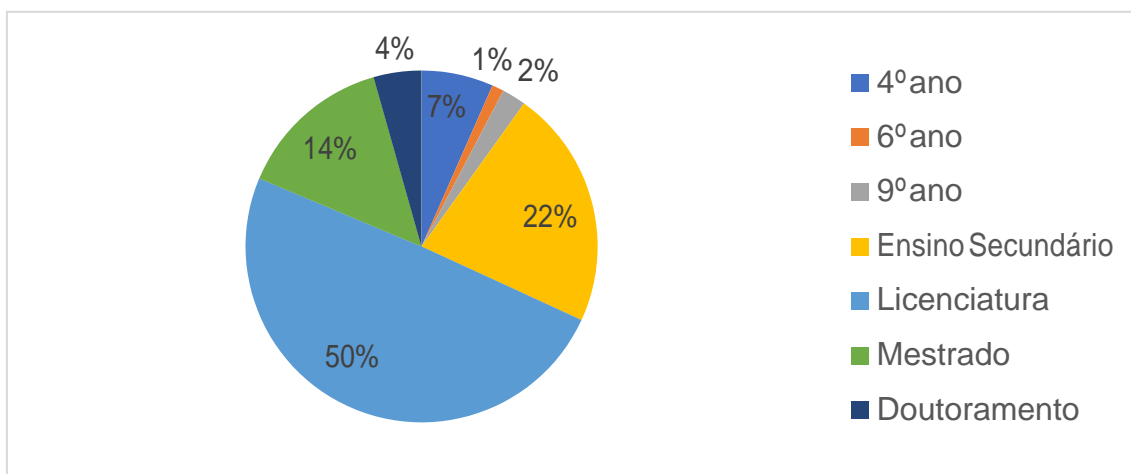


Gráfico 18 – A sua situação atual é?

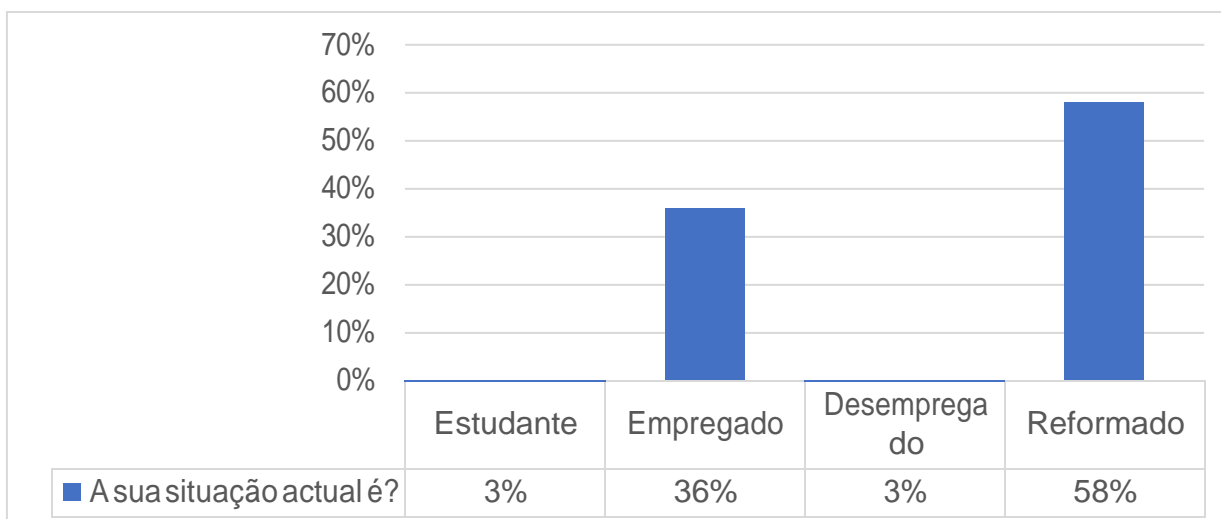


Gráfico 17 – Em termos gerais, como se sente após a visita ao Seminário Maior de Coimbra?

